




os desafios
da gestão
municipal
democrática
Belém
1997-2000

Maria Lucia Refinetti Martins



Privilegiar a questão local consiste, principalmente, em elevar a prática do controle do cotidiano e da materialidade da vida, daquilo que nos é mais próximo e palpável, à condição de aprendizado para vãos mais altos, para a efetiva vida republicana. Não significa, em hipótese alguma, renunciar ao papel regulador e de fomento do Estado nem posicionar-se num debate maniqueísta entre políticas econômicas *versus* políticas sociais.

Com essa perspectiva e tendo por base a Cidade de Belém e as Políticas Públicas empreendidas pelo Governo Municipal no período 1997-2000, a presente publicação apresenta e discute temas como:

Avaliação de impactos de Políticas Públicas sobre o conjunto da sociedade e sobre os grupos mais frágeis;

os desafios
da gestão
municipal
democrática

Belém
1997-2000

desenhando
a cidade do
terceiro
milênio



Esta publicação originou-se de contrato firmado com a
Prefeitura Municipal de Belém



MARTINS, Maria Lucia Refinetti

Os desafios da gestão municipal democrática – Belém 1997-2000:
desenhando a cidade do terceiro milênio.

São Paulo: Pólis, 2000. 112p.

1. Políticas Públicas. 2. Planejamento Estratégico. 3. Poder Local.
4. Participação Popular. 5. Belém.
I. Pólis. II. Título.

Fonte: CDI – Pólis

Belém 1997-2000

Autora: Maria Lucia Refinetti Martins

Consultoria: Jorge Kayano

Coordenação editorial: Renato Cymbalista

Projeto gráfico: Luciana Pinto

Revisão: Jandira Queiroz

Capa: Imagem de Satélite adquirida pelo Landsat 5-TM em 8 de junho de 1995 sobre Belém, cores naturais, detalhamento de 30m no chão. Cortesia: www.engesat.com.br

Fotolitos: Visuale Bureau Digital

Impressão: Gráfica Prol

Sumário

Apresentação	05
1. A Cidade de Belém	09
2. Governo do Povo (gestão 1997-2000)	17
Objetivos e Princípios	17
Do Programa de Governo às Marcas: o estabelecimento de um modelo próprio de Planejamento Estratégico	19
3. Marcas de Governo: políticas praticadas	23
Dar um Futuro às Crianças e aos Adolescentes	24
Saúde para Todos	30
Sanear Belém	36
Revitalizar Belém	44
Transporte Humano	56
Participação popular	59
Parâmetros para avaliação	65
4. Administração e controle	71
Planejamento e gestão	71
Finanças	76
Valorização do servidor	79
Comunicação social	80
5. Governabilidade	83
6. Conclusões	89
Ampliação e democratização das oportunidades	89
Um conceito de modernidade	90
Mobilização de recursos	93
Objetivos claramente demarcados	93
Planejamento estratégico: contraposição ao modelo dominante	95
Limitações e desafios	99
7. Notas	102
8. Bibliografia	103
Relação de quadros, mapas e imagens	106

Apresentação

Sob o título "Os desafios da gestão municipal democrática", se consolida no Instituto Pólis uma linha de pesquisas e publicações cujo ponto central é o desenvolvimento de uma metodologia para avaliar as políticas públicas vinculadas à democratização da gestão e à melhoria da qualidade de vida. O recorte se dá em torno das políticas de âmbito municipal. Para proceder a qualquer avaliação é necessário que se estabeleçam critérios e conceitos de qualidade e de eficiência. Para tanto, observa-se o potencial inovador dessas políticas e o impacto de sua implementação. Em relação aos impactos, considera-se tanto o resultado das políticas públicas na melhoria da média das condições quanto na melhoria do patamar inferior, ou seja, sua capacidade de promover a inclusão social.

Pela distribuição de atribuições constitucionais, pouco cabe ao Município, em termos de grandes rumos e de proposições decisivas, na condução de diretrizes econômicas, que evidentemente têm grande impacto nas condições de vida da população. No entanto, cabe aos municípios importante papel, de mais longo prazo, na construção das bases para a qualificação e a potencialização de recursos humanos. Boas condições de vida são elemento essencial para o desenvolvimento de qualquer ser humano e para o sucesso de um grupo social.

Assim, ao falar de melhoria de qualidade de vida, também se toca no tema da ampliação das oportunidades de escolhas individuais, portanto, na construção da cidadania, tendo-se por base o ideal da democracia universal, que significa partição tanto do poder quanto das oportunidades.

Nessa linha de avaliação de políticas públicas – que visa contribuir para a melhoria da qualidade, da capacitação técnica e da eficiência das administrações municipais –, o Instituto Pólis consolida extensa e reconhecida produção, que se consubstancia na publicação seriada *Pólis*, atualmente em seu número 36, em que se destacam títulos como: "Como reconhecer um bom Governo" e "Orçamento Participativo no ABC: Mauá, Ribeirão Pires e Santo André", a série *Dicas* e diversas pesquisas e publicações específicas, particularmente o conjunto "*Os desafios da gestão municipal democrática*", que conta com os títulos: Recife, Fortaleza, Porto Alegre e Santos, desenvolvidos em parceria com o Centro Josué de Castro e o apoio da União Européia.

O Brasil não tem tradição de verificação e cobrança do que é feito dos recursos públicos. O clientelismo e o discurso acabam prevalecendo sobre as avaliações objetivas e a transparência das ações. É nessa perspectiva que a presente série e a metodologia que procura desenvolver seguem o mesmo rumo visado por entidades nacionais e internacionais que buscam qualificar e aperfeiçoar a Gestão Pública, premiando as melhores práticas: o Prêmio Prefeito Criança da Fundação Abrinq pelos direitos da Criança, ou os prêmios "Melhores Práticas em Gestão Pública" do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) e Sepurb (do Ministério do Planejamento) e "Gestão para o Entorno Humano" do UNCHS - Habitat (United Nations Center for Human Settlements).

Atualmente, é arriscado enfatizar a questão local, principalmente pela ambigüidade que carrega. Há quem argumente que defender a descentralização e a ação local é uma forma de reiterar as posições em favor da redução do Estado. Contrariamente, no entanto, deve ser lembrado que o Município é o Estado no nível local e que, nos últimos anos, se alguns índices melhoraram no Brasil, como aponta a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 1999) do IBGE, são justamente aqueles que refletem ações locais, principalmente municipais: a cobertura escolar, a redução do analfabetismo, a coleta do lixo e a atenção à infância. É aquele conjunto de atividades que, por estar próximo da população, é posto à vista como objeto de algum controle social. A existência e divulgação desses indicadores é uma boa forma de evidenciar a ação governamental, permitindo sua cobrança por parte da sociedade. Se a mesma prática se estendesse a outras esferas de governo e a programas de outra natureza, inclusive de desenvolvimento econômico, poderíamos ter também um círculo virtuoso de acompanhamento e cobrança social que seguramente elevaria nossos índices de desenvolvimento nos demais aspectos da vida social e do progresso econômico. Um sistema de informação e indicadores deve instrumentar não só o Estado, mas principalmente a Sociedade.

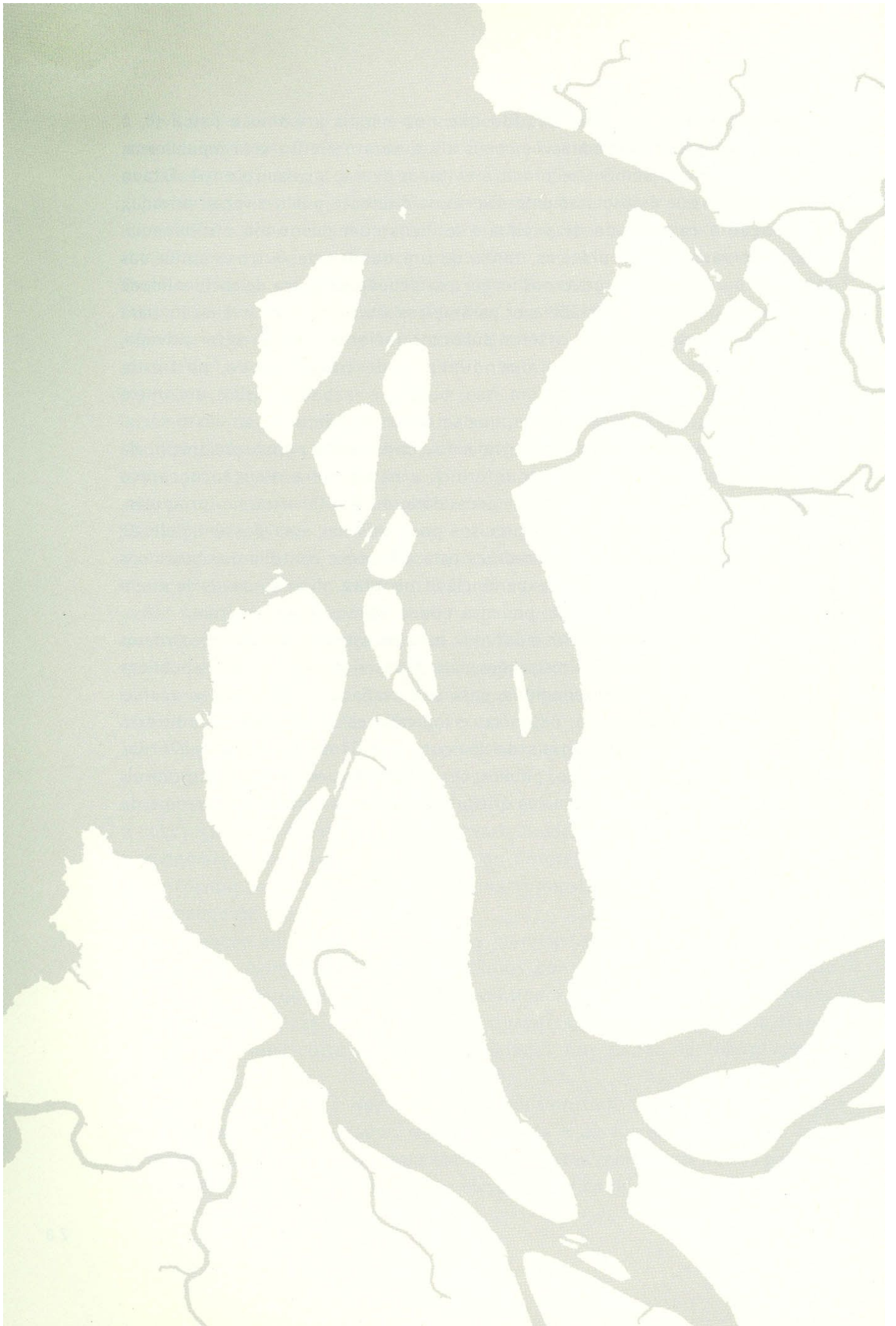
Em relação ao alcance das políticas municipais, convém ressaltar que, se de um lado é impossível aos Municípios contrabalançar um modelo de desenvolvimento que é fortemente concentrador, por outro, têm representado o espaço de práticas socialmente estruturantes, capazes de forjar a transformação de uma cultura política tradicional, que se faz de clientelismo e impunidade.

Assim, olhar para a questão local não significa, em hipótese alguma, renunciar ao papel regulador, redistributivista e de fomento do Estado nem posicionar-se num debate maniqueísta entre políticas econômicas *versus* políticas sociais. Consiste, principalmente, em elevar a prática do controle do cotidiano

e da materialidade da vida, daquilo que nos é mais próximo e palpável, à condição de aprendizado para vãos mais altos, para a efetiva vida republicana.

Nesses termos, também se procura evitar o debate grosseiro entre Estado ou Mercado (o que é absolutamente diverso da discussão público *versus* privado), em relação à capacidade de produzir serviços com economia e eficiência. Mas, observando-se as práticas, tanto de um quanto de outro e ainda das inúmeras parcerias entre governos locais e sociedade na busca de racionalidade e eficiência, pretende-se estabelecer parâmetros alternativos de avaliação, para que não se transplante para o setor público a racionalidade do setor privado, restrita a cada específico empreendimento, desconsiderando, portanto, a racionalidade do conjunto. Com isso, busca-se trabalhar sobre um outro conceito de eficiência e de eficácia, que se refere ao conjunto, ao custo social total da melhoria da qualidade de vida do conjunto da população (melhoria da média e elevação do patamar inferior), e não à mera redução do preço final de serviços específicos ou da necessidade de capital para sua produção. A disponibilidade de indicadores precisos pode nos dar essa possibilidade de aferição; é a produção desses indicadores para aferição e controle que buscamos construir a partir da análise de experiências concretas, observando-as de modo objetivo, com metodologia que, pouco a pouco, vamos aperfeiçoando.

Assim, se nos procedimentos adotados para os estudos de caso recorreremos a material das próprias administrações para a descrição das políticas públicas e programas por elas empreendidos, para sua avaliação consideramos apenas material de domínio público: pesquisas e indicadores de entidades produtoras de dados, balanços, mensagens do Executivo à Câmara, *O Diário Oficial*, periódicos de ampla circulação, publicações e trabalhos acadêmicos disponíveis em bibliotecas, páginas eletrônicas oficiais dos diversos níveis do governo e de entidades.



1. A Cidade de Belém

"Passeio de lancha no Chapéu Virado pelo furo do Maguari.
Praias, tomar banho de água doce em quase pleno mar.
Enxames de ilhas, cardumes de ilhotas que vão e vêm, desaparecem."

Mário de Andrade ¹

Belém é, antes de tudo, a água: o Rio Guamá, a Baía de Guajará, o sem número de igarapés... e a chuva.

Impossível entender Belém sem ascultar o rio, sem ver o rio. Mas, como diz a sabedoria popular, "não se toma banho duas vezes no mesmo rio", as águas passam, banham e se vão. O rio é o fluxo e a mutabilidade permanente. Uma mutabilidade que segue seu curso, mansamente e sempre.

Belém é assim. O que é hoje não foi idêntico ontem. A referência ao tempo não é de um tempo linear (difícil comparar passado e futuro). O tempo (o antes, o depois e mesmo o limite das estações do ano) é determinado pelo desígnio da água: a chuva. O próprio território é mutável: há ilhas que o rio ora encobre, ora torna território municipal. A superfície líquida não deixa de ser uma superfície urbana.

Nada é maniqueísta em Belém: a água divide o território e ao mesmo tempo o integra; a chuva faz o barro, mas afasta os mosquitos e as doenças.

Além disso, a herança e a permanência indígena são aspectos importantes. A metrópole brasileira com o maior consumo *per capita* de farinha de mandioca certamente conserva em sua alma coletiva a cosmovisão indígena e sua noção de território.

"Em matéria de construção, quase tudo que Belém teve em seus começos dependeu dos Tupinambás. Ocupantes primitivos do sítio em que foi fundada a cidade, nuclearam-se depois nas áreas dos seus futuros bairros. Nestas condições, como vista ou paisagem urbana, Belém não podia deixar de ter algo de 'indígena'."

Eidorfe Moreira ²



foto 1: O Mercado Ver-o-Peso e a Baía do Guajará vistos do Forte

Belém foi fundada em 1616. Suas primeiras ruas eram caminhos estreitos com ponto de partida no Forte do Presépio, mais tarde designado Forte do Castelo. Sua área urbana foi estabelecida pela Carta de Doação e Sesmarias, com o limite territorial da 1ª Léguas Patrimonial, contada a partir do Forte. Em meados do século XVIII tinha 30 mil habitantes, chegando, com o esplendor da borracha, a 120 mil em 1.900 ³.

A ocupação do território urbano se fez tentando vencer inúmeros rios e igarapés, que dificultavam ainda mais a ocupação das áreas alagadas e alagáveis, abaixo da cota de quatro metros (limite máximo de alcance das marés). Conforme o Plano Diretor de Transportes Urbanos – PDTU ⁴, até fins de 1950, a cidade já havia ocupado praticamente todos os terrenos firmes, sem problemas de inundação, até os limites da 1ª Léguas, onde grandes áreas de terras foram doadas a instituições públicas e privadas, tornando-se barreiras à expansão física da cidade.

Na década de 60, começam a ser ocupadas as áreas de baixada na área central, como pressão de um crescimento acelerado devido ao movimento migratório, particularmente no final da década. Encontrando o cinturão institucional, essa mesma pressão irá atravessá-lo nos pontos abertos, ao longo dos eixos viários da BR-316 e da Augusto Montenegro (rumo a Icoaraci), que definem a expansão urbana nos anos 70. A partir do final dos anos 80, com a extinção do BNH e a promulgação da Lei nº 6.766 (de regulamentação dos loteamentos), a maior expansão se dá não mais por conjuntos habitacionais e loteamentos, mas por ocupações e loteamentos ilegais.

O Município tem 505,82 km², dos quais 34,36% (173,78 km²) em área continental e 65,64% (332,04 km²) de área insular, constituída de 43 ilhas. O tamanho das ilhas vai de poucos metros (a ponto de não ser identificadas por imagem de satélite) até os 212,5 km² da Ilha do Mosqueiro, a maior delas. A área urbana inclui a quase totalidade do território continental e a faixa litorânea da Ilha do Mosqueiro. O restante, bem como todas as demais ilhas, é zona rural.

O Município é dividido em oito distritos, cujos limites foram estabelecidos pela Lei nº 7.782, de 5 de janeiro de 1994. Existe, ainda, uma subdivisão por bairros, que é cada vez menos utilizada, já que os distritos correspondem às divisões administrativas do governo municipal.

Mais de 75% da população vive na zona urbana, no entanto a densidade média é bastante baixa: apenas 20% do território municipal tem mais do que 20 hab./ha. Há concentração apenas em alguns distritos centrais, como os Distritos Administrativos de Belém – DABEL, de Sacramento – DASAC e do Guamá – DAGUA e no bairro de Icoaraci, ao norte do Município.

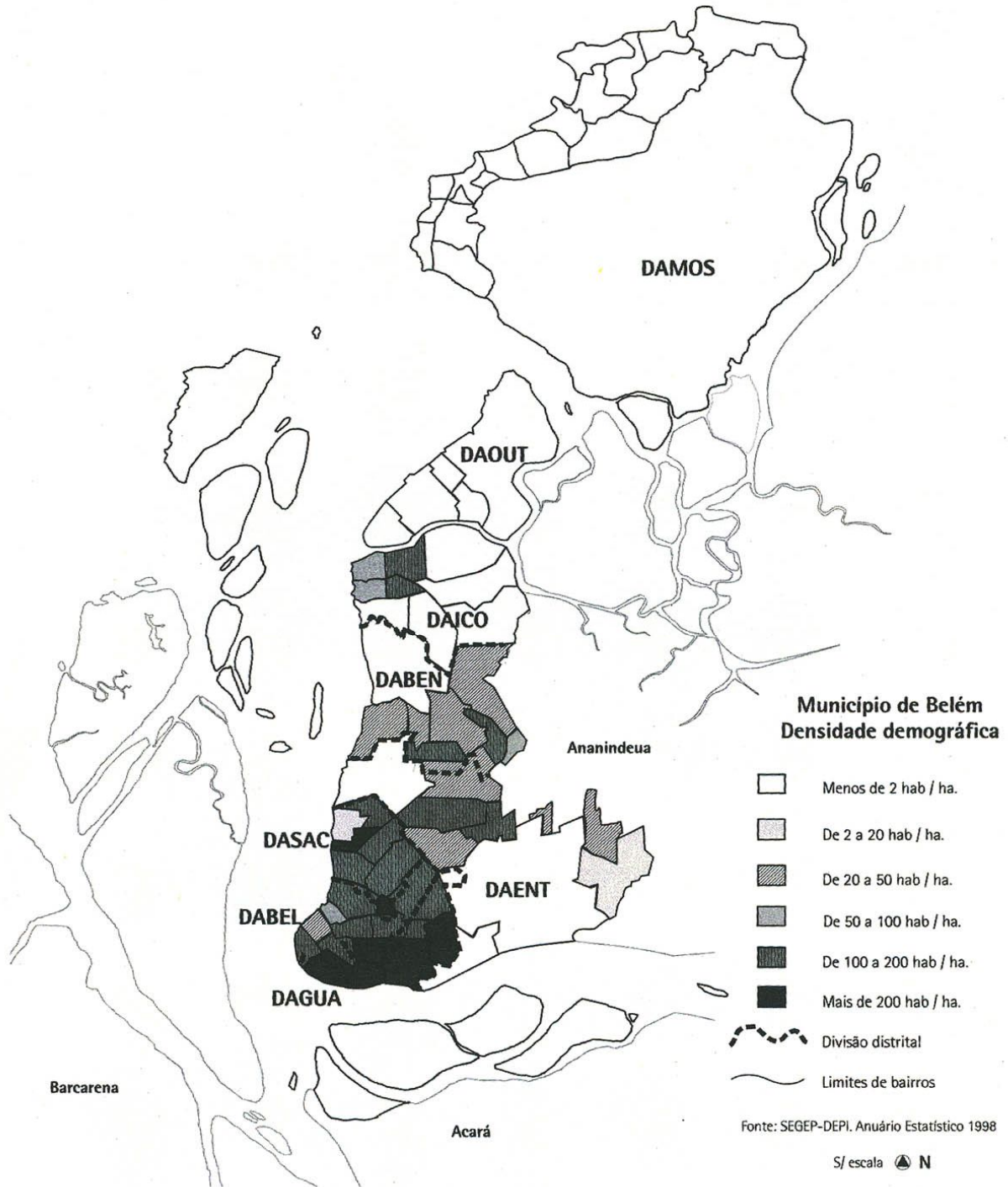


foto2: Padrão de ocupação das baixadas, Tucunduba



foto 3: Padrão de ocupação das baixadas, Mata-Fome

Mapa 1: Divisão Distrital e Densidades



Belém é o município central de sua Região Metropolitana (RM), criada pela primeira lei nacional referente a Regiões Metropolitanas: a Lei Complementar 14, de 1973, que delimitou a Região Metropolitana de Belém como formada pelos municípios de Belém e de Ananindeua. A Lei Complementar 27, de 1995, incorporou à Região os Municípios de Benevides, Santa Bárbara do Pará e Marituba, sendo esses dois últimos criados por desmembramento de Benevides, respectivamente em 1993 e 1997. Desse modo, a Região Metropolitana é hoje constituída por cinco Municípios: Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará.

Em 15 de dezembro de 1993, houve entre Belém e Ananindeua um acerto de limites, que se consubstanciou na Lei nº 5.778 e representou a transferência de quase 15% da população de Belém para Ananindeua.

Considerando-se que o Censo é de 1991 e a Contagem Populacional de 1996, toda essa transformação de limites, criação de novos municípios e ampliação da Região Metropolitana se deu nesse período intercensitário, o que torna a identificação da série histórica de crescimento populacional bastante complicada.

O quadro abaixo procura recuperar esse processo para o período de 1970-96.

Quadro 1: Região Metropolitana de Belém – Formação População dos Municípios

	1970	1980	1991	1996	observações
Ananindeua	22.602	65.878	88.151 ⁽¹⁾ 285.368 ⁽²⁾	341.257	Alteração de limites entre Ananindeua e Belém em 1993 transfere área ocupada por 197.217 habitantes em 1991 de Belém para Ananindeua.
Belém	633.749	933.287	1.244.689 ⁽¹⁾ 1.047.472 ⁽²⁾	1.144.312	
Benevides	14.047	22.321	68.465	77.369 ⁽¹⁾ 28.130 ⁽²⁾	49.239 passam a Marituba, desmembrado de Benevides e instalado em 01/01/1997
Marituba	-	-	-	- 49.239 ⁽²⁾	
Sta. Bárbara do Pará	-	-	-	11.549	Desmembrado de Benevides entre 1991 e 1996.
Total Região Metropolitana	656.351	999.155	1.332.840	1.485.569 1.574.487 ⁽³⁾	Lei complementar de 1995 incorpora à região Metropolitana Benevides e Sta Bárbara do Pará. Marituba, desmembrado de Benevides em 1997, também está incluído na RMB.
Pará	2.161.316	3.403.391	4.950.060	5.510.849	

fonte: IBGE Censos – dados finais: 1970, 80, 90 e Contagem 1996.

(1) população contada no município.

(2) população real incluindo a população transferida de ou para outro município.

(3) Região Metropolitana de Belém incluindo os Municípios a ela incorporados em 1995.

Inclui portanto: Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, e Santa Bárbara do Pará.

Ao lado dessa dificuldade quanto aos dados estatísticos de Belém, ainda se soma a carência de uma entidade pública com atribuição específica para a produção de dados estatísticos. Assim, enquanto a maior parte dos Estados brasileiros (de maior porte e com grandes aglomerados urbanos) contam com instituições estaduais produtoras de estatísticas, o Estado do Pará teve a sua – Instituto de Desenvolvimento do Estado do Pará, IDESP – encerrada pelo

Governo Estadual em 1998 e desde então não há produção nesse campo. Também a Pesquisa de Emprego/Desemprego (PED) foi encerrada em 1998, pelo fim do convênio entre o Estado e o DIEESE.

Nessas condições, avaliar os impactos das Políticas Públicas com o apoio de indicadores torna-se uma tarefa quase inglória, particularmente se considerarmos que à inexistência de entidade produtora de dados no Estado soma-se o fato de o Registro Civil não computar a totalidade da população. O sistema DATASUS de informações, trabalhando com dados do IBGE e do SINASC (Sistema de Informações sobre Nascidos-Vivos, do Ministério da Saúde), aponta para o Estado do Pará a razão de 65,35% entre nascidos-vivos informados e estimados, o que, para o ano de 1997, corresponde a 109.095 nascimentos informados para um provável total de 166.928 nascimentos. A título de referência, para esse mesmo ano, essa razão é apontada como 73,4% no conjunto da Região Norte, 73,2% na Nordeste e 87,1% em todo o País. Semelhante proporção ocorre entre óbitos informados e estimados, cuja razão é ainda pior, correspondendo, no Estado do Pará, a 57,37%, ou seja, praticamente metade das mortes não são notificadas ⁵.

Somadas as dificuldades no uso da série histórica dos censos, ausência de entidade produtora de estatísticas, registro de pouco mais do que a metade dos nascimentos e mortes, a única fonte oficial que resta é a Pesquisa Domiciliar por Amostra de Domicílios, realizada anualmente pelo IBGE e, a partir de 1996, desagregada para a Região Metropolitana de Belém. No entanto, para toda a Região Norte, a PNAD considera apenas a população urbana. Assim, os dados informados pela PNAD referem-se à população urbana da Região Metropolitana de Belém. Mas, para que se utilize tais dados, é fundamental esclarecer e identificar exatamente qual o significado desse recorte.

A PNAD, conforme sua "Conceituação das características investigadas", aponta que, para toda a década de 90, adotou a divisão territorial e a malha setorial vigentes em 1º de setembro de 1991, utilizadas para a realização do censo 1991, ou seja, no caso de Belém, considera como Região Metropolitana (e, portanto, para levantamento de amostras) apenas Belém e Ananindeua, segundo seus limites territoriais anteriores a 1993. Por outro lado, considera apenas a população urbana. Assim, para que se possa compreender a efetiva série histórica e as transformações na área, é necessário observar esse processo de transformação e acomodação institucional/territorial de Belém e sua Região Metropolitana. Para que se possa traçar um paralelo entre os dados censitários e a PNAD foi elaborado o Quadro 2 à diante.

Conforme se pode observar, em 1996, a população urbana do município de Belém (851.705 habitantes) representava praticamente 90% da população urbana da Região Metropolitana e mais de 75% da população total do Município de Belém (respectivamente 89,91 e 74,43%). Nesses termos, ainda que a população de Ananindeua tenha crescido no período entre 1996 e 1999, com taxas mais

elevadas que as de Belém, dado o volume muito maior da população de Belém, o impacto no total não é tão significativo, implicando numa mudança de proporção sobre o total relativamente pequena. Isso nos permite adotar como representativos para Belém os dados levantados pelas PNADs do período 1996 a 1999. Se, pela natureza da PNAD e pela amostra que adota, não é possível desagregá-la para recortes menores do que Região Metropolitana, as informações que oferece em termos percentuais são perfeitamente utilizáveis, numa margem muito aceitável de erro, como representativos para o Município de Belém.

Quadro 2: População

		1970	1980	1991 ⁽³⁾	1996 ⁽²⁾	1997	1998	1999	2000
Belém	total	633.749	933.287	1.244.689	1.144.312	1.160.181	1.173.534	1.186.926	1.200.355
	urbana	602.861	-	849.187	851.705	-	-	-	-
Ananindeua	total	22.602	65.878	88.151	341.257	363.476	382.194	400.940	419.754
	urbana	2.916	-	74.051	95.630	-	-	-	-
Região Metropolitana ⁽¹⁾	total	656.351	999.155	1.332.840	1.485.569	1.523.657	1.555.728	1.587.966	1.620.109
	urbana	605.777	-	923.238	947.335	954.552	959.609	964.658	-

fonte: população total e urbana 1970-1996: IBGE Censos 1970, 1980, 1991 e Contagem 1996.
 população total 1997-2000: TabNetWin 32 2.1b: População Residente. Extraído em 24/06/2000, www.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe/ibge/pupa.def
 população urbana 1997-1999: IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios, Pará e Região Metropolitana de Belém: 1997, 1998, 1999 - tabela 1.1. população residente
 (1) considerados apenas os municípios de Belém e Ananindeua, conforme adotado pela PNAD
 (2) há pequena divergência de valor entre a população urbana da região metropolitana apontada pela Contagem 1996 e PNAD 1996. O dado apresentado na tabela é o da Contagem 1996.
 (3) Em 1993 houve revisão de limites entre Belém e Ananindeua. Computada a população 1991 dos distritos que foram transferidos resulta em saldo de população transferida de Belém para Ananindeua de 197.217 habitantes, o que implica que para considerar a série histórica a partir de 1991, é necessário considerar as populações de 1991 como sendo: Belém 1.047.472 e Ananindeua 285.368.

Por outro lado, para que se possam fazer paralelos com dados disponíveis em desagregação apenas no nível estadual, é importante lembrar que, se considerados os dados de 1999, a Região Metropolitana de Belém (Belém + Ananindeua) abrange 26,97% da população do Pará e o Município de Belém, sozinho, 20,16%.

A maior parte da população residente é do próprio Estado, seguindo-se de maranhenses (pouco mais de 3%) e cearenses (1,5%). Outras origens são pouco significativas. Entre os de origem estrangeira predominam os japoneses.

A taxa de crescimento anual apontada pelo IBGE (para a RMB, conforme acima referida) é de 2,23%, no período entre 1991 e 1996, o que se distribui desigualmente entre Belém e Ananindeua, que, como a maioria das cidades das áreas metropolitanas brasileiras, cresce com taxas mais elevadas que o município central.

Em termos econômicos, Belém é um grande centro regional, centralizando, portanto, toda a atividade comercial e de serviços especializados de ampla região, particularmente no que se refere à indústria extrativa no Estado do Pará. Isso envolve desde serviços de informática a financeiros, médico-hospitalares e educacionais, delineando, assim, sua principal atividade econômica, tanto em termos de movimentação de recursos quanto de emprego. O Turismo e o Lazer crescem progressivamente. Também são consideráveis a produção de hortifrutigrangeiros, de açaí e a indústria de móveis.



2. Governo do Povo gestão 1997-2000

2.1. Objetivos e Princípios

Arquiteto, professor universitário com título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAIA, da UFPA (Universidade Federal do Pará) e autor de livros, Edmilson Brito Rodrigues, o terceiro entre os sete filhos de D. Deusa, é designado pelos que o conhecem como "um caboclo de esquerda". A expressão singela, e até afetuosa, condensa e expressa o perfil que o faz portador de complexa proposta urbanística, cultural e de utopia social.

Eleito pela coligação Frente Belém Popular, composta pelo PT, PCdoB, PPS, PSTU e PCB e liderando uma equipe jovem e aguerrida, Edmilson apresenta uma proposta de governo que é absolutamente coerente e sinérgica nos mínimos detalhes: absolutamente contemporânea, incorporando todos os objetivos de eficiência e produtividade que as grandes empresas não se cansam de valorizar; absolutamente de esquerda e precisa em seus objetivos.

Propõe, associados, um programa que é simultaneamente um Projeto Político e um Projeto Urbano; ambos com objetivos totalmente claros, desenvolvendo-se sobre uma prática cotidiana. Recolhidas de diversas entrevistas e discursos, parte deles publicados, as frases abaixo resumem o conjunto e o "tom" de sua postura e proposições:

"A principal obra não é a que tem um resultado paisagístico, físico. A principal obra de um governo de esquerda é a construção de um novo nível de consciência social, consciência do povo de que o futuro depende de sua própria história, de seu orgulho por ela e de si mesmo. Nesse sentido, o principal tem sido a busca de novos valores culturais, o princípio da solidariedade, a cooperação, a justiça social, o amor ao próximo e a *construção de uma sociedade que seja rica, mas que a produção de riqueza não implique no aumento permanente da pobreza*"⁶.

"A sociedade é plural. Temos que respeitar as diferenças, mas o governo tem posição. Não é um governo para todos como forma de manutenção do *status quo* social, visto como forma de tratar igual aos desiguais. Não. Temos

que criar a oportunidade para que o pobre possa conquistar um novo e melhor nível de vida" ⁷. "Mas a ação não pode ficar no imediatismo, apenas respondendo às carências mais evidentes. É necessário investir numa mudança de comportamento: não só o asfalto, mas mudança cultural, bolsa-escola, geração de renda" ⁸.

Carregando numa postura ética e moral, expressa sua utopia no discurso e na prática. Na inauguração de uma avenida onde o canteiro central foi transformado em área de lazer, ao referir-se ao Orçamento Municipal e às decisões que os chefes do Executivo têm que tomar, comparou essa situação à de um pai de família que dispõe apenas de um real. "Se um pai de família tem apenas um real. O que faz o bom pai de família? O bom pai de família pega o real que tem e compra ovos e um quilo de farinha para levar para casa. Ele não vai gastar seu um real no bar, tomando pinga. Ele leva comida para casa."

É o princípio e a lógica da responsabilidade individual de cada cidadão, a mesma que prevalece na concepção da Bolsa-Escola: democratizar as oportunidades, mas também a responsabilidade, a iniciativa e o empenho.

A propósito, num momento de escândalos políticos no País, da malversação do dinheiro público, atribuir ao homem público que não vá "tomar pinga no bar", reveste-se de uma força e de uma precisão política que vão muito além dos limites da administração urbana.

Voltando à questão da "tomada de decisão", afirma: "Quando se ocupa um lugar na institucionalidade aparecem contradições, porque os recursos são escassos e os problemas são grandes e você tem um poder de decisão. Por maior que seja sua história de luta pelos direitos da cidade, você não vai conseguir garantir todos os direitos. Temos plena consciência de que não estamos no poder enquanto povo, mas, sim, ocupamos uma parcela do poder. Ocupamos um espaço no Estado, mas que não é o nosso Estado; é uma esfera municipal, uma parcela, uma dimensão do Estado de uma sociedade capitalista com pouco poder em termos de transformações das estruturas. No entanto, é um espaço privilegiado para incentivar e consolidar espaços, novos espaços de participação popular, mas isso não se faz por decreto, não se estabelece que o povo tem poder. O poder do povo é o povo que o constrói. Daí, que não somos um governo que ajuda o povo, mas é o próprio povo que amplia espaços, se auto-ajudando no processo de construção de uma contra-hegemonia à hegemonia burguesa. O que temos que trabalhar exatamente é com a dimensão histórica, e a história não é um processo linear; uma vitória eleitoral não representa necessariamente a hegemonia" ⁹.

Quanto à formulação das Políticas Públicas municipais, no dilema entre equidade e lógica do mercado, parece rejeitar posições maniqueístas, assumindo que o necessário é questionar e requalificar a definição de eficiência. A discussão e as respostas apresentam-se incorporadas à definição de critérios quantitativos ou qualitativos que permeiam o planejamento e gestão.

O documento produzido pela Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – SEGEP, em março de 1999 (Sistema de Gerenciamento do Planejamento Estratégico Situacional), discute amplamente a relação entre proposta política e planejamento e gestão: "A inclusão desse debate (proposta política – planejamento e gestão) no campo da coordenação e gestão do planejamento desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Belém, decorre da necessidade de inserirmos nossa situação local à discussão acerca de novos modelos de gestão para a administração pública" ¹⁰.

A particularidade e o interesse das experiências implementadas em Belém é que, se por um lado o Município não se constitui em um poder totalmente independente no campo institucional, mas vinculado ao pacto federativo, por outro, ao ter em sua natureza a materialidade e a responsabilidade sobre esse artefato chamado Cidade, faz com que o governo municipal, obrigatoriamente, circule num espaço que vai da gestão pública ao projeto – o modelo de cidade – que, em sua tradição, lida com o espaço, a cultura e a utopia social.

Enquanto modelo de gestão pública, Belém adota o princípio da gestão socialmente construída, implementando-a de forma alternativa ao tradicional modelo burocrático ou ao – mais em voga atualmente – modelo gerencial, pautado no gerenciamento por objetivos, tendo como fundamento os instrumentos de gestão empresarial e como conceitos básicos, a eficiência, a racionalização dos processos e a relação custo-benefício, concebendo o cidadão como cliente.

Daí, a importância paradigmática de sua forma de assumir o "Planejamento Estratégico Participativo", conforme veremos ao longo deste texto.

2.2. Do Programa de Governo às Marcas: o estabelecimento de um modelo próprio de Planejamento Estratégico

Conforme consta na publicação *Programa de Governo*, a elaboração do Programa da Frente Belém Popular teve início com a realização de uma assembléia popular, que debateu e deliberou sobre a metodologia de elaboração do plano, aprovando também os princípios programáticos para uma Administração Democrática e Popular. A fase seguinte foi marcada pela realização de fóruns organizados pelas comissões temáticas. Constituiu-se de conferências, seminários, oficinas de trabalho e debates que contaram com a contribuição de intelectuais, militantes e entidades associativas. É resultado, também, de contribuições individuais, socialização de experiências de administrações populares, demandas de diversas categorias profissionais, além de inúmeras sugestões da população durante o processo eleitoral.

Buscou aglutinar subsídios em torno de um projeto que pudesse refletir o desejo e as reivindicações de longos anos sobre os impasses e as perspectivas da cidade. "Fundamenta-se na democratização da gestão pública, propondo um projeto de sociedade onde a democracia assumira valor estratégico, um projeto que visa redefinir a relação entre o Poder Público e a população, inverter prioridades e criar uma nova identidade social no município, assim como uma nova cultura política" ¹¹.

Por outro lado, a necessidade do desenvolvimento econômico e da geração de renda é colocada como essencial, pois "a cidadania, para existir, precisa ultrapassar os limites de um mero direito à participação política formal, exigindo um padrão de vida digno de toda a sociedade. Caso contrário, o comportamento dos indivíduos despossuídos será de subserviência a eventuais benfeitores. Sem uma renda mínima e sem educação básica, as classes populares permanecem alienadas de qualquer participação real" ¹².

Nesses termos, o programa aponta como princípios programáticos: a participação popular, a transformação da cultura política local, a democratização do Estado e a inversão de prioridades. O Orçamento Participativo é proposto como recurso estratégico para uma transformação cultural, ao conferir real poder de decisão à sociedade, concretizando uma forma de democracia participativa e promovendo a descentralização administrativa. Contrapondo-se à defesa do "Estado mínimo" e à privatização dos bens públicos, a proposta da Frente Belém Popular é ampliar a capacidade de planejamento e realização do setor público e fomentar canais de fiscalização do próprio governo, canais de controle social da estrutura administrativa municipal e atividades de prestações de contas em todos os níveis. Propõe-se encaminhar políticas econômicas alternativas, geradoras de emprego e renda, assumindo a questão social como o principal desafio do governo.

No que se refere especificamente à Política Urbana, se propõe a enfrentar a deterioração urbana e a reduzir os contrastes entre o centro e a periferia urbana, recuperando a identidade da cidade, por meio da valorização de seu patrimônio histórico e arquitetônico e da paisagem da baía do Guajará ¹³.

Traduzir todo o conjunto dessas proposições e das políticas públicas que lhes dão corpo, em termos de programas de ação e metas, exigiu uma elaboração que se estruturou com o recurso aos métodos do Planejamento Estratégico, desenvolvido com o apoio de consultoria especializada nesse tipo de dinâmica para instituições e empresas em geral, que será detalhado adiante em 4. Administração e Controle.

Na condução desse Planejamento tem importante papel o Congresso da Cidade, constituído a partir do final de 1998, abrindo um canal e conferindo mais clareza ao Planejamento Estratégico que o governo adotou para construir seu plano de ação, ainda na preparação da posse.

"O Congresso da Cidade representa um passo fundamental para a consolidação de um projeto estratégico de desenvolvimento para Belém. O Congresso da Cidade, fórum a ser constituído pelos atores sociais comprometidos com a afirmação do destino histórico da maior cidade da Amazônia, representa um espaço para debater e formular um projeto estratégico para a cidade orientado por referências próprias, resgatando as especificidades sócio-culturais que situam Belém como um fato singular no cenário urbano-metropolitano brasileiro" ¹⁴.

A perspectiva desse processo é contribuir para devolver à Cidade de Belém o lugar de centralidade política, cultural e econômica que sempre ocupou no contexto regional, afirmando-a enquanto espaço e síntese de aspectos culturais específicos na Amazônia.

"A exemplo do Orçamento Participativo, que se consolida como um espaço efetivo de participação popular na gestão do Município, a instauração do Congresso da Cidade representa a construção de um projeto de cidade que incorpora todos os segmentos sociais comprometidos com a afirmação de uma imagem positiva para Belém" ¹⁵. Mas, também nesse espaço, o governo municipal assume uma postura propositiva, ou seja, apresenta a sua proposta para a cidade por meio do conjunto de projetos e realizações que consubstanciam as Marcas de Governo. Essas Marcas, conforme proposto inicialmente são: Dar um futuro às Crianças e aos Adolescentes, Saúde para Todos, Sanear Belém, Revitalizar Belém, Transporte Humano, Participação Popular. A essas, foi em seguida acrescentada valorizar o Servidor Público.

O termo "Marca" advém do Planejamento Estratégico e refere-se às questões centrais, relevantes na Proposta de Governo. É por meio delas que o governo se identifica e se expressa no imaginário popular.



3. Marcas de Governo: políticas praticadas

O Governo de Belém do Pará adotou a política de desenvolver suas ações de forma organizada em torno de grandes objetivos, metas de desenvolvimento e de ação, estabelecidas desde o Plano de Governo. Esses grandes objetivos, envolvendo ações complementares e associadas, foram designados por "Marcas de Governo".

A implementação dessas propostas requer a ação conjunta de diversos setores, de forma complementar e integrada. Assim, as políticas setoriais não se desenvolvem cada qual a partir de sua própria ótica, mas estruturadas de forma intersetorial, procurando romper com as formas tradicionais, departamentalizadas e segmentadas, de administração pública. Assim, em torno das designadas "Marcas de Governo", consolidam-se as seguintes propostas: dar um futuro às crianças e aos adolescentes, revitalizar Belém, sanear Belém, garantir saúde para todos, transporte humano, participação popular e valorizar o Servidor Público.

Se, quanto à forma de execução e aos procedimentos administrativos, as marcas são "políticas integradoras" em sua razão de ser, em seus grandes objetivos, devem se articular e se integrar aos eixos básicos da estratégia de governo.

Tais eixos estratégicos, ou seja, os grandes propósitos de governo, conforme já abordado no item anterior, são: Desenvolvimento Econômico, Inclusão Social, Identidade Cultural, Gestão Democrática e Participativa, Meio Ambiente e Urbanidade.

Conforme apontam a Mensagem e o Relatório do Prefeito à Câmara Municipal de Belém, encaminhada junto à Proposta Orçamentária 2000, "as Marcas consistem nos objetivos substantivos do Governo do Povo no processo de intervenção na cidade e de garantia de direitos e, no âmbito interno, realizam a articulação interinstitucional entre as diversas instituições municipais".

Essa articulação, Marcas de Governo (políticas públicas)/eixos estratégicos/participação da população, é justamente o aspecto central do "Planejamento Estratégico" desenvolvido pela gestão 1997-2000.

O presente item relata o desenho, procedimentos e resultados das políticas empreendidas no âmbito de cada "Marca". Procurará, no entanto, considerar também de que modo se articulam aos grandes propósitos ou eixos estratégicos da gestão e em que medida são capazes de encaminhá-los. Questões mais operacionais, de procedimentos administrativos para sua viabilização, assim como a marca Valorizar o Servidor Público, serão tratadas no próximo item ("Administração e Controle").

3.1. Dar um Futuro às Crianças e aos Adolescentes

Considerando que o futuro depende das oportunidades que se tem na infância, essa Marca de Governo consiste numa proposta de integração de políticas setoriais de educação, saúde, assistência social, cultura, nutrição, direitos e formação profissional em uma só política de atenção integral, visando propiciar melhores perspectivas futuras a crianças e adolescentes. Constitui uma política pública de amplo espectro, contendo programas voltados ao conjunto da população e programas com foco específico para a população excluída, buscando proporcionar a crianças e adolescentes perspectivas e oportunidades que suas condições familiares não oferecem. Nesse caso, é definido como central a esta Marca o Programa Familiar para Educação, a "Bolsa-Escola", que busca reduzir o alto índice de crianças fora da escola, revertendo o quadro de crianças e adolescentes em situação de risco.

"Bolsa-Escola": Programa Familiar para Educação

O Decreto que instituiu o Programa Bolsa-Escola foi a primeira medida do governo, logo no primeiro dia após a posse e se apresenta como uma das principais prioridades do governo, que chegou a destinar 2,5% do orçamento municipal. "O Programa tem por objetivo a permanência da criança na escola e que não fique na rua. Centra-se na idéia de construir interesse pela escola, pela educação, por um futuro em condições melhores que a dos pais, um futuro através da formação" ¹⁶.

O Programa consiste na concessão de uma bolsa de um salário mínimo mensal a cada família de renda muito baixa que mantenha seus filhos, com idade entre 4 e 14 anos, na escola. A duração da bolsa é de dois anos, prazo em que a família deverá assumir essa responsabilidade autonomamente. Para que isso possa acontecer, a família recebe, nesse período, formação profissional e apoio para inserir-se de modo mais efetivo no mercado de trabalho.

Já em 1997, foram beneficiadas pelo Programa 500 famílias com crianças em situação de rua, atendidas pela Fundação Papa João XXIII (Funpapa) e mais 2.500 famílias em situação de risco, do bairro de Terra Firme, um dos mais pobres de Belém, cadastradas e selecionadas por técnicos do Grupo Executivo da Bolsa-Escola e da Comissão Local da Bolsa-Escola, que visitaram as casas das famílias e fizeram estudos sobre cada caso.

Em 1998, o programa expandiu-se para 4.500 famílias (abrangendo aproximadamente 20 mil crianças), alcançando outros bairros e em especial as famílias de catadores de lixo do Aterro Sanitário do Aurá.

Atualmente, o Programa totaliza quase 5.000 famílias, sendo que significativo número de bolsas é expressão de prioridades definidas em assembleias do Orçamento Participativo.

Aos adultos das famílias é garantido curso de capacitação para geração de emprego e renda, para que, ao final do benefício, tenham a chance de estabelecer-se, seja no mercado de trabalho, seja em iniciativas próprias ou cooperativas, que podem contar com acesso a crédito do Projeto Ver-o-Sol (Banco do Povo).

Assim, a proposta é a promoção da criança dentro do ambiente familiar, comprometendo a todos num processo construtivo e positivo de melhoria das condições de vida.

A consistência do Programa Bolsa-Escola sensibilizou vários setores da sociedade civil, que aderiram ao Programa doando novas bolsas-escola, como é o caso de colégios, Sindicato de Professores e algumas empresas.

O programa é, provavelmente, dos mais queridos ao Prefeito que, perguntado sobre o que considera seu maior sucesso, não vacila ao citar com emoção e orgulho a Bolsa-Escola.

Sem dúvida, tem motivos para tanto. Pesquisa realizada por empresa especializada, em fins de 1998, aponta a mudança de atitude das famílias envolvidas no Programa em relação à educação de seus filhos, que passaram a acompanhar e incentivar sua vida escolar.

Em termos de permanência e progressão das crianças na escola, os resultados alcançados pelo Programa são animadores, adquirem maior significado ainda se comparados à média do desempenho escolar em Belém, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 3: Desempenho escolar no ensino fundamental

em %

	Municipal		Estadual		Particular		inseridos na Bolsa-Escola	
	reprovação	evasão	reprovação	evasão	reprovação	evasão	reprovação	evasão
1996	28,2	6,0	29,8	12,2	6,5	1,0	-	-
1997	25,2	9,0	25,2	10,1	4,9	7,0	21,8	0,3
1998	-	-	-	-	-	-	14,3	0,1

fonte: MEC/INEP - SEDUC. Censo Educacional: 1996, 97, 98. Porcentagens calculadas sobre um total formado pela soma de: aprovados + reprovados + evadidos. Bolsa - Escola: SEMEC.

Projetos de suporte ao Programa Bolsa-Escola

Como suporte e complementação ao Programa Bolsa-Escola desenvolveram-se outras ações voltadas principalmente às crianças em situação de risco pessoal e social:

"Educação de Rua": o programa tem por eixo a erradicação do trabalho infantil e o combate à exploração sexual infanto-juvenil. Atende jovens em situação de rua promovendo educação progressiva, em etapas, desde o encaminhamento nos casos de drogadição, à educação em meio aberto (ruas e

praças) e em espaços institucionais visando o restabelecimento de vínculos sociais. Pesquisa realizada pela Prefeitura, em 1998, apontava a existência de 2.300 crianças e adolescentes em situação de rua. Mil Bolsas-Escola foram destinadas a esse grupo, metade por meio da assistência da Funpapa e metade acompanhada por entidades não-governamentais, como Emaús, Escola Salesiana do Trabalho, SESI, Pastoral do Menor, entre outros ¹⁷.

"Arte e Cidadania": o projeto atende crianças e adolescentes de 7 a 17 anos em situação de rua nos bairros de grande concentração populacional, oferecendo atividades socioeducativas de esporte, lazer, cultura, educação para a saúde e direitos humanos.

"Escola-Circo": também com o objetivo de evitar a situação de rua, este projeto realiza oficinas artístico-educativas, destacando as linguagens de teatro, expressão corporal, artes plásticas e habilidades circenses, desenvolvendo a criatividade e a auto-estima, a solidariedade, valores éticos e morais, buscando estabelecer a vontade de aprender e de transformar positivamente suas próprias vidas. O projeto atende anualmente cerca de 200 crianças.

"Sementes do Amanhã": é o projeto específico que retirou crianças e adolescentes que trabalhavam catando lixo no Aterro Sanitário do Aurá. Além da Bolsa-Escola, este programa oferece a cerca de cem crianças atividades complementares, de esporte, lazer e formação, além de oficinas de música e dança, atividades de leitura e construção de texto, e de resolução de problemas da vida prática, acompanhando as famílias por meio de visitas domiciliares e de sua inserção na rede de serviços. Este projeto é desenvolvido pelas Secretarias Municipais de Saneamento, de Educação, de Saúde, de Economia, Funpapa e conta com equipe de educadores, psicólogos e pedagogos, desenvolvendo atividades nos dois períodos. Levantamento feito pelas Instituições Não Governamentais parceiras no Programa Bolsa-Escola mostrou já em 1998 a retirada de 225 crianças e adolescentes do trabalho de catação de lixo no aterro sanitário do Aurá e a saída



foto 4: Crianças do Aurá, Projeto Sementes do Amanhã

de 417 crianças e adolescentes dentre as 450 atendidas por essas entidades em 1997 das ruas de Belém ¹⁸.

"Proteção Especial": acolhe em abrigos crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, violência e maus tratos, encaminhados pelos Conselhos Tutelares e Juizado da Infância e Juventude. Nesses abrigos temporários, ou "casas lares", as crianças recebem alimentação, vestuário, repouso e acompanhamento escolar, além de atendimento médico-odontológico e psicológico. Funcionando atualmente em quatro abrigos, este programa atende por volta de 130 crianças e adolescentes por mês, dos quais quase a metade retorna a seus familiares em Belém e outros municípios.

"Educação, Trabalho e Cidadania": projeto político-pedagógico que capacita profissionalmente adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. As ações deste projeto operam de maneira preventiva à precarização e exploração do trabalho do adolescente. A capacitação profissional é voltada para os setores secundário e terciário. Para a faixa etária de 16 a 18 anos, provê também estágios e atividades em empresas e instituições públicas e privadas, assegurando sua inserção e permanência na escola.

Escola Cabana

Dentre os projetos mais amplos, para o conjunto da população, certamente dos que mais se destacam, é a Escola Cabana. Consiste numa concepção de projeto Educacional que reformula o currículo do Ensino Oficial visando a uma formação mais crítica e estimulante. Envolve todo o sistema escolar da pré-escola à educação de adultos.

É um projeto político-pedagógico que reestrutura a ação educativa, adotando um método construtivista que valoriza os educandos como sujeitos, reconhecendo os diversos saberes sócio-culturais e acolhendo as diferenças. Incorpora o esporte, a arte e o lazer como partes do processo de formação.

A seriação anual é substituída por um sistema de ciclos com progressão continuada. São quatro ciclos ao longo dos nove anos do Ensino Fundamental. O sistema de ciclos amplia as condições de aprendizado e de permanência na escola, pois admite a progressão mesmo com um desempenho insuficiente em parte dos componentes curriculares. Nesses casos, há um acompanhamento para superação das dificuldades e, nos casos de maior defasagem, organizam-se turmas de aceleração de aprendizagem. A avaliação é processual, de modo que as provas não são o único instrumento de avaliação.

O sistema promove a formação continuada de professores e a prática da gestão democrática, com a valorização dos Conselhos Escolares como instância de gestão da escola. Promove também "Turma de aceleração" – visando reverter o alto índice de distorção idade-ciclo, que atinge 23% da população infantil ¹⁹.

Essa proposta educativa garante o acesso e a permanência dos portadores de necessidades educativas especiais nas escolas municipais. Selecionados por entrevista, esses estudantes freqüentam salas com número reduzido de alunos

e professores especialmente preparados. Este projeto tem o apoio de um instituto especializado que envia professores itinerantes às escolas. Complementarmente às atividades escolares, esses estudantes têm atendimento suplementar, acompanhamento e avaliações, em unidades próximas às escolas.

Não há melhor reconhecimento do sucesso da proposta implementada do que a expressiva fotografia e respectiva legenda publicadas no jornal de grande circulação por ocasião do aniversário da cidade ²⁰: um grupo de animadas crianças na porta da escola ilustra a frase: "O novo modelo de ensino adotado nas escolas municipais devolve a alegria de aprender aos alunos, muitos dos quais tinham problemas com o velho sistema".

Projetos educativos associados

Projetos na área de esporte, arte e lazer fazem parte do currículo regular, visando a uma formação ampla. Complementarmente, tais projetos se abrem para crianças, adolescentes e adultos do entorno da escola, tornando-a um agregador da comunidade. Esses projetos são:

"Cultura, Escola e Alegria": com o objetivo de revitalizar o espaço escolar e comunitário, este projeto promove oficinas de música, artes plásticas, teatro, literatura e artesanato, que já tiveram a participação de quase 3.000 pessoas. Para ampliar seu alcance, foram feitos intercâmbios entre suas produções e programações culturais da cidade. Dessa experiência decorreu a formação de seis grupos culturais em diferentes escolas da cidade.

"Moleque Pandeiro": em parceria com as escolas de samba locais, no interior das sedes dessas agremiações, este projeto desenvolve atividades de arte-educação em áreas associadas ao Carnaval, como música, artes plásticas e artes cênicas.

"Escolas de Esporte": são espaços de incentivo à prática do esporte e lazer nos bairros periféricos. Começando com 21 pólos, em 1997, chegou em 1999 com 37, atendendo mais de 8.000 pessoas, entre crianças e adultos.

"Cores de Belém": atividade que trabalha com o tema da pichação, procurando uma transformação de seu significado e suas manifestações. Desenvolve-se como atividade cultural que propõe aos grafiteiros e pichadores uma nova leitura e utilização de seus traços e linhas, procurando transformar a pichação em atitude positiva e artística. Articula-se com escolas, centros comunitários, iniciativa privada e com o movimento grafiteiro.

"Atividades Culturais e de Lazer": São inúmeras as atividades desenvolvidas no âmbito da divulgação e promoção da cultura e do lazer, tanto nos bairros quanto "abrindo" a cidade para usufruto de seus moradores. São atividades como contador de histórias, malas do livro, ônibus-biblioteca, barco-biblioteca (destinado à população das ilhas), oficinas culturais, escola de dança e folclore, além de brinquedotecas.

Saúde escolar

"Saúde geral, bucal e oftalmológica": este projeto desenvolve ações educativas, preventivas e curativas para estudantes de primeira série das escolas municipais e estaduais localizadas nos "bolsões de pobreza", especificamente nos bairros da Terra Firme, Bengui, Cabanagem, Guamá e Icoaraci. O projeto foi criado, em 1997, com recursos do Governo Federal e assumido inteiramente pela Prefeitura, a partir de 1998. Envolve saúde geral, bucal e oftalmológica, incluindo, quando necessário, o fornecimento de óculos corretivos. O projeto foi criado com a meta de reduzir os índices epidemiológicos nas escolas. Conforme dados fornecidos pela SEMEC (Secretaria Municipal de Educação), em 1998, esse índice era de 3,16%, passando a 2,38% no primeiro semestre de 2000.

"Educação nutricional": desenvolvido por meio de palestras, teatros e jogos, este projeto tem a finalidade de esclarecer crianças, adolescentes e suas famílias sobre o valor nutricional dos alimentos e sua importância. O atendimento da merenda escolar, sob a responsabilidade da Fundação Municipal de Assistência ao Estudante, foi ampliado de 99 escolas, em 1997, para 201, em 1999, e, em 2000, estendeu-se aos jovens do ensino noturno e à alfabetização de adultos.

"Censo de altura-idade": com o objetivo de avaliar o estado nutricional dos escolares e mapear as áreas de risco nutricional, o censo foi realizado entre escolares das redes federal, estadual, municipal e particular, na faixa etária de 6 a 8 anos, cursando a primeira série do Ensino Fundamental.

Esse conjunto de experiências levou à formulação de uma proposta abrangente: Projeto Belém Rede Local, que conta com diversos parceiros e obteve financiamento do BNDES sem reembolso. O projeto visa melhorar a rede de atendimento às crianças e adolescentes, estruturar um sistema de controle de qualidade dos serviços, de distribuição de vagas e de atendimento ao público, além de dar maior funcionalidade aos Conselhos Tutelares e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Obter dados de avaliação que forneçam um quadro da interferência das políticas municipais empreendidas em relação ao conjunto das condições sociais é bastante difícil, conforme já apresentado em 1. "A Cidade de Belém". Os dados produzidos e disponibilizados pela Prefeitura prestam conta com bastante detalhe de sua ação específica, conforme abaixo:

Quadro 4: Rede Municipal de Ensino Fundamental

	Escolas	Total de salas	Ampliação de vagas	Expansão matrícula inicial
1996	46	414	-	-
2000	58	500	8.293	30%

fonte: Mensagem e Relatório do Prefeito à Câmara Municipal de Belém, 1999.

No entanto, para o conjunto das redes, só foi possível localizar o total de matrículas iniciais, da Pesquisa Municipal de Educação Básica, do MEC, disponibilizada em seu Site. Os mesmos dados, para o período até 1998 estão disponíveis também no Diagnóstico Educacional do Pará – SEDUC-PA, 1996-1997 e 1998.

Quadro 5: Total de matrículas – Município de Belém

	Ensino fundamental				Ensino pré-escolar			
	municipal	estadual	federal	particular	municipal	estadual	federal	particular
1996	36.931	173.643	4.534	41.621	4.874	18.094	111	16.675
1997	41.931	175.714	4.579	42.817	8.098	16.620	432	15.309
1998	42.354	173.040	4.072	37.039	11.746	10.330	454	11.066
1999	44.554	167.789	3.848	34.406	7.820	10.965	366	12.307
evolução no período	+20,6%	-3,4%	-15,1%	-17,4%	+60,4%	-39,4%	+230%	-26,2%

fonte: MEC, Pesquisa Municipal de Educação Básica. www.inep.gov.br. Pesquisa em 25/06/2000: <http://pmeb.cibec.inep.gov.br/resultados.asp>

O que se pode observar é que para o Ensino Fundamental, a única rede ampliada foi a municipal (20,6%) enquanto todas as demais retraíram-se. O mesmo ocorre na pré-escola onde a ampliação municipal foi de quase 3.000 matrículas (60,4%) e a federal de 255 matrículas.

Em relação à Educação Infantil, também integrada ao novo projeto pedagógico do município – Escola Cabana, teve convênios com entidades comunitárias, transformando antigas escolas de bairro em anexos das escolas da rede municipal, proporcionando, assim, aos pré-escolares o acesso aos espaços mais amplos de esportes, leitura e informática. As creches, administradas pela Fundação Papa João XXIII – Funpapa, passaram à competência da Secretaria Municipal de Educação, denominando-se Unidades de Educação Infantil.

3.2. Saúde para Todos

Com a intenção de universalizar o atendimento à saúde, a Marca Saúde Para Todos representou uma vigorosa ação no sentido de ampliar a ação municipal na assistência à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Administração Municipal investiu, como prioridade, de um lado, no setor de Urgência e Emergência e, de outro, no Programa Família Saudável, que muda o modelo de prática em matéria de saúde, incorporando a estratégia de vigilância à saúde, implantando novos serviços voltados à prevenção de doenças e manutenção

da saúde. Investiu também na expansão da rede de serviços em geral e na construção de formas de controle social da gestão desses serviços.

O início da administração foi marcado pela municipalização do setor saúde. A cidade assumiu, então, a responsabilidade pelo controle, avaliação e auditoria da rede de saúde (estadual, federal e privada, contratada ou conveniada).

A primeira medida foi a contratação de médicos urgencistas e a descentralização do atendimento de urgência e emergência para a rede básica de saúde. Seguiu-se a elaboração do Plano Municipal de Distritalização da Urgência e Emergência, com a previsão de implantação de unidades de média e alta complexidade nos oito Distritos Administrativos.

Em termos de construção e obras em equipamentos de saúde, foram realizados durante a gestão: reforma de porte no Hospital de Pronto Socorro Municipal, construção de seis Unidades Municipais de Saúde e reforma de outras seis.

Dando início à descentralização do atendimento hospitalar, foi construído e será posto em funcionamento, em meados de 2001, o Hospital de Pronto Socorro Distrital do Guamá, área de onde provêm 30% dos atendimentos do Hospital de Pronto Socorro Municipal – HPSM.

Construído com recursos federais e municipais, o hospital conta com enfermarias gerais e especializadas, equipadas com 47 leitos de Urgência e Emergência, Centro Cirúrgico e Unidade de Terapia Intensiva. Tem capacidade para atender 150 a 200 ocorrências por dia, cerca de 40% da capacidade do Hospital Municipal, o que significa até 200 mil consultas e 30 mil internações por ano.

Ampliação do Atendimento em Saúde, 1996-2000

Atendimentos	87,16%
Leitos	113,00%
Equipamentos	88,23%

fonte: Mensagem e Relatório do Prefeito à Câmara Municipal de Belém – 1999

Numa parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Unimed de Belém, foi promovido, complementarmente, um curso de Suporte Avançado de Vida no Trauma, ministrado por instrutores de Fortaleza (CE) para médicos que atuam no atendimento de vítimas de acidentes em geral: de trânsito, quedas e ferimentos provocados por armas.

De igual importância foi o investimento em Programas inovadores e numa visão geral de procedimentos e ações em saúde mais humanizados, preventivos e de educação em saúde. O Programa Família Saudável, baseado no atendimento familiar preventivo e de orientação, representou importante passo e ampliação do alcance na atenção básica à saúde. Na mesma linha de humanização do tratamento, foram implantados novos programas, como o da saúde da mulher, o atendimento hospitalar e domiciliar para portadores de vírus da Aids, o atendimento a portadores de transtornos mentais e a dependentes químicos.

Programa Família Saudável

Este programa, implantado em agosto de 1998, consiste no atendimento médico domiciliar, com o objetivo de orientar as famílias na prevenção de doenças. É organizado a partir de equipes que, em contato direto com a comunidade em seu local de moradia, atuam prevenindo a subnutrição infantil, pesando e examinando crianças e fazendo pré-natal em gestantes. Também são feitos exames preventivos do câncer de mama e de colo do útero, além do atendimento especial aos idosos. A equipe atua, ainda, na prevenção e tratamento de doenças em geral, particularmente diabetes, hanseníase e tuberculose. O serviço atende atualmente por volta de 12% da população de Belém ²¹.

Os efetivos resultados só poderão ser observados dentro de alguns anos, quando poderá ser evidenciado o impacto na redução da morbidade e mortalidade por doenças evitáveis. De qualquer modo, dados da Datasus e da própria Secretaria Municipal de Saúde já anunciam uma melhoria do quadro.

Quadro 6: Doenças evitáveis – total de ocorrências

	1996	1997	1998
Dengue	-	13.695	5.813
Hanseníase	558	567	-
Hepatite	473	278	344
Leptospirose ⁽¹⁾	366	302	266
Malária	2.714	2.715	204
Meningite	282	235	319
Tuberculose	1.786	1.477	1.392

fonte: Secretaria de Saúde de Belém, Informações no Site, consulta em 18/09/2000.

1997 – painel 8; 1998 – painel 14 e 8; (1) fonte: DUARTE, Alba e GOMES, Luciano. Ocupação desordenada do Espaço Urbano e Política de Saúde: um estudo sobre Belém-PA. Curso de Serviço Social CSE/UFGA, 2000. 1996 e Dengue 1997 – Anuário Estatístico do Município de Belém p.131-134.

Neste projeto, cada equipe é formada por um médico (clínico geral), um enfermeiro e um técnico de enfermagem, além de agentes comunitários de saúde, que são moradores do local selecionados e treinados para apoiar a equipe, facilitando no diálogo e na confiança da comunidade. No ano 2000, o atendimento atinge cerca de 40.000 famílias, abrangendo bairros mais distantes do centro, e particularmente as comunidades das ilhas menores ou menos habitadas.

foto 5: Programa Família Saudável, "Casa Família"



O sistema é centralizado e referenciado nas Casas Família. No final de 1999, havia três unidades instaladas nos Distritos Administrativos de Icoaraci, Mosqueiro e Outeiro, além da previsão de instalação de mais doze em outros bairros.

Atendimento Materno-Infantil

Como estratégia para reduzir a mortalidade materno-infantil, foi lançado o Projeto "Nascer em Belém", em parceria com a Unicef, nas áreas de saúde da mulher e da criança. Para tanto, foram realizados treinamentos de assistência ao pré-natal para profissionais de saúde e ampliado o número de leitos em hospitais cadastrados ao SUS para atendimento a recém-nascidos com risco de vida.

O serviço de atendimento materno-infantil foi ampliado nas Unidades Municipais de Saúde e inclui o incentivo ao aleitamento materno e orientações básicas sobre recém-nascidos. Também foram implantadas Salas de Acolhimento para crianças, para atendimento de demandas típicas da infância, como inalações, problemas de garganta e pequenos ferimentos, onde as crianças são atendidas por equipe de saúde devidamente treinada, recorrendo ao médico apenas em situações extremas. Isso tornou o atendimento mais rápido e de maior resolutividade.



foto 6: Equipe do Programa Família Saudável em atendimento

Quadro 7: Mortalidade infantil

	nascidos vivos	total óbitos	óbitos < 1 ano	mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)
1996	-	6.187 ⁽¹⁾	-	-
1997	25.447	6.754 ⁽¹⁾	850	33,4
1998	25.375	6.774	785	30,9

fonte: Secretaria de Saúde de Belém, Informações no Site, consulta 18/09/2000, painéis 4 exceto quando indicado (1): Datasus, mortalidade CID-10.

As informações de nascimentos e óbitos têm problemas de precisão, conforme apresentado em 1. A Cidade de Belém. Assim, estão incluídos apenas os números que se confirmam nas várias fontes, incluindo dados da Secretaria de Saúde de Belém e Datasus.

No campo específico de saúde da mulher foi implantado o "Viva Mulher", basicamente destinado à prevenção e combate ao câncer de colo do útero. Realizou cerca de 50.000 exames, detectando 105 casos. O projeto, que posteriormente voltou-se também à prevenção do câncer de mama, deu a Belém o reconhecimento pela ONU como uma das 30 melhores cidades da América Latina em programas de saúde da mulher.

Atendimento especializado

A mesma orientação de preservação da saúde e de atendimento no próprio meio em que as pessoas vivem, evitando a internação e o afastamento da família e da comunidade. Assim são os programas especializados voltados à saúde mental e às DSTs e Aids. São respectivamente os Programas "Casa Mental" e "Casa Dia".

"Casa Mental": atende de forma ambulatorial crianças e adultos com transtornos mentais. Conta com profissionais especializados e mantém regularmente em tratamento cerca de 130 crianças, trazidas diretamente por parentes ou encaminhadas pelas Unidades de Saúde.

"DST"s e Aids": para os portadores do vírus da Aids foi inaugurado, no final de 1999, o serviço Casa Dia, que é administrado pela Secretaria Municipal de Saúde e oferece assistência domiciliar, serviços de laboratório e hospitalar. Conta com dois leitos infantis e cinco para adultos, aceitando internações por até 12 horas, prosseguindo o atendimento na residência do próprio paciente. O programa tem 148 pacientes cadastrados, representando um atendimento, em média, de 30 pessoas por dia.

As campanhas de prevenção e o atendimento a gestantes são por conta do Centro de Orientação e Apoio Sorológico, atento não só à Aids e testagem sorológica, mas ao conjunto das Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Saúde Bucal

O modelo de atenção à saúde bucal, com prioridade na promoção e prevenção, é posto em prática nas Unidades Municipais de Saúde, creches, escolas, serviço de urgência do HPSM (Hospital de Pronto Socorro Municipal) e na unidade de referência secundária.

A gestante, desde o início, recebe orientações, inclusive quanto ao tratamento do bebê. Nas escolas e creches é desenvolvido um programa informativo e preventivo, com a instalação dos "escovódromos" e distribuição de *kits* odontológicos. Com essas ações, o índice de cáries, que era de 4,49%, em 1996, baixou para 2,38%, em 1999, conforme avaliação feita em 36 escolas estaduais e municipais (aproximadamente 60%) de Belém (Mensagem e relatório do Prefeito à Câmara Municipal de Belém, 1999).

Modernização da Gestão

Visando à maior eficiência e redução de custos dos serviços de saúde, algumas iniciativas foram implantadas, como:

"Central de Internações": inaugurada, em maio de 1998, para controlar o fluxo de internações em hospitais e clínicas da cidade, a Central informatizada é responsável pela redução, de 40 para 5, no número de pacientes na fila de espera de leitos, reduzindo o tempo de espera de 4 dias para 48 horas.

"Almoxarifado Central": todo o material utilizado para as ações de saúde passou a ser armazenado e concentrado em um só local, com controle informatizado: o Almoxarifado Central, que permite a redução dos gastos em 25%, com previsão de reduções ainda maiores.

"Centro de Informações de Medicamentos": em parceria com o Centro de Estudos Superiores do Pará (CESUPA) e funcionando em suas dependências, este serviço presta informações a profissionais e à população em geral sobre medicamentos, esclarecendo sobre seu uso clínico, interação, eficácia e efeitos colaterais.

"Centro de Informações Toxicológicas": instalado no Hospital Universitário João de Barros Barreto, este Centro atende pessoas picadas por animais peçonhentos e intoxicadas por medicamentos, plantas tóxicas, produtos químicos e de limpeza, além de orientar pelo telefone os primeiros socorros dessas vítimas.

Vigilância Epidemiológica e Controle de Zoonoses

Uma das questões mais preocupantes na região é o controle da dengue, feito por agentes treinados que, de porta em porta, atuam com medidas preventivas e informam à população como se proteger da doença. A campanha abrange também o esclarecimento e prevenção de leptospirose, meningite e febre amarela, que em período de intensas chuvas tendem a reaparecer. A incidência dessas doenças foi sensivelmente reduzida, conforme apontam dados do Quadro 6, p.32.

Foi realizada vacinação contra gripe para pessoas acima de 65 anos, além daquela referente às campanhas nacionais, com vacinação contra paralisia infantil, sarampo, difteria, tétano, hepatite B e febre amarela.

Em 1998, foi implantado o Centro de Controle de Zoonoses, objetivando a prevenção e o controle epidemiológico de doenças transmitidas por animais. Suas principais atividades concentram-se no controle da natalidade de cães e gatos, controle da população de roedores, controle de focos de animais peçonhentos e da população de morcegos hematófagos. Atua também na vacinação anti-rábica e na pesquisa larvária do *Aedes Aegypti* (transmissor da dengue). Em 1998 e 1999, desenvolveu um verdadeiro "arrastão" de combate ao mosquito.

3.3. Sanear Belém

A Marca Sanear Belém envolve aspectos ligados à drenagem e controle de alagamentos, à produção e distribuição de água potável, ao afastamento do esgoto sanitário, à coleta e destinação do lixo e ao aterramento e revestimento de vias.

Como na maioria das cidades, Belém também passou, na década de 70, pela concessão de seu serviço de águas e esgotos a empresas públicas estaduais e, como grande parte das cidades, sofre com os conflitos com o modelo de gestão e de soluções técnicas adotados por essas empresas. Criadas num período onde a "grande engenharia" e a "grande empresa" seriam as soluções para modernizar o País, essas empresas têm dificuldades em lidar com situações "fora do padrão", seja em áreas distantes e de baixa densidade, seja em áreas de moradia popular, em sítios com dificuldades topográficas ou ocupações desordenadas.

Nesse contexto, a COSANPA (Companhia de Saneamento do Pará), que é estadual, atende a maior parte da Cidade de Belém, excluídas as ilhas e áreas de expansão incluindo as de ocupação. Essas áreas são de atuação do SAAEB (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém), que é autarquia municipal.

Se até aqui se identificam divergências de modelo, de gerência e técnica, a partir dos últimos anos, com a leva de privatizações e, no caso mais particular, no contexto de uma acirrada disputa com o Governo do Estado, não é de se estranhar que os conflitos e a dificuldade de diálogo se ampliem. Mais ainda porque Belém é afetada por um delicado sistema de águas, onde pensar a distribuição de água potável e coleta de esgoto implica, necessariamente, em interagir com o regime hídrico da infinidade de rios, igarapés e furos que atravessam seu território, além das marés e do alto índice de pluviosidade.

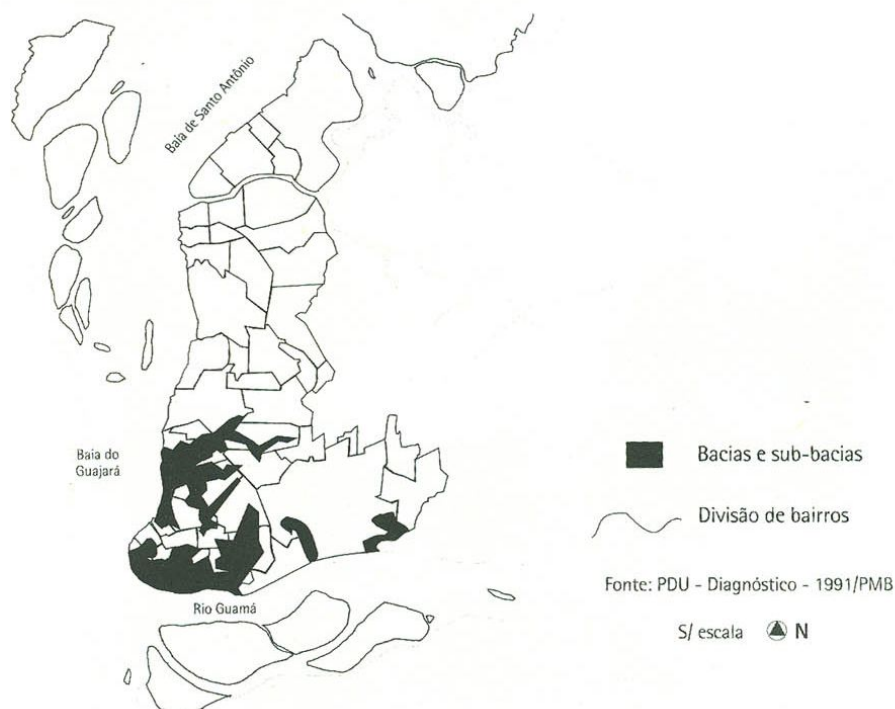
Nessas condições, o setor é marcado pelo conflito e pela ambigüidade. Não se pode afirmar que exista uma coerência em todo o sistema, já que parte é determinada pelo governo estadual, parte pelo municipal. Além disso, os conceitos e procedimentos de drenagem vêm sendo praticados desde o século passado, passando por inúmeras transformações, conceituais e de procedimentos, sem jamais ter tido um projeto único e integrador, como, por exemplo, o que tiveram as cidades de Santos (SP) e do Rio de Janeiro (RJ). A clareza, unicidade e autonomia de ação e de modelo, adotada pelo governo municipal, por exemplo, nas áreas de saúde, de educação e em tudo que se refere à criança e ao adolescente, certamente não têm condições de acontecer no conjunto de áreas abrangidas pela Marca Sanear Belém.

Drenagem e controle de alagamentos

O sítio urbano de Belém contém um suave espigão, onde se instalou e se desenvolveu a Cidade em seus primórdios, além de uma grande extensão de áreas de baixada (cota inferior a 4m, que é o nível máximo das marés), que

abriga quase metade da área urbanizada. Tem duas bacias principais, as dos rios Una e Tucunduba.

Mapa 2: Bacias de Drenagem em Belém



O principal projeto da Cidade de Belém no campo da drenagem é a Macrodrenagem da Baía do Una. O projeto, cujo impacto beneficia mais de 600 mil pessoas, tem financiamento do BID, BNDES e recursos do Governo do Estado do Pará para as obras, e da Prefeitura de Belém para a relocação de famílias. Sua implantação, conforme define o programa do BID referente a canalizações e drenagem, exige participação das Administrações Locais (Prefeitura) e uma adequada relocação dos moradores que tiverem que ser removidos para a implantação das obras. Apesar do projeto ser anterior à atual gestão municipal, o andamento das obras estava muito lento e comprometido pelas dificuldades na indenização e transferência das famílias. Foi apenas na atual gestão que o processo se acelerou: até dezembro de 1996, apenas 545 famílias haviam sido indenizadas. De janeiro de 1997 a dezembro de 1999, a Prefeitura viabilizou a indenização de 3.152 famílias (76% do total), possibilitando assim o andamento das obras: dragagem e retificação, terraplanagem das marginais e revestimento em concreto de 12 km de canais, passarelas, pontes de concreto e madeira.

A segunda maior bacia hidrográfica de Belém, a do Tucunduba, é composta de 13 canais, com 14 km de extensão, dos quais metade foram retificados. O canal principal é o do próprio Tucunduba, com 3.600 m de extensão, atravessando os bairros do Guamá, Terra Firme e Marco, dentre os mais pobres e populosos de Belém.



foto 7:
Canal da Rua 14 de Março



foto 8:
Canal, solução tradicional

Em 1997, foram reativadas as obras de urbanização da bacia, financiadas pela Caixa Econômica Federal por meio do Projeto Habitar Brasil/Projeto Infra-Marco.

Em 1998, foram construídos 3.500 m de canais concretados, o que beneficia cerca de 15 mil famílias residentes em frente e no entorno dos canais.

A primeira fase de dragagem e urbanização do canal principal, que tem 1 km de extensão, deverá estar concluída até o final de 2000, contou com recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (70%) e os restantes 30% da Prefeitura. Para reduzir o impacto com os remanejamentos, o canal foi desviado para o lado do campus da UFPA (Universidade Federal do Pará), reduzindo em 50% o número de famílias que precisarão ser transferidas.

Complementarmente, foram indenizadas e remanejadas ou eliminadas quase mil benfeitorias que interferiam nos canais, aumentando a proporção dos alagamentos.

Em outros canais, em diversas áreas da cidade, com pontos críticos de alagamento, foram implementadas, pela Prefeitura, soluções as mais naturais possíveis, de acordo com as novas doutrinas quanto ao tratamento de corpos d'água: revestimento lateral com vegetação e vias laterais mais estreitas, revestidas com *blokret*.

Água e esgoto o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém

O abastecimento de água de Belém vem sendo repartido entre a COSANPA (Companhia de Saneamento do Estado do Pará), a quem cabe a maior parte da área urbana, e o SAAEB (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém), responsável pelo atendimento à zona rural e áreas de expansão, incluindo as ilhas. O Programa de Governo previa a gestão compartilhada e a elaboração de um plano de ação e metas complementares visando reduzir o déficit de água e a coleta de esgoto, já que Belém é uma das capitais com maior déficit desses serviços no País.

No entanto, a perspectiva do Governo do Estado, assim como de alguns municípios da Região Metropolitana de Belém, é de que a reversão do quadro passe pela possibilidade de que a COSANPA subconceda os serviços, ou seja, os ofereça por meio da privatização. Discordando desse rumo, a municipalidade passou a acenar com a não renovação da concessão à COSANPA, com a municipalização dos serviços e passou a investir no SAAEB, tanto para reafirmar uma posição municipalista e pública quanto para defender conceitos e tecnologias alternativas.

No início da gestão, o SAAEB, autarquia que existia desde 1969, administrada pela Fundação Nacional de Saúde, tinha sob sua responsabilidade dois sistemas de abastecimento de água, em Icoaraci e Mosqueiro, com 14.868 ligações, o que representava uma cobertura de aproximadamente 42% da população estimada, em sua área de atuação.

O governo concedeu-lhe prerrogativas para implantar um novo processo de gestão, em que a população participasse na definição de prioridades. Assim, todas as áreas levantadas para serem contempladas com sistemas de abastecimento de água ou esgotamento sanitário foram acompanhadas e discutidas com a população local, que forneceu informações para o preenchimento do Cadastro Técnico de Saneamento, que subsidiou as análises para a elaboração dos planos de atendimento. Uma equipe de educação sanitária atua durante a execução dos projetos, levando informações sobre otimização da utilização, fomentando que a população se aproprie desses projetos, garantindo a melhor preservação e integridade das instalações. A licitação de obras previa que a empresa contratada para cada empreendimento admitisse, no mínimo, 30% da mão-de-obra dentre a comunidade local.

Dados do final de 1999 apontam que a situação evoluiu para quatro sistemas de abastecimento (Icoaraci, Mosqueiro, Outeiro e Bengui), distribuídos em 13 unidades, tendo 31.800 ligações e uma cobertura de aproximadamente 68% da população da área (122.300 habitantes). Para o final de 2000, estão previstas mais quatro unidades, o que levará ao atendimento de mais de 150 mil pessoas.

Quadro 8: Situação operacional do sistema SAAEB

Discriminação	Início de 1997	Final de 1999	Incremento 1997-1999	
Sistemas de Abastecimento existentes	02	04	02	100%
Rede de Distribuição	85.136 m	208.800 m	123.664m	145,25%
Ligações	14.868	31.800	16.932	113,88%
População estimada	174.213 hab	179.713 hab	5.500 hab	3,15%
População atendida	74.340 hab	122.277 hab	47.937 hab	64,48%
Índice de Cobertura	42.67%	68,04%	25,37%	59,45%

fonte: Mensagem e Relatório do Prefeito à Câmara Municipal de Belém - 1999

O modelo adotado é o da captação de água subterrânea em lugar do tradicional, de captação de água superficial, dos cursos d'água. Entre os motivos que justificam essa opção está o custo mais baixo de obras necessárias e a possibilidade do sistema ser descentralizado, podendo ser construído em locais afastados, enquanto a captação superficial dependeria de adutoras para o transporte, encarecendo sobremaneira a obra. O prazo para execução das obras também é muito menor. Finalmente, a qualidade da água subterrânea, captada numa profundidade de aproximadamente 300 m, no caso de Belém, é excelente para o consumo, não necessitando de nenhum tratamento convencional, somente a cloração para efeito de desinfecção da rede. Complementarmente, o sistema oferece a possibilidade de utilização de energia solar, por meio de sistema fotovoltaico, dispensando o consumo de energia elétrica.

Quadro 9: Saneamento em Belém (*)

	Total de domicílios	Água - Rede Pública				Esgoto				Lixo			
		abastecimento de água com canalização interna		abastecimento de água sem canalização interna		rede de esgoto		fossa séptica		coletado diretamente		coletado indiretamente	
			%		%		%		%		%		%
1996	211.552	160.652	75,9	8.978	4,2	18.974	8,9	127.402	60,2	105.918	50,1	73.123	34,6
1998	219.787	162.807	74,1	13.642	6,2	12.734	5,8	157.049	71,4	128.689	58,5	77.759	35,4
1999	219.563	168.562	76,8	8.246	3,7	16.947	7,7	158.187	72,0	169.038	77,0	42.891	19,5

fonte: PNADs (*) Região Metropolitana (áreas urbanas de Belém e Ananindeua)

Obs.: Dados de 1997 sobre RMBelém não disponíveis na página do IBGE

Como se pode perceber neste quadro, a maior parte da população do Município de Belém não é atendida com sistema de esgotamento sanitário. Essas condições, apesar de esforços recentes, deixam Belém muito abaixo das demais metrópoles e abaixo mesmo da média brasileira como um todo. A situação deverá melhorar um pouco com a efetiva operação de macrodrenagem.

Melhoria significativa se dá na área da coleta do lixo, ampliada de 84,7% para 96,5% dos domicílios sendo que a maior ampliação corresponde à coleta direta.

Em relação ao esgoto sanitário, as áreas que serão atendidas inicialmente, conforme proposto pela Prefeitura e priorizado pela população no Orçamento Participativo, localizam-se na orla de Belém, com o objetivo de tornar as praias balneáveis, incentivando o turismo na região. São projetos não só de coleta mas também de tratamento de esgoto, nas áreas de Pratinha, Outeiro e Mosqueiro, num total de quase dez mil ligações. Em Mosqueiro, o sistema utilizado será o de lagoas de estabilização aeradas, em Outeiro serão fossas sépticas e sumidouros individuais e em Pratinha, reatores anaeróbios.

Visando à melhoria das condições das praias, além das ações de saneamento, o SAAEB, com a Fundação Parques e Áreas Verde de Belém – FUNVERDE e o SECTAM, monitoram semanalmente a balneabilidade das praias de Belém, desde maio de 1998. São coletadas amostras em 11 praias de Mosqueiro, Outeiro e Icoaraci.

Coleta e destino do lixo

O tema do lixo sempre foi um problema em Belém. Em janeiro de 1997, ao assumir a Prefeitura, a nova equipe tinha pela frente 24 mil toneladas de lixo espalhadas pela Cidade, após dois meses sem coleta. Desencadeou-se, então, uma enorme operação de emergência e, a partir de 1998, foi implantado um novo sistema de limpeza urbana, contratando os serviços com base na produtividade (quantidade coletada) em substituição ao anterior, baseado em homens/dia e equipamentos/dia. Diversas medidas foram tomadas em conjunto para superar os problemas recorrentes. Foram elas: regularização da coleta hospitalar e aquisição de carros especiais para esse fim; implantação pela primeira vez em Belém da coleta domiciliar do lixo, de porta em porta, com roteiros, horários definidos e com carros compactadores; adoção de veículo menor ou contêiner de plástico com rodas para coletas nas vias estreitas e estivas; gestão dos serviços de limpeza por meio de comitês ambientais por Distritos Administrativos, bairros e ruas, com questionários para a população avaliar e controlar a qualidade do serviço; coleta com contêineres estacionários

nos conjuntos residenciais, mercados e feiras, eliminando os pontos críticos de descarga clandestina de lixo nas vias e melhorando as condições de trabalho dos operadores do serviço; campanhas educacionais e informativas sobre como manter a cidade limpa; implantação de seis estações para descarga de entulho, evitando seu abandono nas vias e contando, inclusive, com o serviço de "carrinheiros".

Em 1999, com o novo sistema, foram coletadas 294 mil toneladas de lixo, um acréscimo de mais de 40% em relação ao sistema anterior. A avaliação da Prefeitura constatou que essa quantidade de lixo não era recolhida e ficava nas ruas, valas, canais e terrenos baldios, obstruindo os sistemas de drenagem, facilitando alagamentos e comprometendo a saúde da população.

Além dos serviços regulares de limpeza do sistema de drenagem, foi incluído o sistema de jateamento de água de alta pressão e de sucção, com caminhões específicos, estabelecidas rotinas de limpeza e registro de ramais, poços de visita e bocas-de-lobo.

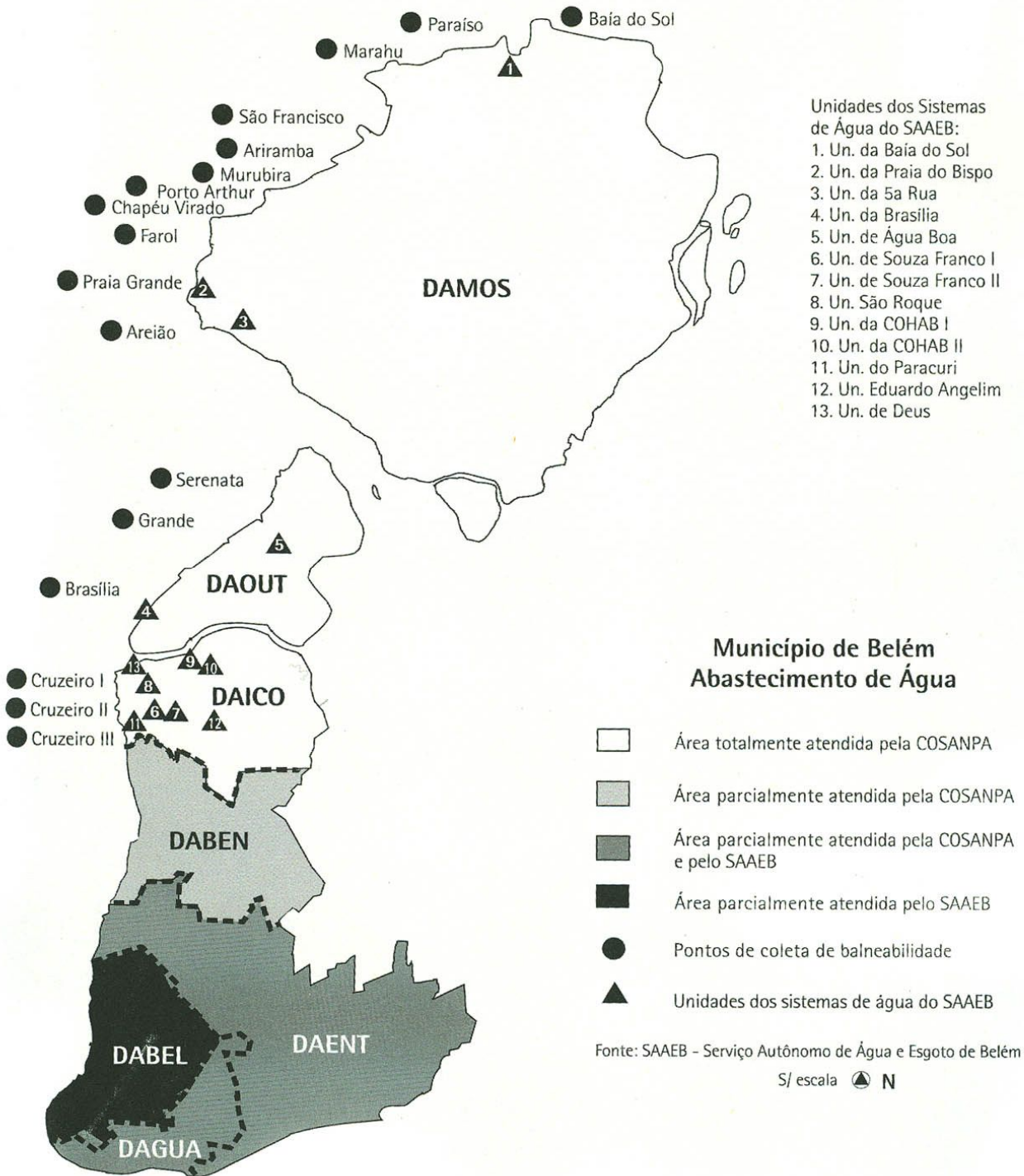
A limpeza e manutenção do sistema de drenagem passou a ser reforçada durante o período das chuvas, com a contratação de 250 a 300 trabalhadores, distribuídos em brigadas de emergência.

Mas a ação de maior impacto sobre o lixo foi a intervenção no Lixão do Aurá, local de destinação final do lixo urbano, onde o lixo era abandonado a céu aberto e rodeado por catadores e urubus. O tratamento final do lixo passou a ser o Aterro Sanitário, com aterramento permanente do lixo depositado. A área foi ampliada com a aquisição de mais 21 hectares, para a implantação da Usina de Biorremediação do Aurá e para a construção das células de tratamento de lixo, o que permitirá uma vida útil de 20 anos. A área do complexo tem hoje 43 hectares, sendo dez destinados para a proteção ambiental. Dos recursos para a implantação, 6,5 milhões de reais são oriundos do Governo Federal, com a participação da Caixa Econômica Federal e a contrapartida da Prefeitura.

Os catadores que viviam e trabalhavam no Lixão do Aurá foram retirados e as crianças integradas ao Projeto "Sementes do Amanhã", anteriormente mencionado, um dos 20 finalistas dentre os 114 concorrentes ao Prêmio Nacional "Caixa Melhores Práticas".

Mas a questão do lixo não se resume ao Aurá e, também com créditos da Caixa Econômica Federal (Recursos do FGTS), estão sendo implantados serviços de reciclagem, compostagem (uma usina já construída, mais duas em projeto) e incineração, para o lixo de alto risco. Parte dos recursos destinam-se à Educação Ambiental e à qualificação de trabalhadores da limpeza urbana e coletores de materiais recicláveis.

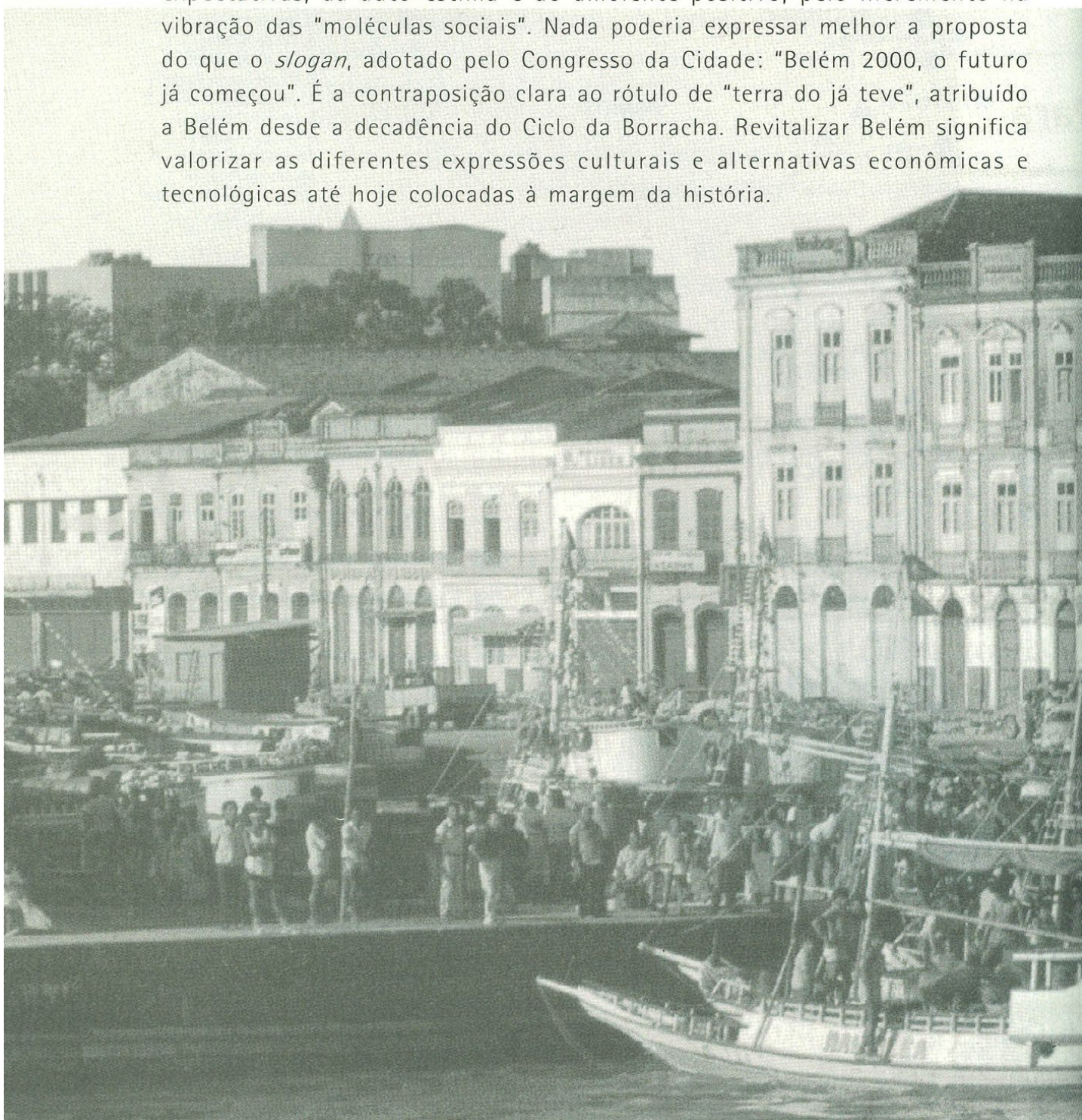
Mapa 3: Saneamento em Belém



3.4. Revitalizar Belém

Dentre as prioridades definidas pela gestão de Edmilson Rodrigues, a marca Revitalizar Belém é, juntamente com a marca Dar um Futuro às Crianças e aos Adolescentes, a que melhor identifica o projeto da gestão: seja pela amplitude, seja pela evidente dimensão de intersetorialidade e gestão compartilhada de projetos e atividades, seja pela criatividade e inovação das ações praticadas, mas principalmente pela sinergia desencadeada entre os diferentes programas e agentes.

No título "Revitalizar Belém" estão incluídos conceitos e práticas culturais, ambientais, urbanísticas e econômicas – é um aquecimento global das expectativas, da auto-estima e do ambiente positivo, pelo incremento na vibração das "moléculas sociais". Nada poderia expressar melhor a proposta do que o *slogan*, adotado pelo Congresso da Cidade: "Belém 2000, o futuro já começou". É a contraposição clara ao rótulo de "terra do já teve", atribuído a Belém desde a decadência do Ciclo da Borracha. Revitalizar Belém significa valorizar as diferentes expressões culturais e alternativas econômicas e tecnológicas até hoje colocadas à margem da história.



A Marca Revitalizar Belém tem como coordenador o Secretário de Urbanismo e envolve, além dessa Secretaria, a de Habitação, de Economia, a Fundação Cultural do Município de Belém – FUMBEL, a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – CODEM, a Companhia de Turismo de Belém – BELEMTUR, Fundação Parques e Áreas Verdes de Belém – FUNVERDE e a parceria com a Companhia de Transporte do Município de Belém – CTBEL. Avançou na regulamentação do Plano Diretor e desencadeou uma série de ações que se organizam segundo as seguintes vertentes: Centro Histórico e Restauração do Patrimônio, Reestruturação da Orla, Praças e Áreas Verdes, Cultura e Lazer, Ordenamento de Feiras e do Mercado Informal, Revitalização Econômica, Promoção da Moradia e Urbanização de Áreas Ocupadas.

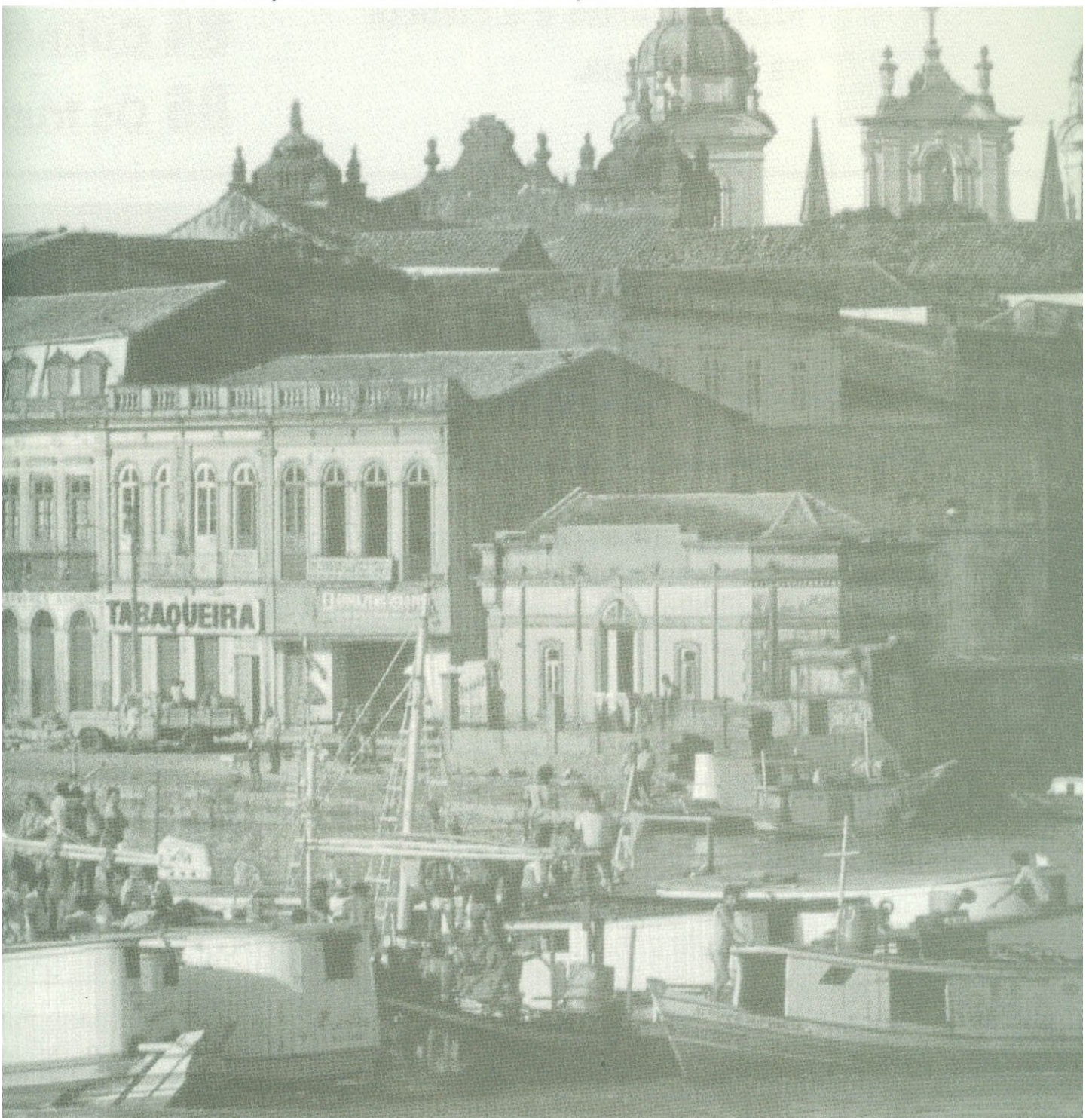




foto 9: Palacete Bolonha
Trabalhos de restauração

foto 10: Mercado São Brás
restaurado (página seguinte)

Centro Histórico e restauração do patrimônio

A recuperação do patrimônio edificado no centro de Belém, como resgate da história e da qualidade do ambiente construído, foi priorizada na perspectiva do eixo de governo "valorização cultural". Com o objetivo de constituir um processo amplo de manutenção e requalificação do Centro, foi promovido, em 1999, o I Colóquio sobre o Centro Histórico e em 2000 o II, reunindo a Prefeitura e diversos setores da Universidade, do empresariado, intelectuais, estudantes e artistas.

Desses Colóquios surgiram debates e formulações para o Projeto Boulevard, com o objetivo de restaurar prédios históricos e melhorar a infra-estrutura urbana, oferecendo melhores condições comerciais, residenciais e ao turismo. Em convênio com a UNESCO e com apoio de consultoria, a Prefeitura desenvolveu um Plano Setorial de Desenvolvimento Urbano com propostas de mecanismos político-institucionais para viabilizar as transformações desejadas para a área.

Com semelhante propósito foi formulado o Projeto "Belém Memória", em cooperação com a Universidade da Amazônia (UNAMA). Este projeto consiste em afixar às praças e prédios históricos placas com frases de escritores que homenagearam a Cidade de Belém.

Com o acompanhamento do IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), a revitalização do Complexo do Ver-o-Peso começou por um Concurso Nacional de Projetos; Os trabalhos estão em andamento, já realizados a Praça do Pescador e a restauração do Solar da Beira. Os serviços são coordenados pela Secretaria Municipal de Urbanismo em parceria com outros órgãos municipais e representantes dos feirantes da área.

A reforma do Mercado de Ferro já foi iniciada. Para a feira, há a proposta de implantação de tendas que abrigarão cada uma 24 barracas individuais de feirantes.

A partir da realização do Concurso de Projetos, a novidade foi que a elaboração do Projeto Executivo começou a ser desenvolvida de modo participativo: 26 feirantes da Comissão de Fiscalização se reuniram com a equipe vencedora e técnicos da Prefeitura para adequar o Projeto às necessidades de todos.

Atualmente a Prefeitura faz gestões no sentido de ter o Ver-o-Peso reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO – não apenas o Mercado de Ferro, a obra arquitetônica, mas o conjunto Mercado-Rio, o trabalho da pesca, e com ele, ressaltando a dignidade e o valor do trabalho e do trabalhador.

Outras intervenções realizadas foram: a Rua João Alfredo (sob forma de condomínio participativo com lojistas da área); o Chalé Tavares Cardoso, em Icoaraci; e o Palacete Bolonha e o Palacete Pinho (com obras em andamento).

Construído em 1911, o Mercado São Brás foi inteiramente reformado, resgatando sua atividade comercial. O Mercado é dividido em três naves: a maior, central, é efetivamente de mercado; em uma das laterais funciona um espaço cultural multiuso, administrado pela FUMBEL. A outra nave lateral abriga o comércio informal que funcionava no entorno. O Mercado conta, ainda, com um bar e restaurante gerenciado por uma cooperativa de famílias da Bolsa-Escola.



Reestruturação da orla

Localizada na confluência do Rio Guamá com a Baía de Guajará, Belém tem uma extensa orla fluvial, com "horizonte de mar", que foi, historicamente, sendo ocupada por indústrias, galpões e portos particulares, enquanto a área de maior importância e valorização da Cidade se espremia, equilibrando-se ao longo do espigão central. Dando as costas para a água, a Cidade cresceu, praticamente bloqueando não só o acesso, mas inclusive a visibilidade do rio, da baía e das ilhas.

Entendendo que "o rio é um dos principais elementos da região amazônica, com o qual a população estabelece íntima relação simbólica e funcional, utilizando-o amplamente tanto para contemplação e o lazer quanto como meio de transporte e atividades econômicas" ²², foi desencadeado o objetivo de promover aberturas para o rio", além de diversas intervenções no sentido de resgatar esse diálogo entre a Cidade e o rio. Entre elas estão:

"Projeto Ver-o-Rio": A praça designada por Ver-o-Rio é a primeira área implantada de um projeto que prevê mais duas etapas imediatas, incluindo o prolongamento da Avenida Marechal Hermes e a definitiva abertura de ampla vista da Baía de Guajará. A área já urbanizada, junto à orla, tem quiosques com comidas típicas e abriga manifestações culturais, como música e dança. Reinterpretando a tradição litorânea de comemorar a passagem do ano à beira-mar, a população de Belém afluiu em massa à área do Ver-o-Rio, lotando a praça na noite de 31 de dezembro, para comemorar a entrada do ano 2000.



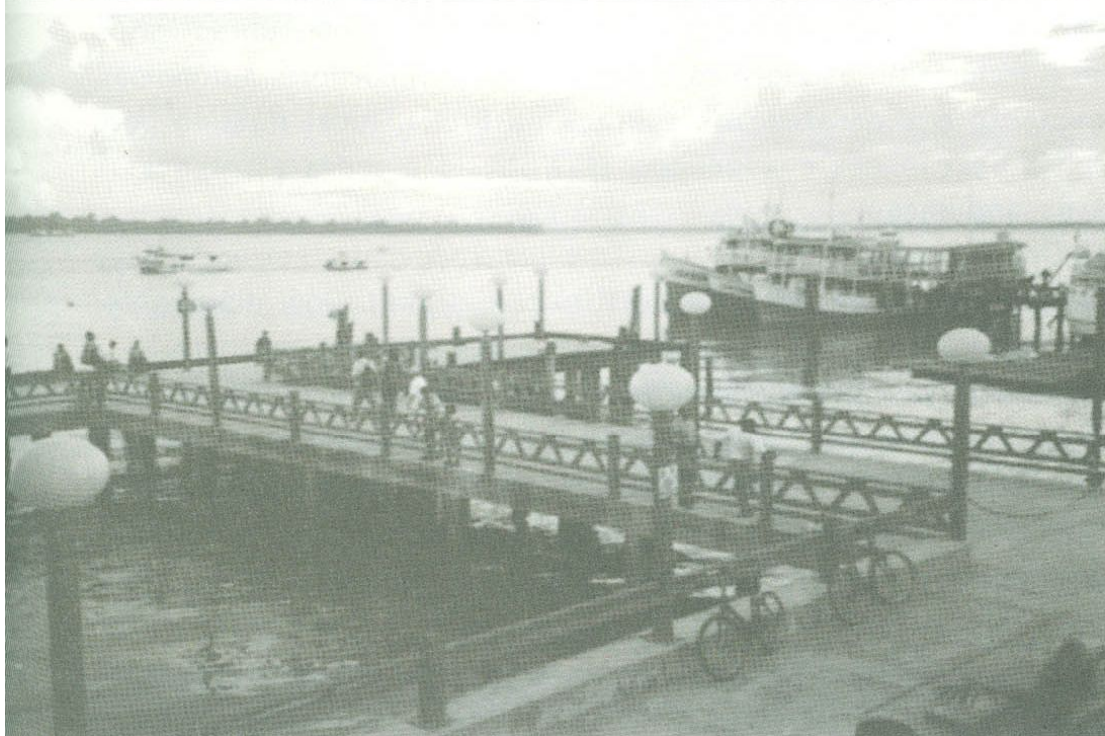


foto 11: Praça do Pescador

foto 12: Ver-o-Rio

foto 13: Trapiche do Terminal Fluvial Turístico da Praça Princesa Isabel

Pouco adiante de Ver-o-Rio, em direção ao centro da cidade está a Praça do Pescador, outro espaço para o contato com o rio.

Mais adiante, no Rio Guamá, encontra-se o Terminal Fluvial Turístico da Praça Princesa Isabel. De área outrora insegura, é hoje muito freqüentado por moradores do bairro e, nos finais de semana, por uma quantidade de adultos e crianças, que têm ali mais um espaço de proximidade com o rio e acesso a barcos turísticos que fazem passeios pela orla e para as ilhas. Foi construído um trapiche com capacidade para doze barcos de médio porte, um posto da BELEMTUR, quiosques de comidas típicas e estacionamento para carros e ônibus turísticos.

Logradouros públicos: praças e áreas verdes

Os Espaços Públicos nas cidades brasileiras são, em geral, bastante maltratados: a ausência do poder público e o quase sempre estado de abandono estimulam o descaso e abandono também pela população.

Com o comprometimento da comunidade, a proposta Revitalizar Belém enfatiza a necessidade de investimento nessas áreas, revertendo esse quadro e disponibilizando esses espaços para o usufruto da comunidade: é o direito ao lazer e à socialização. Para que tais espaços e equipamentos sejam acessíveis a todos, há o cuidado de adequá-los à locomoção dos deficientes físicos e visuais. Além de rampas de acesso nas calçadas, foram implantadas faixas com textura diferente para orientação dos deficientes visuais. Entre os espaços reformados e qualificados pode-se contar:

Entroncamento, na entrada rodoviária da Cidade: diversas obras foram feitas, como o tratamento paisagístico, a ordenação de vendedores autônomos, o estacionamento e a construção da Praça da Bíblia, local público para cultos – reivindicação dos evangélicos, mas aberta a todas as crenças e segmentos da população;

Praça do Operário-São Brás: junto ao Terminal Rodoviário, era um espaço deteriorado, com tráfico de drogas e prostituição infantil. Com diálogo, foi efetuada a transferência dos barraqueiros e o espaço foi reconstruído.

Várias outras praças foram restauradas, com recursos públicos ou com parcerias: Praça Arquiteto José Sidrim, em São Brás; Praça da Sereia, no Centro; Praça Magalhães e Praça Waldemar Henrique, no Reduto; Praça Dom Mário Villas Boas, em Val-de-Cães.

foto 14: Praça Waldemar Henrique e a cuia acústica para apresentações musicais



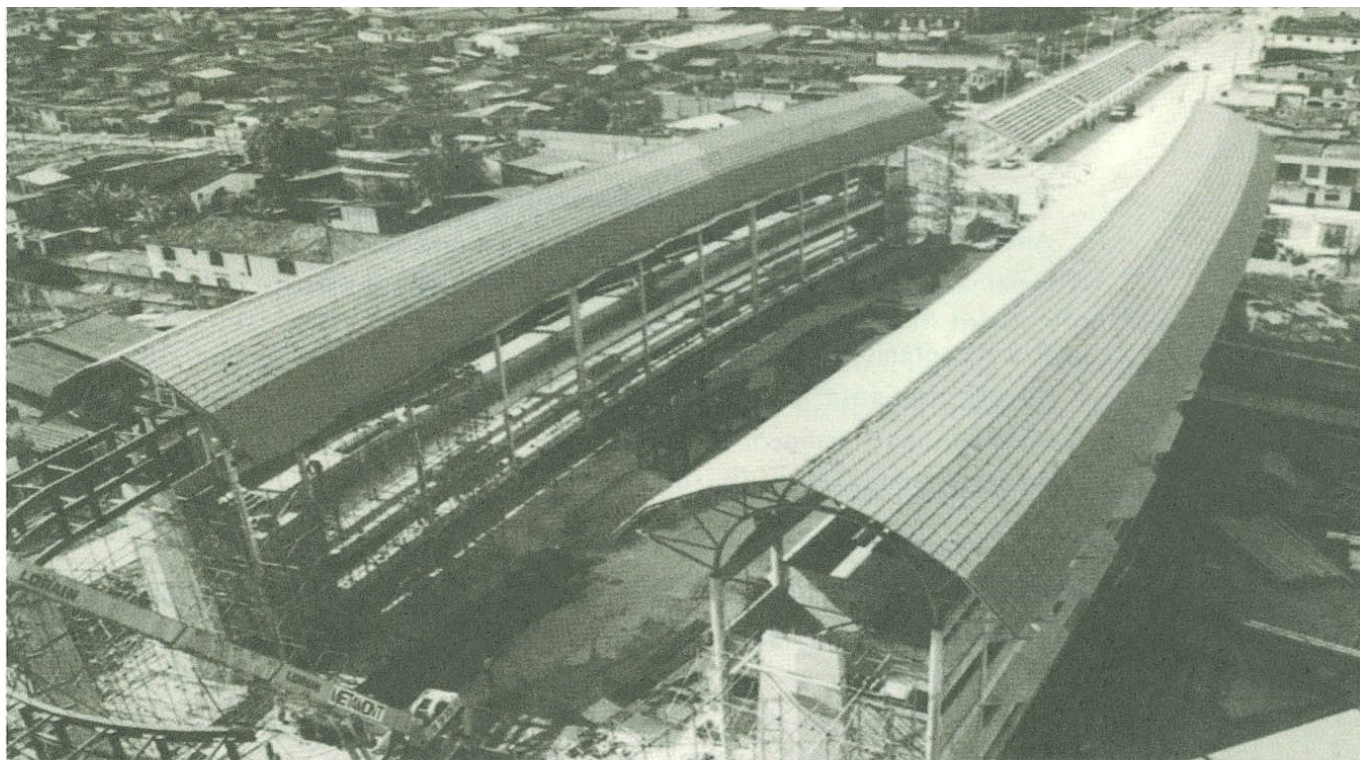


foto 15: Aldeia Cabana

Cultura e lazer

A construção da Aldeia Cabana representa a decisão de dar uma solução definitiva e permanente a antiga polêmica sobre a localização ideal das atividades carnavalescas. Este projeto acabou localizando-se no bairro da Pedreira e definindo-se como um espaço multiutilitário para atividades e serviços municipais (esporte, cultura, saúde e inclusive a sede da Administração Regional da Sacramenta – DASAC). O projeto busca referências culturais, com seus múltiplos significados: "*Aldeia*, porque a construção se inspira na formação das ocas dos grupos indígenas, e *Cabana*, em reconhecimento à Revolução da Cabanagem, um dos fatos marcantes da história de luta paraense" ²³. O espaço foi dividido em dois módulos: um com salas para oficinas de dança, música, teatro e artesanato, que se transformam em camarotes, outro com arquibancadas reversíveis, que também podem ser usadas como camarotes. A construção pode abrigar 8.500 pessoas e, no conjunto, um público de até 80.000 pessoas.

O Espaço Esportivo e Cultural Cabano Maestro Altino Pimenta, na área central, é outro local voltado ao lazer. Implantado em área municipal de 1.400 m², que estava abandonada, conta com uma quadra poliesportiva, palco e arquibancada para 720 pessoas. A gestão do local fica a cargo de uma comissão paritária entre comunidade e Prefeitura. A Secretaria de Educação oferece aulas de esporte e a Fumbel desenvolve o Projeto "Moleque Pandeiro" e ainda sedia a Administração Regional de Belém – DABEL.

No Distrito do Guamá foi implantado o Espaço Esportivo e Cultural Cabano Mestre Setenta, com brinquedoteca e espaços para adolescentes, quadra esportiva, além de um ponto de apoio no combate à dengue e um posto de emissão de Carteira de Trabalho. Conta também com um Conselho Gestor paritário. Sedia a Administração Regional do Guamá – DAGUA.

Ainda como atividade cultural, não poderia deixar de ser mencionado o evento Círio de Nazaré, maior festa da Cidade de Belém.

"Como crescesse a Fé e a Devoção dos moradores a Nossa Senhora de Nazaré, Antônio Agostinho começou a construir uma ermida, feita de taipa de pilão e palha, no centro de um bosque, 'com frente para a estrada do Utinga'.

A 8 de setembro de 1793, o Governador D. Francisco de Souza Coutinho, devoto da Santa, teve a idéia de organizar uma grande romaria para acompanhar a imagem da Virgem, do Palácio da sua residência para a modesta ermida. Foi a origem do Círio."

Ernesto Cruz ²⁴

O trajeto do Círio foi recuperado e iluminado, objeto de uma grande operação de limpeza e ação da vigilância sanitária nas feiras, restaurantes e barracas.

Ordenamento de feiras e do mercado informal

As feiras e o mercado informal são uma tradição na Cidade, mas sua instalação e condições de higiene deixam a desejar. Procurando mantê-las, e ao mesmo tempo melhorando as condições sanitárias e a qualidade do ambiente urbano, a Secretaria Municipal de Economia deu início a um trabalho de lavagem e higienização das feiras e mercados e à ordenação e padronização das barracas de feiras e ambulantes.

Com a participação de Comissão de Feirantes e com recursos do Banco do Povo, as velhas barracas vem sendo substituídas por barracas desmontáveis, em ferro e lona, para funcionamento no período das 6 às 13 horas.

Promoção da moradia e urbanização de áreas ocupadas

Em relação à moradia, a política desenvolvida pela Prefeitura envolveu a urbanização de áreas ocupadas e a produção de lotes urbanizados.

Para as áreas ocupadas, a Secretaria Municipal de Habitação desenvolveu projetos de urbanização, incluindo implantação de infra-estrutura e regularização fundiária. Sendo várias dessas áreas, como Malvinas, Laranjeiras e Radional II (nos distritos de Sacramento e Guamá), de propriedade da União, a intervenção só se tornou possível após a área ser cedida pela União à Prefeitura, o que foi feito recentemente. Outras áreas de ocupação também foram objeto de urbanização.

Dentre os recursos envolvidos nesses programas, destacam-se os provenientes do Programa "Pró-Moradia", da Caixa Econômica Federal. O convênio estabelecido envolve a urbanização de 13 áreas, abrangendo mais de cinco mil famílias ²⁵.

Em áreas vazias, a ação da Prefeitura voltou-se à produção de lotes urbanizados, como em Nova Belém II e Angelim II e III, num total de 900 unidades.

Revitalização econômica

Dentre os objetivos da Marca Revitalizar Belém, a promoção econômica e a geração de renda é, sem dúvida, um dos aspectos tratados com maior atenção, procurando sempre propostas inovadoras. São diversas iniciativas, a maioria de responsabilidade da Secretaria de Economia, mas, fundamentalmente, ações intersetoriais.

Dois grandes projetos de qualificação profissional foram desenvolvidos pela Prefeitura: o Plano de Educação Profissional e o Projeto de Qualificação Profissional para Famílias da Bolsa-Escola. O primeiro, voltado para toda a comunidade, tem como horizonte a capacitação de 22.000 trabalhadores; o segundo prioriza a inclusão social, sendo voltado justamente às famílias da Bolsa-Escola, população que requer atenção especial por suas precárias condições socioeconômicas. Envolve um curso intensivo de 60 dias, em que, além do treinamento profissional, são desenvolvidas noções de associativismo, relacionamento interpessoal, atendimento ao cliente e promoção da auto-estima. Treinamentos desse tipo foram desenvolvidos nos bairros de Terra Firme, Pantanal, Paracuri e Sacramento e par famílias que trabalhavam no Aterro Sanitário do Aurá, com recursos mobilizados pelas Secretarias Municipais de Economia, Educação, pela Funpapa e com o apoio da Sudam, por meio do Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (Pronager) e da Universidade Federal do Pará. Um quarto programa desenvolveu-se na área do Tucunduba, mas, em lugar de recursos do Pronager, teve aportes da empresa vencedora da concorrência do Projeto Sivam (que monitora a floresta amazônica por meio de radares), cujo edital obrigava o investimento em educação na Amazônia. Duzentas pessoas foram formadas em informática, mecânica de refrigeração, serigrafia, culinária e como eletricitista predial e cabeleireiro.

Os cursos desenvolvidos propiciaram a constituição de 14 cooperativas e 59 micro-empresendimentos coletivos, além de outros tantos individuais, gerando trabalho e renda para mais de 600 famílias. Um dos exemplos é a Cooperativa de Serviços Gerais Esperança (com 29 integrantes), que administra os banheiros e o estacionamento da Praça do Pescador, no Ver-o-Peso. Outro exemplo é a Cooperativa que explora o bar e restaurante do Mercado São Brás.

Entre os programas de apoio à atividade econômica destaca-se o Projeto "Pato Regional", que incentiva criatórios do pato Paissandu nas ilhas do Município, assegurando trabalho e renda a mais de 60 famílias e garantindo o abastecimento do mercado local e, principalmente, abastecendo os restaurantes com aves frescas e de boa qualidade.

A maior parte dos empréstimos solicitados é para o setor comercial, seguindo-se a fabricação de roupas, alimentos, calçados e móveis. No setor de serviços, destacam-se oficinas, taxistas e salões de beleza.

A indústria moveleira vem recebendo particular impulso após acordo assinado entre a Prefeitura de Belém e a Província de Como, na Itália, para intercâmbio e

capacitação no setor (formação teórica e tecnológica do trabalhador e do empresariado). A Província de Como é referência internacional em móveis de estilo e *design*. Várias instituições estão envolvidas no projeto. A formação teórica fica sob responsabilidade da Universidade do Estado do Pará (UFPA), com seus cursos de Graduação em Desenho Industrial e Especialização em *Design* de Móveis.

O Turismo é um dos setores que vem recebendo especial atenção. Foi realizado um Fórum que escolheu os 12 membros do Conselho Municipal de Turismo, criado por Lei, tendo a função de orientar e fiscalizar a política de desenvolvimento do Turismo em Belém.

Ainda no campo da busca de expansão do emprego, não pode deixar de ser considerado o contingente envolvido em obras públicas, seja em sua construção e reforma ou nas frentes de trabalho para manutenção e limpeza.

O Banco do Povo e o Fundo Ver-o-Sol

O Banco do Povo viabiliza o acesso ao crédito do cidadão que não tem emprego, propriedades ou cadastro em bancos comerciais, mas domina algum ofício ou arte, que desenvolve para sobreviver. Destina-se a indivíduos nessas condições que queiram garantir seu próprio negócio ou aumentar sua capacidade de atuação. Criado em 1997, o Banco já conseguiu girar mais de dois milhões e meio de reais, com previsão de mais 1,5 ao longo do ano 2000, prevendo chegar até o final da gestão com um total de 1.800 operações de crédito, empréstimos populares a microempreendedores, com valor médio de R\$1.400,00 cada.²⁶

Os recursos iniciais foram provenientes de 0,64% do Fundo de Participação dos Municípios e 1% do ICMS. O acompanhamento da aplicação dos recursos é feito pelo Conselho Municipal do Trabalho, composto por quatro representantes do setor público municipal, um do setor público estadual, cinco do setor privado e cinco representantes de entidades sindicais.

O sucesso do Banco do Povo, enquanto empreendimento bancário, se expressa pela ínfima taxa de inadimplência e de atraso dos empréstimos e, enquanto programa social, porque expressa o sucesso dos empreendimentos de pessoas que jamais tiveram crédito no mercado financeiro.

Avaliar a Marca Revitalizar Belém a partir do impacto de suas políticas públicas não é simples. Em relação ao emprego, há dados do Banco do Povo que dão conta de que seus financiamentos geraram 2.900 empregos diretos, beneficiando 11 mil pessoas, o que não é insignificante num horizonte de 134 mil desempregados, conforme aponta o DIEESE, em 1998 (último ano em que a pesquisa foi realizada).

No tocante à requalificação urbana, é possível atestar a forte utilização das áreas públicas implantadas, o que significa maior fruição de lazer e convívio

social. O elemento mais significativo da restauração da auto-estima e da valorização das condições urbanas talvez seja o "tom" dado às considerações sobre a Cidade. Se comparadas as edições de jornal do dia do aniversário da Cidade em 1996 e 2000, a expressão é radicalmente diferente. As edições de 2000 dedicam um espaço muito maior à própria Cidade e aos eventos e intervenções que nela ocorrem. Mas, certamente, o mais notável é a linguagem das matérias publicitárias: aquela propaganda institucional das empresas cumprimentando a cidade em seu aniversário.

Merecem destaque algumas manifestações, tanto dos próprios jornais quanto de personalidades:

Ao receber a Medalha do Mérito Francisco Caldeira Castelo Branco, honraria que Belém entrega a personalidades da cidade que se destacaram durante o ano, o violonista Sebatião Tapajós se orgulha e diz que "ser homenageado na própria terra é muito melhor". Reconhecido mundialmente, o músico lembrou que "costumava falar mal de Belém até dois anos atrás, pela situação em que estava. Meu pensamento mudou. Belém está voltando a ser o portal da Amazônia" ²⁷.

"Em seu 384º aniversário, Belém comemora com festa a melhor qualidade de vida para os moradores. A inauguração, ao longo do mês, de diversas obras decididas pela população por meio do Orçamento Participativo, como a pavimentação de vias, a construção de unidades de saúde e a melhoria no abastecimento de água, fazem parte da comemoração organizada pela Prefeitura de Belém, que prefere entregar à cidade presentes que vão além de *shows* musicais." ²⁸

Dentro das comemorações do aniversário da cidade, o Diário do Pará promoveu enquetes com a opinião da população sobre o futuro de Belém. Entre as diversas opiniões, é interessante destacar particularmente a dos jovens: "o problema social resolvido é um grande sonho que não só eu, mas outras pessoas acreditam que possa dar certo"; "eu espero no futuro uma cidade mais limpa, porque apesar da prefeitura ter se esforçado, em termos de limpeza ainda precisa melhorar"; "espero melhora na área de turismo, cultura e esporte, que está tendo um bom crescimento e até há um tempo estava esquecido".

Os comentários são, geralmente, otimistas, mesmo considerando que ainda falta bastante, mas que a situação começa a melhorar. Um certo orgulho pela cidade ao lado da percepção de problemas e das limitações para superá-los atravessa o conjunto das entrevistas, de um modo sempre mais respeitoso e positivo do que crítico.

Inclusive na mídia eletrônica²⁹ há uma imagem positiva, com crescente número de matérias com a tônica "Belém com muito orgulho", em que fica evidente que a qualificação da cidade, a promoção cultural e o empenho no Turismo têm um impacto muito positivo nos setores de renda média e alta.

Em relação às matérias publicitárias evocativas ao aniversário da cidade, enquanto em 1996 há simples: "Ninguém vai cantar parabéns mais alto que a gente" (Transbrasil) ou "Saúda a cidade de Belém pela passagem de seus 380 anos e também a Garota Belém 96" (di Gregorio), em 2000 a frases dizem: "A

cada ano que passa amadureces mais bela" (Holding), "Vale a pena te fazer mais bela, Belém" (Albrás, Vale do Rio Doce), "Valorizamos Belém realçando seus encantos" (Celpa), "Encontros, História, Cores e Sabores" (Norte Telecom).

3.5. Transporte Humano

Ao adotar como Marca o Transporte Humano, expressão criada no âmbito da Associação Nacional de Transportes Públicos e do Fórum Nacional de Secretários de Transporte Urbano, a Prefeitura de Belém já sinaliza o rumo de suas ações e prioridades em matéria de circulação e transportes: é a percepção de que a prática de construir avenidas demonstra sua insuficiência como solução para garantir a circulação urbana, daí a importância da melhoria do transporte público, acompanhado de uma racionalização do trânsito. O transporte público é assumido como pressuposto de desenvolvimento urbano sustentável, busca de melhoria da qualidade de vida e eficiência das cidades.

Nesses termos, as ações se voltam para o Transporte Coletivo o Pedestre e o Ciclista, o Sistema Viário e Corredores, a Racionalização do Trânsito e a Segurança.

Transporte coletivo

Belém conta presentemente com 163 mil veículos de passeio e mil e duzentos ônibus. A distribuição das viagens é de aproximadamente 54% por ônibus, 12% por automóvel e 34% à pé ou bicicleta ³⁰. Com o objetivo de melhorar o sistema de transporte coletivo, a Prefeitura desenvolveu várias ações, incluindo a reestruturação da Companhia de Transportes do Município de Belém (CTBEL), que gerencia o transporte metropolitano através de convênio com os outros municípios. Sua sede foi transferida para um local mais próximo ao centro da cidade, de mais fácil acesso. Enquanto intervenções diretas no sistema foram realizadas:

Estações de passageiros, com abrigos, na Praça do Operário e Praça da Leitura, próximas ao Mercado de São Brás, e na Praça Waldemar Henrique; Terminal de ônibus da UFPA (Universidade Federal do Pará), com seis plataformas de embarque e desembarque, além de boxes para ambulantes que já trabalhavam no local.

Enquanto medida de racionalização e eficiência, foi implantado o retorno operacional em São Brás: em função do grande número de usuários que desce em São Brás para apanhar outro ônibus, a maioria dos ônibus seguia vazia até o centro, carregando desnecessariamente o tráfego. Parcela deles passou a trafegar somente até São Brás, daí retornando a seu ponto de origem. Com objetivos de evitar percursos desnecessários pelo centro, foram implantadas novas linhas inter-bairros.



foto 16: Estação de Passageiros na Praça do Operário, revitalizada

Outra ação empreendida foi a implantação de linhas alternativas para os Distritos de Mosqueiro, Icoaraci e Outeiro, com saída para diversos bairros de Belém. Para Mosqueiro foi implantada linha municipal, o que representa importante conquista para a população que se desloca diariamente nesse trajeto, que até então era servido unicamente por linha intermunicipal, ao custo de R\$ 2,50 a passagem.

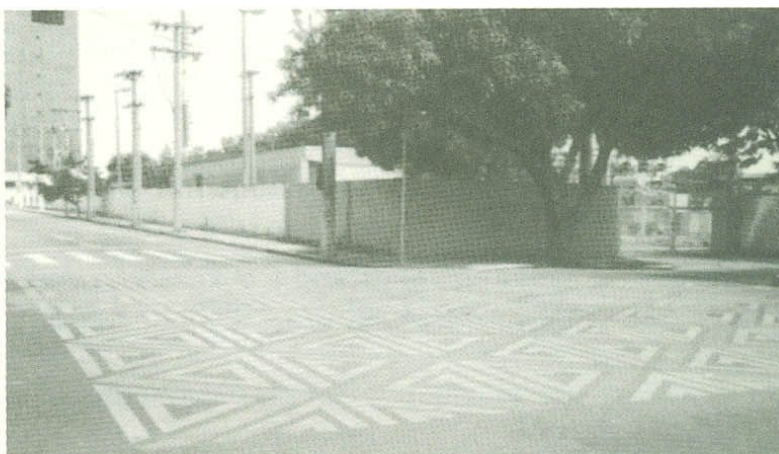
Ampliando as opções em transportes coletivos, foram implantados os microônibus, serviço diferenciado, mais confortável e com ar condicionado, visando reduzir a circulação de carros de passeio pelo centro da cidade. Implantado em caráter experimental, em 1998, foi definitivamente aprovado e hoje conta com 21 linhas com um total de 172 veículos. O valor da passagem é R\$ 1,40, enquanto para o sistema geral é de R\$ 0,70.

Visando melhorar o conforto do sistema, a Prefeitura procedeu à retirada de circulação dos veículos sem condição de trafegabilidade e à padronização da pintura da frota, com motivos regionais, com cores diferentes para cada região que atende.

Foram também desencadeadas ações em relação ao serviço de táxis: descentralização do atendimento, programa de financiamento pelo Banco do Povo para melhoria e conservação dos veículos e Programa "Táxi Turismo", que qualifica profissionais.

foto 17: Sinalização dos cruzamentos

foto 18: Motivos regionais na pintura padronizada da frota



Sistema viário e corredores

Os principais corredores viários receberam tratamento diferenciado:

Rodovia Augusto Montenegro: a via de 13 km, que liga Icoaraci a Belém, teve o pavimento recuperado e ações de realinhamento de imóveis e liberação de canaletas de drenagem, que estavam ocupadas por construções irregulares. A via foi arborizada com mais de 30 mil mudas; placas e cartazes foram retirados; foi implantada sinalização e uma faixa exclusiva para os ciclistas, além de implantação de nova iluminação. Este projeto foi desenvolvido com recursos próprios da Prefeitura;

Avenida Perimetral: uma das mais importantes vias de escoamento de Belém, com quase 6 km de extensão, a via recebeu pavimentação asfáltica com recuperação das bases, desobstrução do sistema de drenagem, sinalização horizontal e vertical. Em parceria com a Eletronorte, está sendo executado um projeto paisagístico para a implantação de canteiros, áreas de lazer e arborização;

Prolongamento da Avenida 1º de Dezembro: a obra, que consta como plano desde o Programa de Governo, é antiga reivindicação da população de Belém, reiterada nas assembleias do Orçamento Participativo. Com uma extensão de aproximadamente 4 km, tem por objetivo desafogar a Avenida Almirante Barroso, criando alternativa para entrada e saída em Belém, melhorando a qualidade de vida da população de seu entorno com a implantação de esgoto, drenagem e abastecimento de água. A via terá uma faixa para ciclistas em toda a sua extensão. Proposta em quatro etapas, as duas primeiras já se encontram em construção. Os recursos provêm do Orçamento Geral da União, de 1998 e 1999, recursos a serem repassados pela Caixa Econômica Federal pelo Programa PROINFRA; a contrapartida da Prefeitura foi garantida por decisão do Orçamento Participativo de 1998. As famílias a serem removidas irão para apartamentos em área contígua.

Complexo Viário Almirante Barroso: projeto de elevados e passagens de nível na Avenida Almirante Barroso no Entroncamento (entrada rodoviária da cidade), facilitando o acesso à Avenida Primeiro de Dezembro. Esta obra encontra-se em processo de licitação, com recursos captados junto ao BNDES.

Trânsito

Desde antes do novo Código Nacional de Trânsito determinar a municipalização do trânsito, a Engenharia de Tráfego e a Educação para o Trânsito já eram municipalizados em Belém, como responsabilidade da Companhia de Transporte do Município de Belém, CTBEL. A partir de 1998, passa a responder também pela fiscalização e controle. Para fiscalização foi estabelecido convênio com a Polícia Militar e foram contratados, por meio de concurso, setenta Agentes de Trânsito, aos quais somaram-se, em 1999, cem guardas municipais.

Dentre as medidas de ordenação do trânsito, a de maior impacto foi a inversão de mãos de direção dos eixos Magalhães Barata/Nazaré e Governador Malcher, o que, além de maior fluidez ao trânsito, dá maior visibilidade à Basílica de Nazaré e ao Mercado São Brás, permitindo que esses monumentos, e suas respectivas praças, sejam vistos de frente.

Segurança

Em 1997, Belém era uma das cidades com maior índice de mortes no trânsito (28 mortos para cada 10 mil veículos por ano)³¹. Foi lançada então a campanha "Paz no Trânsito", com a meta de reduzir em 50% o número de acidentes com vítimas fatais, até o final do ano 2000.

As ações priorizaram a sinalização: vertical, horizontal e semaforica nos pontos críticos e uma grande campanha educativa: junto às escolas, estudantes e funcionários, além do treinamento de Agentes Multiplicadores de Educação para o Trânsito e de Direção Defensiva.

3.6. Participação popular

A participação popular foi definida como questão central desde o Plano de Governo e como Marca de Governo desde o início da gestão, enquanto proposta de democratização do governo municipal.

A partir do final do segundo ano de governo (nov. 1998), a "participação" ganha nova dimensão, com a formulação da proposta do Congresso da Cidade. O Congresso da Cidade é apresentado como "instrumento de planejamento e gestão da cidade com a participação de todos os segmentos sociais, visando à discussão, definição, elaboração e execução de uma agenda de desenvolvimento para o Município, a partir de questões como a retomada do crescimento econômico, perdido há décadas, sem excluir o cidadão do processo de participação efetiva no destino da cidade, e como compatibilizar a promoção desse desenvolvimento com a justiça social, a preservação do meio ambiente e o controle social do serviço público" ³².

Em alguns documentos, o Congresso da Cidade é apresentado como "toda essa nova forma de governar com Participação Popular" ³³, o que envolveria o conjunto de fóruns de participação, que são: Orçamento Participativo e suas Plenárias Populares, Audiências Públicas, Conferências Municipais, Conselhos de Gestores e Conselhos Setoriais, Comitês de Fiscalização e Comitês Ambientais, Comissões de Co-Gestão.

Concebido com essa abrangência, o Congresso da Cidade – envolve ações de natureza diversa: enquanto os fóruns acima elencados referem-se a efetivas

atribuições municipais, para as quais representam alternativas de democratização da Administração Pública, a dimensão expressa na primeira formulação permite que vá além, assumindo um papel que extrapola os limites do que são as tradicionais responsabilidades municipais em obras, programas e serviços. Deve atuar na esfera do Planejamento Estratégico, formulador de uma agenda de desenvolvimento para o Município, o que implica em articulação política e conexão desta ao planejamento de governo.

Assim, optou-se, neste texto, por apresentar o tema com alguns recortes: no presente item, a Participação Popular será abordada por aquilo que representa enquanto democratização da Administração Pública, portanto, como participação naqueles aspectos que são efetivas responsabilidades municipais. As articulações mais amplas, bem como a operacionalização do sistema de planejamento e controle, serão apresentadas mais adiante: em 4. Administração e Controle (no que se refere às formas de acompanhamento e controle da ação dos órgãos municipais associadas ao Planejamento Estratégico) e em 5. Governabilidade (no que se refere à interlocução e articulação política).

As modalidades de participação são aqui agrupadas em: deliberativas – Orçamento Participativo; de fiscalização – Comissões de Fiscalização (COFIS); Co-responsabilidade na Implantação ou administração de investimentos; Conselhos Setoriais.

Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo (OP) é o processo de elaboração, com participação e deliberação da comunidade, da Proposta Orçamentária que o Executivo envia anualmente à Câmara Municipal. Esteve sob responsabilidade da Coordenação de Relações com a Comunidade, vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito e responsável por liderar e organizar o processo do OP.

O procedimento adotado pela Prefeitura Municipal de Belém teve início em 1997, com a discussão do Orçamento para 98, colocando à deliberação popular o equivalente a 70% da estimativa do IPTU. Em 1999 o montante passou a 100% do IPTU e em 2000 foi incluído o valor integral dos recursos orçamentários – passando o Orçamento Participativo a envolver não só os recursos de investimento, mas também os gastos com custeio e com pessoal.

Isso é, sem dúvida, uma inovação e uma total reconceitualização da idéia de Orçamento Participativo, já que, na maior parte das cidades que adotam essa prática, apenas parte da parcela destinada a investimentos é colocada para as instâncias participativas.

Em Belém, o Orçamento Participativo, conforme procedimentos definidos para o ano 2000, tem o seguinte percurso: inicia-se com a realização de Assembléias Temáticas (Saúde para Todos, Dar um Futuro às Crianças e Infra-Estrutura/Desenvolvimento Econômico), Assembléias Distritais e Assembléias da Juventude.

As Assembléias Distritais começam com Assembléias por Microrregião (ao todo são 28 microrregiões), em que a comunidade apresenta suas demandas e elege um número de delegados por demanda, que participarão de duas rodadas de discussão no Distrito. Segue-se, então, a eleição em urna dos 24 conselheiros (três por distrito) para o COP (Conselho do Orçamento Participativo), que acompanharão diretamente todo o processo. Uma vez que o voto é direto e não por representação, as entidades populares constituídas incentivam seus membros a participar e fazem campanha por eles, conforme aponta em entrevista, o chefe de Gabinete do Prefeito. Essa sistemática é importante para garantir a autonomia dos movimentos em relação ao Governo, evitando que a participação institucional descaracterize os movimentos sociais.

Na primeira rodada por Distrito (assembléias abertas) são apresentadas a prestação de contas da Prefeitura e as três propostas que considera prioritárias para o Distrito. Finda essa rodada, as demandas são remetidas aos órgãos municipais responsáveis, para parecer técnico (que inclui definição de custo e análise de viabilidade). Na segunda rodada (ainda de assembléias abertas) esses pareceres são apresentados e a população elege as demandas hierarquizadas do distrito e elege também 30 delegados para a assembléia municipal.

As Assembléias Temáticas elegem, cada uma, três conselheiros para o COP (Conselho do Orçamento Participativo) e delegados, que participarão de duas rodadas de discussões. Na primeira rodada, a Prefeitura apresenta sua prestação de contas e, na segunda rodada, os conselheiros debatem e aprovam as demandas prioritárias da temática (três demandas, por ordem de preferência) e elegem 15 delegados para as assembléias municipais.

foto 19: Orçamento Participativo, Assembléia do Bengui (DABEN)



Encerrada essa etapa, a Assembléia Popular de Delegados reúne os 30 delegados de cada Distrito (são 8), mais os 15 delegados de cada uma das três Temáticas. Essa Assembléia não é deliberativa e consiste num grande debate sobre o desenvolvimento urbano da cidade e suas prioridades. Segue-se a caravana das prioridades, em que delegados e Prefeitura visitam os locais das prioridades apontadas. Segue-se, então, a Assembléia Final do COP, que discute e aprova o destino dos recursos para o ano seguinte. Todo esse processo começa no início de março e se encerra em setembro de cada ano, data em que o Executivo encaminha o Projeto Orçamentário à Câmara de Vereadores.

O Orçamento da Juventude é semelhante, porém, com menos etapas, segue seu curso em separado. A Assembléia Aberta do OP da Juventude é antecedida por reuniões preparatórias com entidades, grupos, movimentos relacionados com esporte, cultura e lazer. Segue-se, então, a Assembléia Aberta da Juventude, que apresenta demandas da juventude de toda a cidade, elege delegados (um para cada sete presentes) e três conselheiros. Ocorre a primeira rodada de discussão com delegados, em que a Prefeitura apresenta suas contas e três demandas que considera prioritárias para o setor da juventude. Na segunda rodada são discutidas as prioridades dos jovens do conjunto da cidade e eleitos 25 delegados por distrito e 50 delegados de demandas gerais. Ocorre, então, a assembléia final da Juventude, que debate e aprova o conjunto de obras e projetos que fará parte do plano de investimentos da Prefeitura.

A participação da população no OP cresceu a cada ano, tendo chegado, em 1999, a 50 mil pessoas e, em 2000, a 150 mil. Representa mais de 10% da população, o dobro do necessário para a apresentação de Projetos de Lei de Iniciativa Popular, conforme estabelecido pela Constituição Nacional.

Envolvendo essa enorme quantidade de participantes, o OP requer o estabelecimento de regras claras de funcionamento. Para isso, foi aprovado um regimento interno e critérios técnicos para orientar a decisão entre prioridades.

O Conselho Municipal do Orçamento Participativo (COP), conforme explicita o Regimento Interno, é um órgão de participação direta da comunidade, tendo por finalidade propor, fiscalizar e deliberar sobre matérias referentes a receita e despesa do Poder Público Municipal. Reúne-se, regularmente, duas vezes por mês e tem por membros, além dos 36 eleitos conforme acima referido, mais: um representante de cada um dos quatro sindicatos dos Servidores Municipais, um representante de cada uma das duas centrais de movimentos populares e dois representantes do Executivo Municipal. Seus membros não são remunerados e têm como responsabilidade, além das atribuições enquanto Conselho, reunir-se regularmente com os delegados da base que os elegeram como Conselheiros, informando as discussões em curso no Conselho, colhendo sugestões e deliberações. As prioridades para inclusão no Orçamento Anual são definidas pelas Assembléias do OP, mas cabe ao Conselho participar da elaboração do

produto final (incluindo despesas e arrecadação), bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias e acompanhar a execução orçamentária.

É interessante notar que no primeiro ano de realização do Orçamento Participativo, conforme o documento *Orçamento Participativo 1997-2000*, da Coordenação de Relações com a Comunidade, predominaram demandas absolutamente locais e vitais: abastecimento de água, Unidades Básicas de Saúde, pavimentação e drenagem, surgindo, ainda, em bem menor quantidade, demandas por banheiros na praia, creche, pré-escola, melhoria nos transportes.

Em 1999 o horizonte se ampliou, à medida que as emergências vão sendo atendidas. É definido, então, que o custo de manutenção dos equipamentos seja considerado junto ao custo de implantação. Entre as demandas da população passaram a ser incluídas, além das anteriores, itens como ampliação do número de Bolsas-Escola, recuperação do Ver-o-Peso, implantação de complexo esportivo e de espaços públicos adjacentes ao rio, programa de capacitação e geração de renda, entre outros. São expressão da inclusão no processo do OP de Plenárias temáticas, além das distritais, que passam a existir desde então, e contemplam programas e projetos estruturais para a cidade, muito mais amplos do que as necessidades específicas de cada bairro ou distrito. Vão passando a expressar não só demandas hoje necessárias mas desejos para o futuro.

Fiscalização

Comissões de Fiscalização e Comitês Ambientais

Outra importante instância de participação e de controle social das ações do governo é a das COFIS (Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Obras). Os integrantes das COFIS (em número de cinco, sendo um Conselheiro e um delegado do OP no bairro) são eleitos para acompanhar e fiscalizar o andamento e qualidade das obras, desde a licitação até sua conclusão. Terminada a obra, a Comissão se transforma em Comitê Ambiental, ficando atenta a sua limpeza e manutenção.

A implantação das COFIS é uma importante inovação no sentido da consolidação da participação e criação de densidade social. É frequente em outras experiências de administrações municipais participativas, que a participação se esgote quando a reivindicação é atendida. Contrariamente, as COFIS e Comitês Ambientais a qualificam e dão continuidade.

Co-responsabilidade na Administração ou na Implantação

Essa é outra modalidade de participação que foi bastante praticada durante a gestão. Entre os exemplos de co-responsabilidade na gestão, observamos

o que ocorre com os conselhos de equipamentos como a Aldeia Cabana e os espaços culturais e esportivos, onde a comunidade faz parte do conselho gestor.

Entre as experiências de implantação de programas ou projetos, sob forma de co-responsabilidade, encontram-se iniciativas como: Condomínio Participativo da João Alfredo, parceria com lojistas para recuperação de via na área central; Avenida Brás Aguiar – Prefeitura e Associação dos Lojistas realizaram reforma e ampliação da iluminação pública; adote uma árvore (manutenção de praças), pavimentação com *blokret* de vias internas para conjuntos habitacionais (sendo que a Prefeitura fornece máquina de *blokret* e motoniveladora, a população entra com a matéria-prima e indica operadores e pedreiros).

Conselhos Setoriais

São compostos por representantes governamentais e de entidades da Sociedade Civil. Existem Conselhos Gestores de Políticas Públicas, criados por legislação federal, como os Conselhos Tutelares de Proteção à Criança e ao Adolescente e os Conselhos Municipais de Assistência Social, de Saúde, de Educação e dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de outros criados por legislação municipal, com níveis diferenciados de atuação e de representatividade. Parte deles é anterior à atual gestão: o CONDUMA (Conselho de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente) estabelecido pelo Plano Diretor ou os Conselhos Municipais da Condição Feminina, de Alimentação Escolar, de Recursos Fiscais, de Previdência; parte instalada durante a gestão: Conselho Municipal do Negro, de Entorpecentes, de Transportes, de Desenvolvimento Econômico e Social, de Proteção ao Patrimônio Cultural, Turismo e Cultura.

No campo da participação popular um importante desafio parece ter sido a articulação entre o Orçamento Participativo e Conselhos Setoriais, já que correspondem a formatos diversos de participação. Enquanto o Orçamento Participativo tem por princípio a participação direta dos cidadãos, os Conselhos, são em geral, espaços constituídos por representantes de entidades. Enquanto ao Orçamento Participativo cabe definir prioridades na aplicação dos recursos municipais, aos Conselhos cabe participar na gestão de determinadas políticas públicas cujos recursos são também incluídos no Orçamento Participativo. Compatibilizar essas duas vertentes é um desafio que se apresenta não só para Belém mas para a maioria das municipalidades brasileiras que promove a participação popular.

No caso de Belém parte dessa dificuldade pode ser atribuída à carência de indicadores capazes de demonstrar uma evolução temporal dos déficits setoriais e do impacto das políticas municipais praticadas. Deve-se principalmente à carência de estatísticas e dados sócio-econômicos básicos que permitam

estabelecer comparações, além de problemas de comparação advindos das alterações dos limites municipais ocorridas na última década, conforme já abordado no item 1. A Cidade de Belém.

Parâmetros para a avaliação

Em síntese, para que se avalie o exato significado desse conjunto de políticas públicas empreendidas, é fundamental situá-las no contexto econômico e social de Belém, observando-o inclusive comparativamente ao padrão brasileiro. Alguns dados são interessantes:

**Quadro 10: Evolução do Valor Adicionado
Município de Belém**

	Valor Adicionado (em mil reais)	População	Valor Adicionado per capita (R\$)	PIB/capita do Estado do Pará (R\$) ⁽¹⁾
1996	2.972.803	1.144.312	2.598,00	3.389,00
1997	3.487.122	1.160.181	3.006,00	3.240,00 ⁽²⁾
1998	3.056.014	1.173.534	2.604,00	-

fonte: SEFIN, PMB, conforme publicação no DOE referente ao valor adicionado definitivo

(1) web IBGE, contas regionais 25/06 tab.3

(2) R\$ 2.423,00 em R\$ de 1997

Valores em reais de dezembro de 1999 (IGP-DI)

No entanto, o efetivo montante do Valor Adicionado também é um dado sujeito a alguma imprecisão, já que "ano após ano, aumenta o número de contribuintes omissos com a entrega da DAME, o que se comprova com os dados da própria Secretaria da Fazenda do Estado, 1996: 5.688 omissos; 1997: 7.340 omissos e 1998; 10.700 omissos, dentre os cerca de 29.000 contribuintes do ICMS ativos que existem no Estado do Pará, o que compromete a precisão na apuração do valor adicionado de cada município. Quase 25% do total de contribuintes omissos, ou seja, 2.500 contribuintes, pertencem ao Município de Belém" ³⁴.

Em termos de renda familiar, de desenvolvimento social e da maioria dos indicadores, Belém se destaca positivamente entre as cidades do Pará e da Região Norte. No entanto, a região como um todo apresenta um quadro na maior parte dos aspectos abaixo da média brasileira. Assim, para que se avalie seu esforço de desenvolvimento e significado das políticas públicas que vem praticando, é necessário observá-la no contexto da Região Norte e do País como um todo.

Em termos de renda *per capita* (PIB/capita), o Pará, com seus R\$ 2.423, em 1997 (em valores de 1997), é dos mais frágeis em sua região, cuja média desse mesmo ano é R\$ 3.293, equiparando-se à média nordestina, de R\$ 2.494, enquanto a média brasileira fica então em torno de R\$ 5.413 ³⁵.

Enquanto renda familiar, a média de Belém também é baixa, com baixa porcentagem de famílias com renda acima de 20 salários mínimos e um grande percentual de famílias com renda até 5 SM, o que expressa uma sociedade com pouca renda semelhante à média brasileira, bastante abaixo de outras capitais.

Quadro 11: Distribuição de Renda

Porcentagem de famílias por faixa de renda, população urbana

	Total de famílias	0-2 SM	2-5 SM	5-10 SM	10-20 SM	+20 SM	sem informação
1996	257.153	25,2	29,1	21,4	13,1	10,1	1,1
1998	268.305	31,9	30,6	17,2	10,7	8,2	1,3
1999	270.690	33,5	29,8	18,8	10,3	6,7	0,9

fonte: PNADs tabelas 6.1. Dados para população urbana de Belém/Ananindeua.

A parcela correspondente a Belém é de quase 90% do total, conforme avaliação no texto acima.

Obs.: Dados de 1997 sobre RMBelém não disponíveis na página do IBGE.

Ver explicação sobre condições da PNAD p.14 e 15.

Isso se traduz numa condição de consumo bastante peculiar. O belenense está muito acima do resto do País em termos de kg/capita por ano de carnes e aves; ao contrário do consumo de veículos, cerveja, tratamento dentário e, principalmente, do gasto com imóveis, item em que está abaixo de todas as demais capitais ³⁶.

Consumo de alimentos

Kg/capita por ano			
RM Belém	1987	1996	média das RM Brasil 96
Carnes	39,22	42,70	28,00
Aves	15,00	27,94	17,50

fonte: Folha de São Paulo, 2 abr. 2000 (Especial, p. 11)

Quanto a outros aspectos relativos à qualidade de vida, Belém também apresenta particularidades. Conforme a PNAD de 1999, tem-se:

Quadro 12: Qualidade de vida

% de:	Belém	Reg.Norte	Brasil	São Paulo	Rio de Janeiro
famílias com renda até 5 SM	63,3	64,1	59,8	37,3	46,7
famílias com renda superior a 20 SM	6,7	4,3	5,9	11,4	9,0
domicílios com mais de 2 moradores por dormitório	38,7	36,5	25,7	32,0	22,2
domicílios sem geladeira	14,7	19,3	17,2	2,3	2,0
domicílios com canalização interna de água de rede	76,8	61,0	76,1	97,4	92,0
domicílios com coleta de esgotos na rede	7,7	8,2	43,6	82,4	58,9
peças de 10 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo	21,3	32,7	31,7	18,1	20,1

fonte: PNADs 1999.

Os dados referem-se às Regiões Metropolitanas conforme consideradas no Censo 91.

Para Belém e Região Norte não inclui população rural. RMB é Belém e Ananindeua

Ver explicação sobre condições da PNAD p.14 e 15.

Considerando que esses aspectos dependem tanto das condições econômicas mais gerais quanto de políticas públicas, é fundamental ponderarmos o comportamento das condições gerais para que se possa refletir sobre as políticas públicas, particularmente as municipais. Pode-se observar que se nas condições gerais, Belém está próxima às médias da Região Norte e do Brasil como um todo, tem condições significativamente piores que a das grandes metrópoles do sudeste, exceto no item "peças com 10 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo", em que se aproxima de São Paulo e Rio de Janeiro.

Esse bom desempenho pode ser atribuído à prioridade do governo municipal em garantir a permanência das crianças na escola. É significativo o salto dado por esse indicador: a parcela de peças de dez anos ou mais com menos de 4 anos de estudo caiu de 38,8% em 96 para 21,3% em 99 (PNADs).

Também é importante a ampliação do percentual de domicílios ligados a rede de água e com canalização interna. Saltou de 46,9% em 96 para 76,8% em 99. A participação municipal nessa ampliação é significativa, conforme se observa no quadro 8 da página 40: situação operacional do sistema SAAEB.

Por outro lado, nas indicações de caráter econômico, se considerarmos a evolução no tempo, observa-se que, no período entre 1996 e 99, o percentual de ocupados (conceito PNAD-IBGE) entre os maiores de 10 anos reduziu-se entre os homens, mantendo-se entre as mulheres, mas o rendimento médio caiu, mais acentuadamente entre as mulheres – o que significa menor renda doméstica, e maior demanda de equipamentos e serviços para crianças.

Quadro 13: Rendimento Mensal dos Economicamente Ativos

em R\$

	Total	Homens	Mulheres
1996	670,00	771,00	539,00
1998	630,00	783,00	443,00
1999	494,00	576,00	394,00

Refere-se a pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana da pesquisa.
 Valores de dezembro de 1999 (IGP-DI).
 fonte: PNAD's, RMB (áreas urbanas de Belém e Anandindeua).
 Obs.: Dados de 1997 sobre RMBelém não disponíveis na página do IBGE.
 Ver explicação sobre as condições de PNAD p.14 e 15.

Por gênero de atividades, houve pequena redução da proporção de trabalhadores em todos os setores em favor do de serviços, que ampliou-se.

Quadro 14: População Economicamente Ativa por Gênero de Atividade

em %

	Agricultura	Indústria inclusive construção	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Outros mais mal definidos	Total ocupado (1)	Total ocupado/total de pessoas de 10 anos ou mais	Local de trabalho sendo via ou área pública
1996	1,5	14,5	23,6	49,4	8,7	2,4	382.509	40,4%	5,2
1998	1,7	15,7	22,4	49,2	8,6	2,4	389.707	40,6%	6,4
1999	1,2	14,0	22,3	51,7	8,5	2,3	370.412	38,4%	5,8

fonte: PNADs 96, 98, 99; RMB.
 (1): Refere-se a pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana da pesquisa.
 (2): % sobre total de locais de trabalho.
 Obs.: Dados de 1997 sobre RMBelém não disponíveis na página do IBGE.
 Ver explicação sobre as condições de PNAD p.14 e 15.

Quadro 15: População Feminina Economicamente Ativa

	População feminina total	População fem. > 10 anos	População fem. >10 anos ocupada ⁽¹⁾	População fem. >10 anos ocupada/total > 10 anos
1996	507.704	432.240	162.708	37,6 %
1998	511.859	437.885	170.221	38,8 %
1999	518.495	434.389	162.749	37,5 %

fonte: PNADs 96, 98, 99.

(1): Refere-se a pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana da pesquisa.

Obs.: Dados de 1997 sobre RMBelém não disponíveis na página do IBGE.

Em termos de investimentos programados, para o período entre 1998 e 2005, conforme aponta levantamento do mesmo *Atlas do Mercado Brasileiro* (1999), o Pará tende a receber principalmente aqueles destinados à construção da Hidroelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, e ao setor de mineração. Só os dois setores representam 90% do investimento previsto. Todos os demais setores são contemplados com um montante que não passa de 7,9% do PIB estadual, o que significa que muito pouco é dirigido para as cidades.



4. Administração e controle

4.1. Planejamento e gestão

Definida desde o Plano de Governo, a implantação do Orçamento Participativo foi o primeiro passo para que a Cidade pudesse responder à quantidade de carências acumuladas. Se considerarmos, como Singer³⁷, que "governar significa captar uma parcela nada pequena da renda social e destiná-la a determinados gastos, que podem atender necessidades de alguns grupos e não de outros", o Orçamento Participativo representa já uma forma de democratização do governo e ao mesmo tempo uma forma de planejamento. Mas abrange apenas aqueles aspectos sobre os quais a municipalidade atua. Na perspectiva de ir além e de propor à sociedade um projeto mais amplo do que o mero dia-a-dia que é tradicionalmente dado às prefeituras equacionar, o governo lançou-se a articular outras instâncias que interferem no desenvolvimento urbano, desde outras esferas de governo, à iniciativa privada local, organizações sociais e inclusive os meios internacionais de formação de opinião.

Na condução desse Planejamento tem importante papel o Congresso da Cidade, constituído a partir do final de 1998, abrindo um canal e dando mais clareza ao Planejamento Estratégico que o governo adotou para construir seu plano de ação, ainda na preparação da posse.

O desenho peculiar dado a esse Planejamento é, certamente, o grande mérito e a grande inovação apresentada pelo Governo de Belém. Consiste numa formulação abrangente, que politiza a administração municipal e encara o Município como espaço de proposição de um modelo de desenvolvimento. A explicitação dessa concepção já foi amplamente discutida anteriormente em 2. Governo do Povo – gestão 1997-2000.

O presente item trata das estruturas criadas e procedimentos estabelecidos para a implementação do Sistema de Planejamento e Decisão.

Do ponto de vista da estrutura administrativa, a principal intervenção foi a criação das Administrações Regionais, correspondendo cada uma ao território de um Distrito. Os Administradores Regionais têm status de Secretários e fazem parte da "composição do Governo". A função, criada pelo Plano Diretor,

só foi implementada na atual gestão e ainda está em processo de definição, cabendo ainda precisar o que deya ser exatamente o distrito, técnica e administrativamente, além de espaço de articulação e integração local. Os setores de Saúde e Educação se organizam por distritos, mas são centralizados ³⁸.

No que se refere ao Planejamento Estratégico, no plano interno, do funcionamento do Governo, foram definidos alguns conceitos e procedimentos ³⁹.

Ações/atividades/subatividades/tarefa: refere-se àquilo que deve ser feito para viabilizar produtos e resultados;

Avaliação: instrumento necessário, deve oferecer informações que permitam que o plano seja avaliado e novas decisões possam ser tomadas;

Desafio: expressão da vontade de criar uma realidade nova ou superar uma realidade indesejável;

Dificuldade: obstáculos que impedem uma prática desejada;

Estratégias: mudança imediata para alcançar a situação objetiva do plano. Deve responder à questão: que operações do plano são viáveis hoje? É possível construir viabilidade a operações que hoje não o são?;

Indicador de desempenho: é uma operação matemática, que mede numericamente atributos de um processo ou seus resultados, visando compará-los a metas;

Marca: refere-se às questões centrais relevantes para que o governo tenha uma identidade;

Missão: é a razão de ser da organização, é definida pelos fins. Deve exprimir sua vocação e a natureza de suas atividades;

Operação: são os módulos básicos e práticos de ação que mudam um resultado, caracterizam-se por utilizar variáveis sob o controle do ator, provocando um resultado;

Prazo: data limite para finalizar um produto;

Produto: é a concretização de ações/atividades, marca etapas intermediárias no caminho para atingir os resultados;

Recursos: podem ser de diversas naturezas, poder político, econômico, conhecimento, organização, administração, comunicação, informação e mobilização.

Para implementar esses procedimentos, a administração se estrutura por meio de colegiados, com a seguinte composição:

Colegiado de governo: Colegiado máximo, de decisão. É composto pelo Prefeito, Vice Prefeita, Coordenadores das Marcas e demais Secretários Municipais, Dirigentes de Órgãos da Administração Indireta e Administrações Regionais. Deve reunir-se, ordinariamente, uma vez por semestre;

Comitê Executivo do Plano: colegiado político e operacional, com papel de Coordenador Executivo das Marcas. Coordenado pelo prefeito, é formado pelos Coordenadores de Marcas, Secretário de Planejamento e Gestão, Secretário

de Finanças e Chefe de Gabinete do Prefeito. A CRC (Coordenação de Relações com a Comunidade) participa também – mais como acompanhamento e observação;

Colegiado da Marca: É composto por todos os dirigentes dos órgãos setoriais envolvidos com a Marca, Administradores Regionais e dois membros do COP. Deve reunir-se mensalmente;

Coordenador da Marca: Secretário Municipal designado como responsável por coordenar a execução da Marca, buscando integrar os órgãos setoriais e regionais de acordo com as ações programadas para a Marca, inserindo-a no contexto geral das demais Marcas;

Responsável pela Atividade: são as instâncias de implementação técnica, correspondendo aos departamentos e seções dos órgãos setoriais que executam os projetos.

O modelo de gestão

A incorporação de técnicas gerenciais ao processo de planejamento estratégico situacional é adotada, tendo como pressupostos a concepção participativa nas ações desenvolvidas pelo gestor público municipal. É assumida a necessidade de construir instrumentos objetivos, capazes de efetivar o gerenciamento e o monitoramento da gestão pública municipal, sem, no entanto, descartar o aspecto da subjetividade política dos atores sociais enquanto formuladores e avaliadores das políticas públicas.

Apenas um bom planejamento não garante a consecução dos objetivos e resultados do projeto; a realidade muda e a execução tem que ser alterada. Por isso, o planejamento deve ser sempre avaliado em relação às suas mudanças. Baseado nessa concepção de planejamento é que foi formulada a proposta de gerenciamento e monitoramento, referenciada na Sala do Plano, para viabilizar um processo contínuo de acompanhamento, controle e avaliação das ações desenvolvidas pelas Secretarias Municipais, Administrações Regionais e órgãos da Administração Indireta de maneira a garantir o sucesso total e implementação das políticas setoriais previstas nas Marcas de Governo.

O mecanismo central do monitoramento e gerenciamento é a Sala do Plano, sistema de acompanhamento do Planejamento Estratégico, que é uma matriz, organizada de modo a facilitar a visualização global das operações/ações/atividades, possibilitando identificar responsáveis, apoios, prazos, recursos e agilizando a tomada de decisão. Como instrumento, não chegou a ser implantada integralmente, ainda que tenha sido efetuado o sistema de acompanhamento orçamentário-financeiro.

Quadro 16: Matriz Sala do Plano

planejamento estratégico situacional													
plano anual de trabalho					recursos	produto	resultado	prazo início/término	respons.	orçamento			
orçamen.		ação	sub-ação	tarefa						valor		natureza da despesa	fonte
proj/ativ										global	detalhado		
código	especificação												

Por outro lado, os princípios do Planejamento Estratégico foram aplicados e desenvolvidos com importante reinterpretação: a inclusão da população no monitoramento. Voltando ao princípio desse item: se governar é tomar decisões, incluir a população nessa tarefa é efetivamente democratizar o governo. A estrutura de decisão incorpora esse parceiro ou agente nos procedimentos administrativos. Assim, não se trata de "ouvir" a população, mas de incorporá-la no processo de decisão e gerenciamento.

Mas a re-interpretação não pára aí. Conforme já reportado no item 2. Governo do Povo (gestão 1997-2000), inclui no sistema de monitoramento a avaliação do grau de realização das metas desejadas, que são a qualificação das condições de vida do setor popular, estabelecendo como metas, os eixos temáticos: Desenvolvimento Econômico, Identidade Cultural, Inclusão Social, Dinâmica Urbana, Meio Ambiente e Sustentabilidade. São os parâmetros usados como referencial para a avaliação das políticas públicas.

Cada Marca de Governo, assim como cada um de seus programas e propostas, deve ter relação com algum ou alguns desses eixos. Sua avaliação e monitoramento se dará a partir do quanto realiza o objetivo do eixo, em que medida faz com que a situação social se aproxime desses objetivos.

Nesses termos, na avaliação de cada Marca, de cada Política Pública, devem ser observados: produtos que espera alcançar, etapa, quais os eixos temáticos a que se relaciona e em que medida os produtos obtidos e seus impactos se aproximam desses objetivos.

A idéia pode ser ilustrada com o seguinte esquema, onde em cada cruzamento devem ser registrados e avaliados os impactos do Programa ou Projeto sobre aquele eixo temático/objetivo:

	Desenvolvimento Econômico	Identidade Cultural	Inclusão Social	Dinâmica Urbana	Meio Ambiente e Sustentabilidade
Marca 1					
programa a	x	x	x		
programa b	x		x		x
programa c		x	x	x	x
Marca 2					
programa a	x		x	x	x
programa b	x	x		x	x
programa c		x	x		x

Essa forma de avaliação, claramente praticada no núcleo do governo, não chegou, no entanto, a implantar-se como instrumento de gerenciamento no conjunto da máquina administrativa. A avaliação resultou em ser praticamente só qualitativa, tanto pelo seu desenvolvimento ainda inicial em que faltam instrumentos mais definidos de medida e indicadores, mas principalmente porque estabelecer um acompanhamento da evolução das condições de vida e do desenvolvimento urbano em Belém é empreitada hoje quase impossível. A equipe de governo procedeu a um enorme esforço de produção de dados e de regionalização de informações. Efetivamente, produziu esses dados de forma distritalizada, subsidiando os debates e decisões do Orçamento Participativo. No entanto, é quase impossível balizar tais dados com as condições existentes antes do início da gestão. Diversos são os fatores intervenientes, conforme apresentado anteriormente, no item 1. a Cidade de Belém e comentado em 3. Marcas de Governo, no bojo do Orçamento Participativo.

Nessas condições, a elaboração do Cadastro Multifinalitário, em fase final de execução, bem como o Projeto "Belém Rede Local" (do setor do Bem-Estar Social da Criança e Adolescente), com apoio do BNDES e a recém-inclusão da Cidade no Programa de GUO (*Global Urban Observatory*) das Nações Unidas, que visa à produção de indicadores de qualidade de vida urbana, são elementos fundamentais para a democratização do acesso às informações e à própria definição, monitoramento e fiscalização das políticas públicas.

O Cadastro Multifinalitário, foi elaborado com as técnicas mais atualizadas de ortofotos, acompanhadas de levantamento de campo, de que resultam três importantes instrumentos: uma cartografia absolutamente atualizada e completa, uma planta genérica de valores acessível e de fácil utilização e atualização,

além de um detalhado cadastro de imóveis, infra-estrutura, população e dados sócio-econômicos, que possibilitará inclusive um cotejamento com os resultados do censo em elaboração. Recém concluído, passará a representar inestimável instrumento auxiliar ao Planejamento e Gestão.

O Projeto "Belém Rede Local", destinado a melhorar as condições de atendimento às crianças do Município, contém importante procedimento de cadastramento e acompanhamento das condições de vida das crianças que procuram serviços municipais de qualquer natureza.

4.2. Finanças

O panorama da Secretaria Municipal de Finanças carregava uma tradição de inadimplência e de anistias, a que se somava um baixo nível de informatização, um reduzido quadro de auditores fiscais e a ausência de uma política de formação e capacitação de profissionais ⁴⁰.

A Secretaria Municipal de Finanças pautou sua atuação na superação das limitações técnicas, buscando resgatar a capacidade de arrecadação da municipalidade e instalando uma postura de acesso público às informações acerca da receita e da despesa pública.

Essa Secretaria preocupou-se em dotar a administração de mecanismos e instrumentos capazes de fortalecer as finanças municipais, pois os municípios brasileiros, em geral, enfrentam uma conjuntura econômica e política desfavorável, decorrente de um conjunto de medidas fiscais, todas restringindo recursos para os municípios.

Logo no início da gestão foi elaborado um Programa de Modernização da Administração Tributária e Fiscal, com diversos projetos estratégicos. Em 1997, foi instalada a Central Fiscal de Atendimento ao Cidadão (atendimento unificado, integral e conclusivo).

Na mesma política de esclarecimento e prestação de contas foram produzidos materiais informativos disponíveis na Central de Atendimento, prestação de contas nas Assembléias Populares do OP, em comunidades que demandam a presença da SEFIN (Secretaria Municipal de Finanças), além do lançamento de 100 mil cartilhas sobre o IPTU, em dezembro de 1999.

Há outros dois projetos que se interrelacionam diretamente: o Cadastro Multifinalitário e o desenvolvimento do Sistema de Arrecadação Tributária. O primeiro, já mencionado anteriormente, visava enfrentar um problema crônico no Município que é a insuficiência e imprecisão de dados e informações em geral, desde o número exato de construções ao tamanho da população, as condições de atendimento dos vários serviços públicos e particularmente um cadastro de contribuintes.

O outro projeto, ainda inicial, envolve a integração e interrelacionamento dos cadastros dos diversos órgãos, evitando a desconexão de políticas e a dispersão de recursos. Também foi desencadeada a informatização da Secretaria de Finanças – SEFIN em todos os seus setores e uma reformatação de rotinas e processos administrativos.

Evidentemente, entre esse conjunto de investimentos e o processo de modernização inclui-se a qualificação do corpo funcional, o que levou à implantação de um Programa de formação, envolvendo o atendimento na Central Fiscal de Atendimento ao Cidadão, planejamento estratégico e negociação com ênfase na questão tributária, visando elevar o desempenho individual e a formação de equipes.

O Centro Interamericano de Administração Pública e a Escola Superior de Administração Fazendária, ministraram cursos com o objetivo de qualificar os funcionários municipais como gestores em Administração Pública, enfocando a Administração Tributária.

Quadro 17: Receitas Próprias e Transferências
Evolução da Receita segundo origem dos recursos

valores em mil Reais dez 1999												
	Total das receitas realizadas		receita corrente		receita corrente						operações de crédito	
					receita própria		transferências federais ⁽³⁾		transferências estaduais ⁽⁴⁾			
		%		%		%		%		%		%
1996	318.325	100	315.805	99,21	92.673	29,11	101.451	31,87	121.681	38,22	2.520	0,79
1997	370.097	100	364.602	98,52	96.522	26,08	175.558	47,43	91.996	24,99	5.495	1,48
1998	426.422	100	425.805	99,86	107.884	25,30	210.935	49,47	106.624	25,00	616	0,14
1999⁽¹⁾	418.253	100	410.494	98,14	105.188	25,15	214.363	51,25	90.423	21,62	7.759	1,86
cresc.no período 96-99	+31,39%		+29,98%		+13,50%		111,30%		-25,69%		+207,90%	
2000⁽²⁾	508.969		478.955	94,10	134.737	26,47	249.710	49,06	93.723	18,41	30.013	5,90

fonte: Lei Orçamentária 2000. DOMB 03/01/2000 p. 25-27

Evolução da receita segundo origem dos recursos

Valores corrigidos IGPM-DI para dezembro de 1999

(1) provável

(2) estimada

(3) inclui convênios

(4) inclui convênios

Quadro 18: Composição da Receita – principais componentes

valores em mil reais de dez 1999

	IPTU + taxas ⁽³⁾		ISS		cota parte ICMS		FPM		FUNDEF	
		(4)		(4)		(4)		(4)		(4)
1996	34.579	10,95	42.556	13,47	102.454	32,44	66.685	28,58	-	-
1997	36.072	9,89	48.708	13,36	68.924	18,90	65.068	17,85	5.310	1,46
1998	36.650	8,61	52.566	12,34	75.268	17,68	67.226	15,79	11.864	3,36
1999⁽¹⁾	40.236	9,81	45.514	11,09	61.499	14,98	72.565	17,68	15.227	3,71
cresc.no período 96-99	+16,36%		+6,95%		-39,97%		+8,82%		-	-
2000	60.986	12,73	50.390	10,52	62.422	13,04	83.603	17,45	17.302	3,61

fonte: Lei Orçamentária 2000. DOMB 03/01/2000 p. 25-27

Evolução da receita segundo origem dos recursos. Valores corrigidos pelo IGPM-DI.

(1): provável; (2): estimado; (3): taxa pela prestação de serviços

(4):% sobre o total da receita corrente (valores no quadro 16)

Dentre as fontes de receita, a que efetivamente sofre significativa redução é a cota parte do ICMS e, em segunda escala, o conjunto de transferências estaduais. Essa redução na cota parte do ICMS deve-se a uma efetiva perda proporcional do Município de Belém em relação ao conjunto do Estado mas também a uma mudança nos critérios de cálculo, avaliada pela Prefeitura como uma ação política de oposição deliberada pelo Governo do Estado, conforme se verá à diante, no item 5. Governabilidade.

Relativamente ao IPTU, houve a revisão da Planta Genérica de Valores, feita a partir dos primeiros resultados do Cadastro Multifinalitário e composta de dados condizentes com o mercado imobiliário. Foi aprovada como Lei, em dezembro de 1998. Em dezembro de 1999, nova Lei aprovou a elevação do valor dos imóveis isentos de 5 mil para 9 mil UFIRs. Importante novidade nessa mesma Lei foi a possibilidade de concessão de 30% de redução no valor do IPTU para imóveis não residenciais, formalizando, assim, o incentivo à atividade econômica.

No tocante às alíquotas, os valores foram mantidos, mesmo havendo redução das alíquotas mínimas. Na base da grande polêmica criada em torno do imposto no início de 2000 está, possivelmente, uma reação à implantação do cadastro, que torna efetivamente todos os imóveis identificados e lançados com sua área e condições exatas e atuais.

A gestão tributária teve como foco o combate à inadimplência e à sonegação, não o aumento da imposição tributária. Do mesmo modo que recorreu ao novo cadastro para o IPTU, em relação ao ISS implantou-se o Livro Fiscal Eletrônico e a Declaração Fiscal Mensal de Serviços em meio magnético, que permite um acompanhamento mais próximo e uma fiscalização mais criteriosa.

Em relação às despesas, pode-se observar a seguinte evolução:

Quadro 19: Evolução da Execução Orçamentária por funções

valores em mil reais de dez 1999

	despesa total		educação e cultura		saúde (1)		saneamento (2)		habitação e urbanismo (3)		transporte	
		%		%		%		%		%		%
1996	341.047	100	55.285	16,21	58.204	17,07	136.274	10,64	20.664	6,06	38.952	11,42
1997	336.831	100	50.207	14,90	100.981	29,98	40.514	12,03	15.835	4,70	15.685	4,66
1998	428.469	100	87.633	20,45	131.728	30,74	47.483	11,08	18.763	4,38	23.915	5,58
1999	432.658	100	86.398	21,64	127.014	29,36	41.521	9,60	30.373	7,02	35.758	8,26
evolução no período	+26,86%		+56,28%		+118,22%		+14,46%		+46,98%		-8,20%	

fonte: PMD-SEFIN. Balanços 1996-1999. Valores em Reais de dezembro de 1999 (IGP-DI)

(1) parcela da função saneamento e saúde relativa à Secretaria de Saúde e Fundo Municipal de Saúde

(2) parcela de função saneamento e saúde relativa à Secretaria de Saneamento e Administrações regionais

(3) a partir de 1997 passa a existir a Secretaria de Habitação, que consome respectivamente:

1997 < 768mil; 1998: 4.346mil; 1999: 8.283mil

4.3. Valorização do servidor

Se, de um lado, a gestão privilegia a participação popular nas decisões político-administrativas, visa à oferta e boa qualidade das obras e serviços municipais e estabelece um sistema de controle sobre o produto (por meio do COP e das Cofis), os recursos humanos envolvidos nessa produção são fundamentais. Nessa medida, o funcionário público municipal é considerado, conforme o Programa de Governo, "agente necessário e importante na construção de um Estado democrático e eficaz" ⁴¹ - daí a inclusão de "Valorizar o Servidor Público" como Marca de Governo.

Com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados à população e buscar a eficiência da Máquina Administrativa Municipal, coube à Secretaria Municipal de Administração a missão de estabelecer políticas de Gerenciamento de Recursos Humanos, da Infra-Estrutura e da Valorização dos Servidores.

As diretrizes buscam a formação e a capacitação, além de criar espaços onde os servidores possam participar diretamente das decisões e orientações da administração pública, bem como têm por meta que estes se constituam em fiscais das despesas e custeio da administração por meio de comissões paritárias e colegiados gestores.

Para um total de 18 mil funcionários, houve 30 mil participações em cursos Profissionalizantes, Seminários, Congressos, Oficinas, Palestras e outras atividades de formação e capacitação, particularmente nas áreas de Qualidade Total, Financeira e Administrativa e de Legislação Municipal, além de Educação Ambiental.

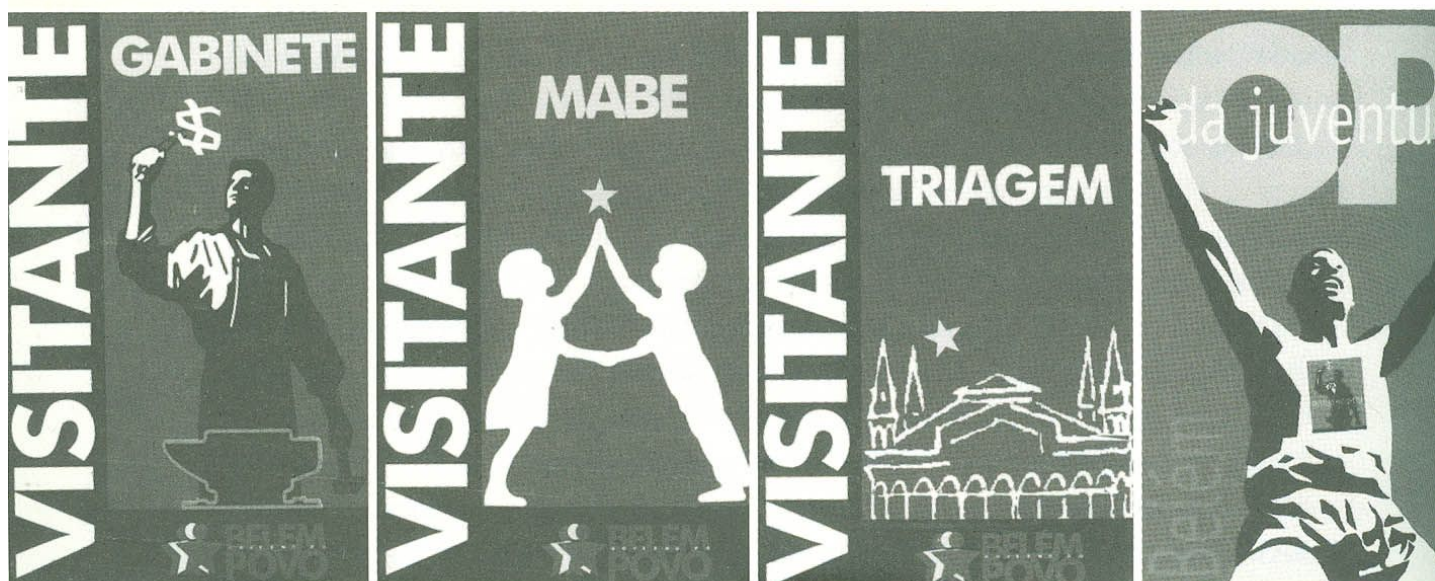
Foi elaborado e deverá ser implementado com recursos do Programa Nacional de Modernização das Administrações Públicas Municipais (PNMAT/BNDES), o Programa de Desenvolvimento Organizacional do Município, incluindo o sistema Municipal de Informações ao Planejamento e projetos voltados à valorização do servidor e à eficiência administrativa, particularmente nos setores de Recursos Humanos, Licitações e Compras, Protocolo e Controle de Processos e Atendimento ao Cidadão.

No campo trabalhista houve uma política salarial de reajustes, particularmente no magistério, cujo índice de 24,67%, no período entre 1997 e 99, é o maior dentre as capitais brasileiras. Complementarmente, foram implantados programas de convênios e programa de férias para os servidores, "Turismo Cidadão".

Em relação ao Instituto de Previdência Municipal de Belém, que corria o risco de ser extinto por força da Emenda Constitucional n. 20, houve um amplo debate e processo de trabalho que levou à criação do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém e do Plano de Assistência Básica à Saúde e Assistência Social, mantido com 4% dos recursos da folha de pagamento dos servidores ativos, sendo opcional aos pensionistas (com contribuição de 8% de sua remuneração).

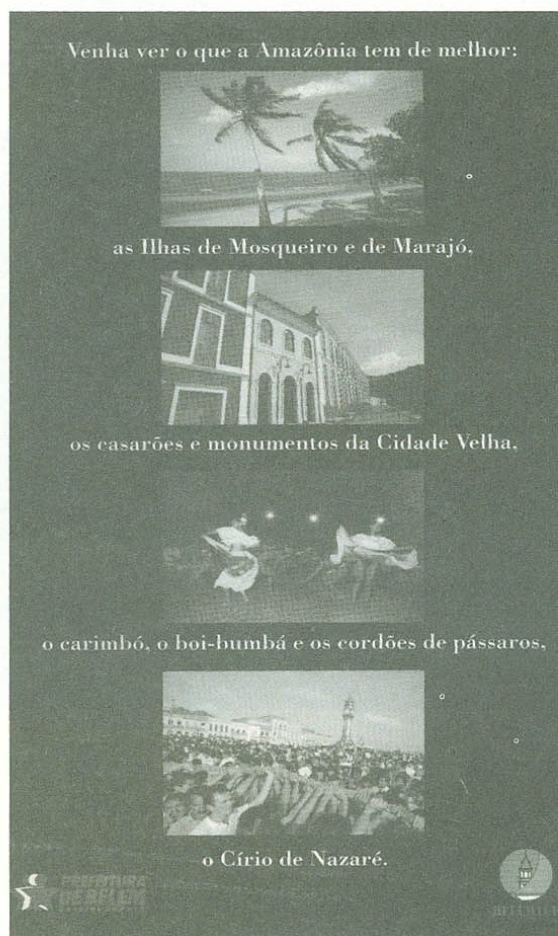
4.4. Comunicação Social

A política de Comunicação Social é expressão clara do perfil que tem essa gestão: de um lado, oriunda de uma das alas consideradas mais à esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT), tem um discurso e imagens vigorosas da tradição dos movimentos populares revolucionários. É o que se pode ver nos diversos logotipos produzidos e utilizados para os mais diversos fins, nas placas indicativas de obras e nos chamamentos em geral.



Crachás de visitante à sede da Prefeitura e chamada para o Orçamento da Juventude

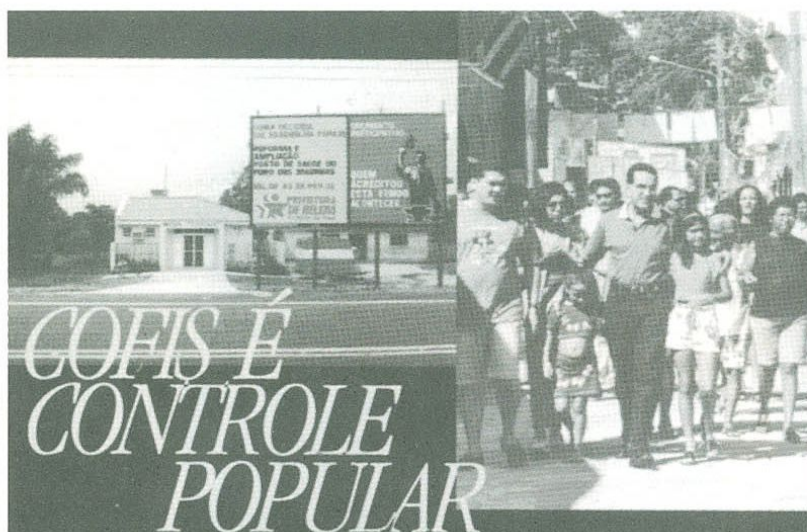
Por outro lado, há o perfil próprio do Prefeito. Sua formação universitária e a clara percepção de que sua sustentação local depende de uma base de apoio e reconhecimento mais ampla, externa a Belém, levam-no a uma certa sofisticação e internacionalização do discurso e das articulações, que será abordada no próximo item ("Governabilidade"). Isso se expressa, do ponto de vista das imagens, nos folhetos dos eventos promovidos na cidade, na capa do relatório da candidatura ao Prêmio Prefeito Criança, da Abrinq, na contra-capa do Guia do Executivo, da Gazeta Mercantil, que a Prefeitura co-patrocina.



Em sentido horário: II Colóquio sobre o Centro Histórico de Belém, Prêmio Prefeito Criança 2000, Contra-capa do Guia do Executivo da Gazeta Mercantil e Conferência Municipal de Saneamento Ambiental

A esse quadro se somam características do Prefeito e do núcleo dirigente do governo, profundamente afinado e com uma leitura histórica e sociológica da Cidade, de suas tradições e do modo de ser dos belenenses.

O folheto sobre as COFIS (Comissões de Fiscalização e Acompanhamento de Obras), reproduzido abaixo, expressa bem essa síntese de um governo movido a imagens fortes, um discurso vigoroso, a convicção irredutível de valorização do cidadão e da auto-estima do povo, uma proposta explícita de democratização da gestão pública, que se transforma em metodologia administrativa e um modo efusivo e atento de lidar com as pessoas.



COFIS É CONTROLE POPULAR

Ao assumir a Prefeitura de Belém, o companheiro **Edmilson Rodrigues**, cumprindo uma das propostas do programa de governo, decidiu que o povo seria a base de sustentação da administração, por isso, governaria com participação popular, já que o **GOVERNO** era **DO POVO**.

Por isso, criou o **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**, onde a população participa decidindo os investimentos na cidade, discutindo a qualidade do serviço público, decidindo quando a prefeitura deve gastar com o custeio da máquina pública, apoiando as ações positivas e criticando quando algo não foi feito de acordo com a comunidade.

Somando os investimentos decididos no OP de 97 e 98, teremos a quantia de **R\$ 37 milhões**, investidos em **asfalto, drenagem, escolas, creches, unidades de saúde, abastecimento de água, e praças**, que hoje revitalizam Belém, criando um espaço de lazer ao povo pobre e atraindo turistas.

Mas para nós do Governo do Povo, não basta decidir as obras com a população. É importante que o povo fiscalize a sua execução.

Era prática comum antigamente, os "amigos" do Prefeito serem beneficiados com obras que sempre custavam acima do valor realmente necessário para executá-las. Ou então, as obras não eram tão

prioritárias para o povo, **eram obras de fachada**.

Por isso, **no dia 05 de março de 98**, em assembléia popular, o prefeito criou junto com os conselheiros do OP as **COFIS (Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Obras)**. Estas comissões fiscalizam as obras da Prefeitura desde a fase de licitação até a entrega total da obra. Agora acabou a maracutaia. Nada pode ser feito se for fora do projeto, aprovado pela população. **COFIS** é isso. É **CONTROLE POPULAR**.

QUEM COMPÕE AS COFIS ?

As **COFIS** são formadas por pessoas da população. Não tem ninguém do Governo, nós apenas subsidiamos com os dados técnicos.

Geralmente, nas **COFIS** são **05 pessoas. 01 Conselheiro e 01 Delegado do OP do bairro, e 03 pessoas que moram na área da obra**.

No caso de grandes obras, como o Projeto Tucunduba, 1º de Dezembro, Hospital do Guamá, as Comissões de Fiscalização são maiores, de acordo com a necessidade de fiscalização da obra.

Os integrantes das **COFIS** são eleitos em assembléia popular, e quinzenal ou mensalmente conforme for o período de sua duração, devem prestar contas à comunidade do andamento da obra.

O trabalho dos integrantes das **COFIS** é voluntário, e se algum de seus integrantes receber dinheiro das empresas que estão realizando a obra, serão sumariamente destituídos em assembléia popular e em seu lugar serão eleitos outros.

Folheto sobre o Cofis.

5. Governabilidade

A habilidade com que o Governo Municipal conseguiu dialogar com as mais diversas instâncias, particularmente no Governo Federal é notável. E a quantidade de recursos e financiamentos obtidos das mais diversas procedências é visivelmente grande. Isso demonstra não só a capacidade de articulação mas a confiança recebida, já que a maior parte dos recursos obtidos exige contrapartida do Município.

A gestão foi extremamente eficiente tanto em identificar fontes de recursos como em desencadear as gestões para consegui-los.

O crescimento do orçamento municipal é visível, mas o investimento extra-orçamentário é certamente notável, em particular num período de recessão econômica.

Assim, se à primeira vista a gestão se apresenta como profundamente mobilizadora do setor popular, seu grande diferencial foi a capacidade de articular outros níveis de poder, garantindo recursos que permitem uma efetiva presença e ação do Estado. Certamente, é a mobilização popular que lhe dá legitimidade e força para posicionar-se nas negociações, mas é também essa habilidade de diálogo e profundo conhecimento dos procedimentos, do "caminho das pedras", possivelmente adquiridos enquanto Deputado, que asseguram o sucesso da administração.

Na escolha dos projetos soube selecionar aqueles de mais amplo impacto, que beneficiam o setor popular, mas que são essenciais ao setor produtivo e portadores de eficiência e modernidade, do ponto de vista dos setores sociais melhor posicionados. Como afirmado em entrevista, seu projeto é de construção de uma sociedade rica, pressupondo que essa construção da riqueza não advenha do aprofundamento da pobreza. Talvez essa seja sua proposta revolucionária num país patrimonialista, que tradicionalmente vê a extração e a concentração de benefícios como únicas formas de enriquecimento.

Se do ponto de vista ideológico defende a justiça social como valor humano e moral, talvez perceba que, na história brasileira, não foi a ética ou a moral que determinaram os avanços sociais, mas a própria economia e condições de acumulação: assim como, no final do século passado, o Brasil precisou do fim

da escravatura para que sua economia se modernizasse, a passagem para o século XXI exige o fim do analfabetismo, do coronelismo e de todas as formas arcaicas de relações sociais. É essa a mensagem que proclama ao buscar apoio nos setores empresariais, deixando clara sua intenção de compor e apoiar setores comprometidos com o efetivo investimento e a construção econômica de Belém.

Por outro lado, o rompimento entre o tradicional grupo de poder representado por Jader Barbalho (PMDB) e o Governador Almir Gabriel (PSDB) implicou, certamente, numa oposição menos uníssona, em que a contraposição entre Prefeitura e Estado foi vista na cidade mais com aspecto de "competição" que de embate.

Apesar da tranqüila eleição do Prefeito, na Câmara de Vereadores, sua coligação ficou em minoria: conseguiu conquistar apenas 9 cadeiras entre as 33 da casa. Assim, o desafio era compor uma base mais ampla do que os partidos que formaram a Frente Belém Popular, dialogando com partidos que, mesmo não tendo identidade ideológica, pudessem ter pontos em comum. A relação, ainda que evidentemente tensa e nem sempre constante, parece ter sido, no entanto, bastante equilibrada, em grande parte das votações (17 x 16), ora favorável, ora contra, com uma composição que envolvia o PMDB, parte do PFL e, não raro, mais um apoio do PSDB. Em geral, em matérias financeiras e administrativas, o resultado se apresentou bastante satisfatório ao Executivo, como bem atesta o percentual de remanejamento de 10% do Orçamento, que prevaleceu ao longo do mandato.

Conforme informação de entrevista com Chefe de Gabinete, houve em 1998 grande tensão com a Câmara sobre o Orçamento Participativo, defendido com manifestação popular. Para 1999, a relação foi equacionada com os Vereadores aprovando as propostas do OP e indicando políticas públicas de até 80 mil reais, as quais o Executivo se comprometia a realizar plenamente, compartilhando a inauguração.

Não chegaram a entraves ou impedimento das políticas em curso, as CPIs iniciadas pelo grupo de maior oposição, a maioria apenas marcando posição política.

Ao longo da gestão o Governo foi se mostrando como uma proposta com opção de classe, mas com sensibilidade e capacidade para fazer políticas amplas, muitas vezes surpreendendo positivamente mesmo os mais céticos.

Como a maioria dos governos de esquerda, sem vinculações na grande mídia, teve na imprensa, particularmente no jornal *O Liberal*, seu maior centro de oposição e de campanhas de desestabilização.

Como recurso de sustentação a seu governo, no campo além do popular, Edmilson Rodrigues investiu na consolidação da presença e reconhecimento externos à Cidade e ao próprio País. No plano nacional e internacional, estabeleceu convênios, promoveu e sediou eventos, obteve diversos prêmios de reconhecimento à qualidade das políticas públicas empreendidas. No plano

local, a definição de rumos e prioridades claros e um discurso seguro, associaram-se à promoção de uma multiplicidade de pequenos investimentos localizados, do que adveio visibilidade e sustentação popular, mesmo em setores menos envolvidos com os processos participativos.

Recursos e financiamento

A título de exemplo de articulações bem-sucedidas na obtenção de recursos para a Cidade, pode-se citar:

O prolongamento da Avenida Primeiro de Dezembro, antiga demanda da Cidade, que conseguiu viabilizar-se por ação da bancada paraense (predominantemente de oposição) no Congresso Nacional, que a incluiu como emenda no Orçamento Geral da União, com 5 milhões de reais para sua execução. A contrapartida da Prefeitura, de 1,6 milhão de reais, foi garantida por decisão do Orçamento Participativo de 1998;

As áreas de ocupação por moradia popular, de propriedade da União (Malvinas, Laranjeiras e Radional II, nos distritos de Sacramento e Guamá), foram cedidas à Prefeitura para o desenvolvimento de projetos de urbanização e regularização fundiária.

Utilização dos programas existentes

Entre os programas nacionais que disponibilizam recursos para projetos, recorreu, com sucesso, ao Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda, da Sudam. Em projetos para a formação de cooperativas e de capacitação, recorreu também ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do Ministério do Trabalho. Contou, ainda, com recursos do Programa Nacional de Modernização das Administrações Públicas Municipais (PNMAT/BNDES), promovendo projetos de modernização administrativa e de capacitação dos servidores.

Para a produção de novas moradias, contou com recursos do Programa Pró-Moradia da Caixa Econômica Federal. Na área da Saúde foi implantada a gestão semi-plena do sistema e, posteriormente, a gestão plena, nos termos estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde, o que elevou os recursos locais destinados à saúde de 500 mil de reais por mês, em 1996, para 10,5 milhões (dos quais, 2,5 milhões aportados pela Prefeitura), em dezembro de 1999 ⁴². Os recursos do FUNDEF (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental), de responsabilidade do Estado, tiveram seu montante contestado pela Prefeitura, assim como todas as transferências estaduais.

O tema da transferência de recursos estaduais ao Município foi dos primeiros e, certamente, um dos mais significativos embates com o Governo do

Estado. Dentre o montante do ICMS a ser transferido aos municípios pelos Estados, 75% devem ser distribuídos conforme critério estabelecido pela União para todos os Estados do País. Os restantes 25% cabem a cada Estado definir. A alteração do critério utilizado pelo Governo do Pará, com nova fórmula que resultou em perdas percentuais e reais para Belém, foi definida pelo Governo do Estado pouco após a vitória da Frente Belém Popular na eleição à Prefeitura da Cidade. Comparando essa perda aos ganhos obtidos por outras prefeituras administradas por partidários do Governador, a Secretaria de Finanças de Belém entendeu que não era um acaso e ajuizou ação por perdas.

Promoção de eventos

Dentre os eventos promovidos e sediados em Belém destacam-se: logo no início do governo, a Conferência Municipal pela promoção da Infância e da Adolescência, organizada pela BMB e entidades que trabalham em prol da criança em Belém. Em 1998 realizou-se o Seminário Internacional Poder Local e Participação popular, com a presença de representante do Centro das Nações Unidas para Assentamentos humanos (UNCHS - HABITAT) e a participação de representantes da Argentina, Paraguai e Uruguai, que discutiram experiências de Orçamento Participativo. Em 1999 houve a 1ª Conferência Municipal de Saneamento Ambiental e o Fórum Municipal de Cultura. Também foram realizados ao longo da gestão encontros setoriais como as Conferências Municipais de Saúde, Educação, Habitação e Turismo.

O I e II Colóquios sobre o Centro Histórico (1999 e 2000), foram idealizados com o objetivo de constituir um processo amplo de manutenção e requalificação do Centro. Reuniram Prefeitura e setores da Universidade, Empresariado, Intelectuais e Artistas. Ainda em 1999, foi realizado o II Encontro Americano pela Humanidade contra o Neoliberalismo, reunindo entidades e partidos políticos de vários países. Em 2000 tiveram lugar, entre outros, a 1ª Conferência da Amazônia, envolvendo Governos da Região, Universidade e Entidades Sociais e Sindicais e o Seminário Internacional de Cidades Portuárias.

Convênios e parcerias

O Programa de Gestão Urbana da ONU aporta recursos para cidades que desenvolvam programas voltados à sustentabilidade ambiental. Belém é das poucas cidades brasileiras, entre as 30 da América Latina, incorporada ao Programa de Rios Urbanos. Foi escolhida por seu perfil de governo participativo, capaz de garantir a gestão dos rios e respectivas bacias de modo sustentável. O programa financia estudos e projetos e facilita o financiamento dos recursos

e obras físicas necessários à preservação dos rios. É uma proposta que visa gerar projetos paradigmáticos, que materializem uma nova atitude perante os rios urbanos. O Programa, desenvolvido por convênio entre o Programa de Gestão Urbana da ONU e a Prefeitura de Belém, tem parceria, entre outras, da Universidade Federal do Pará, Movimento Nacional de Luta pela Moradia e Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes. A área objeto da proposta é a bacia do Rio Mata-Fome, no Tapanã.

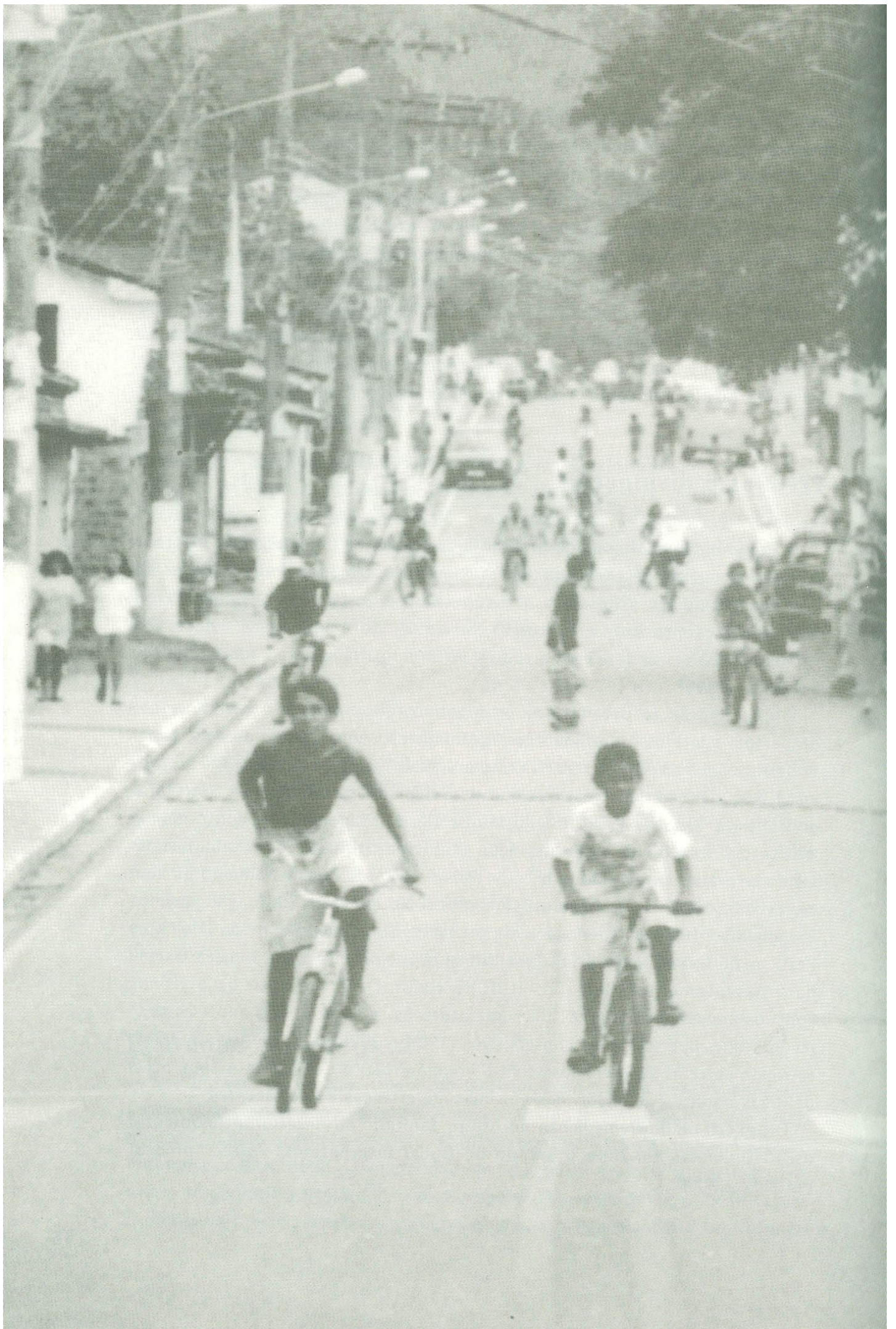
Outro convênio de destaque é o Projeto Belém Rede Local, programa de gestão da rede de equipamentos públicos e de entidades sociais destinado ao atendimento de crianças e adolescentes. Envolve entidades sociais da Cidade e a Prefeitura, além de contar com apoio de recursos a fundo perdido do BNDES.

Prêmios e divulgação

O Programa Viva Mulher, de prevenção ao Câncer de Colo de Útero, mereceu o reconhecimento, pela ONU, de Belém como uma das 30 melhores cidades da América Latina em programas de saúde da mulher (1998-99); a Usina de Biorremediação do Aurá e o Projeto "Sementes do Amanhã" foi um dos 20 finalistas dentre os 114 concorrentes ao Prêmio Nacional "Caixa Melhores Práticas" (1999).

A experiência do Orçamento Participativo foi amplamente reverenciada: despertou o interesse da Biblioteca do Congresso Americano, que solicitou à Prefeitura publicações referentes a esse processo, incorporando-as a seu acervo; em 1999, o Orçamento Participativo de Belém foi escolhido pela Secretaria de Políticas Urbanas (SEPURB) do Ministério do Planejamento, junto com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), como uma das 19 melhores práticas de gestão pública do País na área de desenvolvimento urbano, merecendo o Prêmio de Gestão Democrática. No início de 2000, o Orçamento Participativo de Belém foi novamente premiado, selecionado entre as "Melhores Práticas de Gestão para o Entorno Humano", pelo Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UNCHS Habitat). O conjunto de políticas consubstanciadas na Marca "Dar um futuro às crianças e aos adolescentes" levou a que, por dois anos consecutivos (1999 e 2000), a Prefeitura de Belém estivesse entre as 20 premiadas com o Prêmio Prefeito Criança da Abring, pelas políticas públicas desenvolvidas em favor de crianças e adolescentes.

O projeto de Biorremediação no Aterro Sanitário do Aruá foi incluído entre os 40 finalistas em todo o mundo no Dubai International Award for Best Practices – 2000.



6. Conclusões

A gestão Edmilson Rodrigues se propôs a praticar um governo democrático e popular, que promovesse a inclusão social e a modernização de Belém. Para fazê-lo, estruturou todo um quadro de Políticas Públicas apoiado na idéia de que viabilizar o desenvolvimento da Cidade, tanto quanto do País, passa pela implementação de uma transformação cultural: a ampliação da capacidade do povo em conduzir seu próprio destino. Isso se traduz na criação de oportunidades para todos os segmentos sociais, particularmente às novas gerações e na promoção da ampliação da auto-estima e da responsabilidade individual e coletiva.

Mas o desenvolvimento e modernização passam também, e fundamentalmente, pela construção de um modelo de administração eficiente, cujo produto e produtividade possam ser aferidos, mas onde o conceito de eficiência observe o resultado global, não a redução de custo de algum serviço específico, que acaba resultando no aumento do custo ou no prejuízo social em outro setor.

É a partir dessas duas linhas básicas que se estruturam as presentes conclusões.

Ampliação e democratização das oportunidades

As políticas públicas desenvolvidas em termos de Marcas de Governo expressam algumas atitudes claras da administração no sentido de ampliar e democratizar as oportunidades.

Dar um Futuro às Crianças assume que a grande questão do desenvolvimento social, o que mais pesa e cristaliza o apartamento social – particularmente no que se refere à criança – é a falta de oportunidades. Nessas bases, construiu-se uma política voltada para a oferta de oportunidades, mas incluindo elementos que induzam ao bom aproveitamento da oportunidade. Ao mesmo tempo em que cria oportunidades, engendra a criação de um tecido social mais denso. A integração da criança na escola se faz pela família e pelo fortalecimento de seus laços sociais, ao mesmo tempo em que a incorporação

da criança ao Programa envolve os adultos da família num processo de capacitação e inserção no mercado de trabalho. Representa importante ação no sentido da mudança cultural, da superação do paternalismo e do clientelismo: ao mesmo tempo em que é oferecida a oportunidade, como direito do cidadão e não como donativo, é cobrada a autonomia, o empenho e a responsabilidade pela construção do próprio futuro.

A outra marca de abrangência multi-setorial é Revitalizar Belém. Tem também a dimensão de construção do tecido social: o resgate da história e da cultura local, numa perspectiva de enraizamento e da construção da auto-estima. Valoriza os espaços simbólicos mais importantes (do Ver-o-Peso e do contato com o rio aos palacetes do esplendor da borracha), as tradições culturais (o Círio, bois e pássaros, as danças), personagens de destaque na construção da história e da cultura local (Maestro Waldemar Henrique, Mestre Setenta, Altino Pimenta) e a Cabanagem (histórica experiência local de governo popular).

Mas é também uma proposta modernizadora, de reinserção da Cidade no novo quadro econômico nacional e internacional. "Embora pareça paradoxal, o futuro da Cidade de Belém está depositado no seu passado, ou seja, na sua formação sócio-cultural. O arranque necessário que Belém precisa dar para conquistar um espaço no futuro do Brasil e do Mundo, passa, necessariamente, pelo reencontro da Cidade consigo mesma, com seus ícones, com suas lembranças e também com seus esquecimentos. A conquista de uma consciência crítica e interpretativa das diversas cidades que historicamente compuseram a Belém de hoje, é o passaporte necessário para a construção do seu futuro. É necessário superar o estigma 'Belém que já teve'" ⁴³.

O Turismo e a promoção dos negócios são vistos como fundamentais na construção dessa ponte. A Marca Revitalizar Belém inclui também ações de desenvolvimento econômico: cursos de capacitação, Banco do Povo, apoio à formação de Cooperativas de produção e de serviços, promoções em parceria com a iniciativa privada, redução da alíquota do IPTU para imóveis que abrigam atividades econômicas, entre outras.

Um conceito de modernidade

De modo articulado ao mesmo projeto político, delineiam-se os parâmetros e o modelo de modernização e de desenvolvimento, em que modernização é entendida como superação do arcaico, particularmente em termos de relações sociais: a promoção da justiça social e a valorização da integridade da pessoa e do respeito à natureza (natureza humana e meio ambiente).

O que se observa na formulação do conjunto das políticas públicas é a prevalência, tanto no discurso quanto no desenho das políticas, de um ideal

de valorização da não-violência: a lógica da estimulação em lugar da imposição, da ação preventiva sobre a curativa, da orientação sobre a repressão, da humanização dos procedimentos e técnicas de saúde. No plano da tecnologia, há a busca de referência nos materiais e cultura local, das técnicas e projetos ambientalmente menos agressivos. Em relação à cultura e ao conhecimento, procura fazer prevalecer a solidariedade sobre a competitividade, do exercício do poder pela construção da hegemonia em lugar do autoritarismo travestido de "domínio técnico".

A grande maioria dos programas é marcada por esse direcionamento, como se pode observar por exemplo:

Na área da saúde: "Programa Família Saudável": centrado na transformação de práticas sanitárias que visam à promoção da saúde, reduzindo a necessidade curativa; "Sala de Acolhimento de Crianças nos Serviços de Saúde": ampliação do atendimento e resolutividade nos problemas mais comuns na infância (tosse, diarreia, dor de ouvido etc.) pelo desenvolvimento de ações básicas de saúde com a incorporação de outros profissionais da saúde além dos médicos;

Na Educação: "Turmas de aceleração": do fracasso ao sucesso escolar; "Projeto Espelho – Reflexo da Diversidade: gênero, etnia e sexualidade": incorporação das crianças com necessidades especiais à escola regular, com acompanhamento; "Projeto Cultura, Escola e Alegria": intercâmbio cultural entre escolas e formação de grupos culturais nas diversas linguagens artísticas; "Bolsa-Escola": com incorporação dos familiares dos bolsistas no Programa de Geração de Emprego e Renda;

No plano da tecnologia e das construções: incorporação de técnicas e materiais locais na produção dos edifícios públicos, uso de tecnologia avançada e alternativa.

foto 20: Abastecimento de água com poço profundo e sistema fotovoltaico, Cotijuba



Arquiteto, eleito Prefeito, Edmilson Rodrigues tem a oportunidade de dar um sentido político a seu saber profissional e de demonstrar que a produção e a prática do conhecimento em cada área é radicalmente política, e que pretender que o saber seja apolítico, isento e único, é uma clara atitude política que apenas encobre propósitos de manutenção do *status quo*. Se, por um lado, é fundamental um saber formal, a universidade, o fato de que o povo não tenha tido o direito (a oportunidade) à educação formal não deve servir de desculpa para que diretrizes quanto a obras e serviços prioritários sejam exclusividade de doutores.

Deixar de questionar valores expressos nos "modos de fazer" ou deixar de perceber que seus produtos são diferencialmente apropriados é assumir a defesa dos privilégios vigentes como procedimento natural. Atualmente, em nossa sociedade dividida, deixar de agir na incorporação social é assumir que parte da humanidade não cabe no processo da civilização e está fadada a ser pária.

No limite, é como conjunto uma proposta moral e ética, que acredita que o desenvolvimento e a qualidade de vida têm a ver com a construção e o exercício de valores.

Uma política moralista? No bom sentido do que é Moral, associada à dignidade do ser humano. Muita cor e muita festa, discurso com trio elétrico, respeito ao prazer da festa e do som alto tradicional de Belém, como valor, sem cinismo, sem moralismo. Respeito às necessidades diferentes de seres humanos, que são naturalmente diversos, mas acima de tudo, promoção do cuidado e respeito a tudo que é público, do espaço às condições de convivência, da liberdade individual, das oportunidades de escolha. É em suma uma política que visa a construção de um tecido social sólido, condição para uma convivência que estimule o desenvolvimento de cada um e da coletividade.



foto 21: Estação das Docas –renovação e acesso à orla: arquitetura com signos internacionais; o vidro espelhado reflete o povo do lado de fora.

Mobilização de recursos

Conforme se observou no final do item "Marcas de Governo", se em termos de atividade econômica Belém é das capitais mais frágeis no Brasil, em termos de condições de vida conseguiu viabilizar melhorias que a colocam em posição bastante melhor, o que pode, tranqüilamente, ser atribuído ao bom desempenho de políticas públicas locais. Essa condição diferenciada deve-se não só ao mérito das políticas públicas municipais, mas também ao fato de colocar na agenda pública a questão da qualidade de vida urbana, conforme pudemos observar na análise de matérias e principalmente de propagandas na imprensa.

Explicita-se a condição de que, no Brasil, o pior problema não é a falta de recursos, mas a falta de gestão adequada e destinação ao efetivo público-alvo. A mágica da multiplicação dos recursos em Belém nada mais é do que decorrência de uma postura de assumir que qualquer potencial deve ser aproveitado; de buscar recursos e apoio em todos os programas nacionais e internacionais que os disponibilizam; de uma competente leitura das prioridades de tais programas, adequando as propostas à forma exigida e, como conseqüência, a demonstração de confiabilidade junto às instituições, o que garante a liberação de recursos. Ao mesmo tempo, o governo Edmilson Rodrigues demonstrou grande habilidade na condução de negociações, o que viabilizou apoios e ações coordenadas, as menos previsíveis. Exemplos: mobilização da bancada paraense (de diversos partidos) no Congresso, para inclusão, no Orçamento da União, de recursos para a obra da Avenida Primeiro de Dezembro; consolidação da gestão plena dos recursos do SUS, garantindo para o Município consistente ampliação dos recursos para Saúde; utilização de recursos da Sudam e de seu Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda, ampla utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para treinamento e capacitação.

Como forma de proceder, as diversas políticas e ações procuraram atuar de forma sinérgica ou associando mais de um objetivo: por exemplo a Bolsa-Escola que se articula com a capacitação das famílias, o projeto de reciclagem, que conta com catadores de lixo, o Projeto Pato Regional, que associa cultura local e geração de renda.

Objetivos claramente demarcados

Demonstrando muita convicção e clareza de propósitos – "uma sociedade rica mas onde a produção de riqueza não implique na manutenção e aprofundamento da pobreza", o governo parece ter-se conduzido sem purismos teórico-ideológicos, mas sem a menor concessão quanto a seus objetivos.

Em relação à prática enquanto governo, há um padrão ético e humanista rigoroso, intransigente: os propósitos de inclusão social ampliando oportunidades e de assegurar a transparência na utilização dos recursos públicos e seu controle social são inegociáveis, mas não há nenhum preconceito em utilizar procedimentos administrativos oriundos da empresa privada e do mercado. O debate ideológico procura ser feito menos no discurso e mais vinculado ao produto, aos resultados.

O próprio projeto urbano é politizado. Nenhuma proposta técnica ou intervenção é neutra. O rumo é inegociável, o tempo e as formas de atingi-lo está sempre aberto a todo tipo de contribuição. São exemplos dessa postura a forma assumida pelo Congresso da Cidade e pelo Orçamento Participativo: o Congresso da Cidade é espaço de negociação, mas a partir dos parâmetros estabelecidos pelo Programa de Governo; o Orçamento Participativo abrange 100% da arrecadação, mas o governo coloca e defende suas prioridades.

A inserção do Congresso da Cidade no centro (ou melhor dizendo, no topo) do Processo de Planejamento é o que se poderia esperar de um governo que se propõe a fazer Planejamento, sem ser tecnocrático nem populista. No entanto, a criação de um fórum envolvendo diversos setores sociais é preceito da maior parte dos Planos Estratégicos de Cidade. Tem por objetivo a produção de consensos, na prática um "pensamento único" construído normalmente a partir da ótica dos setores hegemônicos. Como justificar tal postura num governo que se propõe democrático e aberto às diferenças? É, talvez, na radicalidade das convicções políticas do grupo que exerce o governo municipal que esteja o segredo da vitalidade impressa à cidade pela atual administração. Talvez por isso Belém respire hoje um ar metropolitano, da diversidade, da crítica e da criatividade, que o coronelismo, o autoritarismo e a indução do pensamento único, costumam entravar. O arcaísmo das relações sociais no Brasil tem sido dos maiores responsáveis pela dificuldade do País em dinamizar-se, em modernizar-se. É bom lembrar que a escravatura só se encerrou no País quando se mostrou um modelo tão anacrônico, tão travado e sem dinamismo que levou a estagnação econômica a níveis intransponíveis.

Parece tradicional no País que, na falta de recursos, em lugar de acionar-se a criatividade e a busca em outros horizontes, haja uma reação por parte dos setores com poder de concentrar sobre si o pouco existente. Ora, a defesa "de uma sociedade rica em que a geração de riqueza não implique no aprofundamento e perpetuação da miséria" só pode ser feita na base da ampliação, da "metropolização" do pensamento e do espaço político.

Se no plano nacional, mais amplo, esses aspectos não são tão perceptíveis, na cidade – expressão viva da cultura material – esses mecanismos são mais do que presentes e o espaço urbano, como bem demonstra Flávio Villaça ⁴⁴, explicita visivelmente os processos de segregação e de concentração de investimentos.

Relativamente à produção do espaço urbano, os grupos de poder tendem a

se fazer representar nos governos e a articular diretamente nas mais altas esferas suas prioridades, que acabam se transformando nas "prioridades urbanas". Ao romper essa lógica buscando ampliar o número de partícipes nas demandas e prioridades municipais, a Administração Municipal amplia horizontes e perspectivas. Assim, ao abrir melhores oportunidades a grupos excluídos, à medida que os inclui, dinamiza a cidade, sua economia e o ambiente geral de desenvolvimento, e aí surpreende a todos com um belo surto de desenvolvimento e de metropolização, de que todos os setores sociais se beneficiam. A grande mágica parece ser a de fomentar a negociação cuja soma não é zero, mas onde há algum ganho para todos. Nisso o governo de Edmilson Rodrigues mostrou habilidade, conseguindo articular um pensamento e uma ação positivos que vão além dos limites do Município. Essa atitude parece tornar visível e fazer crer ao conjunto da sociedade que a dimensão da exclusão e da precariedade levam a uma condição de estagnação da sociedade que, no caso da Cidade de Belém, se não for rompido, impede que a cidade mude de patamar de desenvolvimento e de dinamismo econômico.

Nesses termos, a gestão Edmilson Rodrigues se vê e se mostra efetivamente como "Governo Municipal", o que é bem mais amplo do que "Administração Municipal, dispensando o termo "Gestão", que é, afinal, ambíguo. Regularmente usado para definir o período de duração de um mandato municipal, o termo "gestão" vem sendo usado mais recentemente com a acepção de "negociação, articulação", mas comporta simultaneamente o significado de "gerência". Gestão: substantivo derivado dos verbos gerir e gestionar, traz em si a contraposição entre *management* e *governance*, termos da matriz anglo-saxã para designar posturas de governo completamente opostas. Nesse contexto, ao adotar a identidade de "Governo do Povo", escapa da ambigüidade e ressalta o papel do modelo participativo como sua efetiva proposição. Daí, advém a importância paradigmática de sua forma de assumir o "Planejamento Estratégico".

Planejamento Estratégico: contraposição ao modelo dominante

Desde os primórdios da industrialização brasileira, a missão de promover e orientar o desenvolvimento econômico foi primordialmente do Governo Federal e, pelo menos até 1980, o Estado Brasileiro assim agiu. A partir da nova condição global e da nova opção brasileira (particularmente a partir de 1995) o governo da União tem priorizado, como missão, manter a macroeconomia em ordem e cuidar para que o meio ambiente econômico seja confiável e atrativo ao mercado, mesmo que isso implique em juros sempre elevados, que restringe o crescimento econômico.

Hoje, o Brasil credita seu desenvolvimento à atração do investimento externo, particularmente de empresas multinacionais, o que faz governos estaduais e municipais lançarem-se na disputa por novas plantas a golpes de incentivos e subvenções. Como referencial teórico e de Políticas Públicas dessa condição de competitividade identificam-se, particularmente no exterior, processos de City Marketing, do "empreendedorismo" e do Planejamento Estratégico voltado a produzir condições urbanas adequadas às demandas dessas empresas.

A experiência catalã de Planejamento Estratégico de Cidades, difundida e mundializada de forma reducionista e "comercial", termina associada à imagem de um modelo que potencializa a transferência de recursos do setor social para o grande capital internacional.

Entrar nesse jogo pode, no entanto, ser arriscado, porque o capital multinacional está sempre em busca da localização mais lucrativa, podendo no futuro deslocar-se para outro município, outro estado, outro país, se estes oferecerem mais vantagens. Cidades que investiram pesado para atrair empresas multinacionais ou suas filiais acabaram por tornar-se prisioneiras de suas decisões iniciais, tendo sempre que incrementar sua oferta.

"A estratégia alternativa é voltar-se para dentro: criar condições para que a maioria das empresas que está na cidade continue e se expanda nela e, sobretudo, criar condições para que as micro e pequenas empresas se consolidem e desenvolvam e que novas empresas surjam, visando reintegrar à produção social todos aqueles que dela foram marginalizados, seja historicamente, seja pelos efeitos conjuntos da Terceira Revolução Industrial e do Neoliberalismo global e nacional" ⁴⁵.

Nessas condições, tendo em vista a prática de Belém, cabe discutir, afinal, quais os conceitos e métodos envolvidos nessa panacéia hoje discutida nos círculos urbanos sob a designação de planejamento estratégico.

A grande inovação de Belém é esvaziar essa associação unívoca entre método e objetivos, valorizando sim, a eficiência e a administração por objetivos, mas retrabalhando o conceito de eficiência, assim como situando os objetivos na inserção social, na qualificação da sociedade como um todo, não na criação de bolsões de modernidade e competitividade apartados do conjunto social.

A eficiência é vista como a eficiência do conjunto: se a criança bem alimentada adoece menos e dispensa internação, então, a boa merenda escolar pode ser mais eficiente do que um sofisticado aparato curativo. Do mesmo modo, a realização de exames clínicos para detectar a bactéria exata é mais eficiente do que receitar pesada dose de medicamento de amplo espectro. A grande inovação é assim, colocar a qualidade de vida integral, do indivíduo e de toda a sociedade como a medida da avaliação do custo-benefício.

Esse tipo de formulação vem sendo timidamente incorporada em algumas situações nos mais diversos lugares do Planeta, particularmente a partir da Eco 92 e da definitiva entrada da questão ambiental na agenda do desenvolvimento.

Diversos autores ⁴⁶ defendem a idéia de uma "Economia sustentável" que, em lugar de somar positivamente para efeito de cálculo do Produto Interno Bruto valores de despesas por exemplo como combate à poluição, buscam deduzir esse tipo de custo e por outro lado somar à equação categorias de despesas que contribuem para o bem estar mas que tipicamente não são computadas: por exemplo prejuízos à saúde por falta de algum recurso público ou poluição, má distribuição de renda e gasto de recursos não renováveis são deduzidos da conta, enquanto o trabalho doméstico, voluntariado, por exemplo, são acrescidos. A lógica, no limite, é que, numa condição estrutural onde o discurso da eficiência e produtividade prevalece, atribuindo um valor – uma visibilidade econômica – a esses fatores, seus efeitos negativos serão mais imediatamente reconhecidos, ao mesmo tempo em que os benefícios da sustentabilidade social e ambiental serão considerados rentáveis e, portanto, medidas de eficiência. Semelhante linha de demonstração é utilizada também na Inglaterra, particularmente pelo grupo associado à *New Economics Foundation*.

Absolutamente fora desse debate e longe da preocupação de atribuir um valor econômico ao Bem-Estar Social, mas assumindo a importância da sustentabilidade, a proposta de Belém se mostra como altamente avançada, em fase com o que há de mais inovador, assumindo princípios de conservação de energia, sustentabilidade e equilíbrio ambiental.

Assim, um dos méritos do governo Edmilson Rodrigues é recorrer a todas as "modernidades" do discurso da administração eficiente, mas tendo como medida a inclusão social, a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente. Em lugar da cidade como *commodity*, busca valorizar o "lugar" como identidade diferenciada e socialmente apropriado. É aí que sua proposta urbana se qualifica enquanto modelo e se constrói enquanto alternativa na disputa por hegemonia.

"Os governos das grandes cidades estão disputando investimentos e recursos humanos para alavancarem seus projetos, atuação esta que vem incorporando novas formas de planejar e gerir a coisa pública, seja através de parcerias com a sociedade civil, seja através de formas inovadoras de planejamento participativo, ou ainda através de consorciamento com outros, os governos das grandes metrópoles têm assumido um papel cada vez mais importante no processo de reordenamento das funções econômicas e culturais por que as cidades estão passando atualmente. São essas formas inovadoras de atuação que estão imprimindo um caráter particular a alguns governos municipais, permitindo que se estabeleçam diferenças qualitativas entre cidades de uma mesma escala demográfica ou de um mesmo país" ⁴⁷.

A partir daí, começam as diferenças e a clareza da construção de um projeto alternativo sobre o qual se torna possível estruturar um novo modelo: "Se a prática do Orçamento Participativo representou um salto qualitativo sem

precedentes na constituição de uma democracia participativa e popular na história política de Belém, um grande passo para que a cidade pudesse responder pelas enormes carências sociais acumuladas, ainda assim ficavam outras questões importantes a serem solucionadas. Como Belém poderia retomar o fio do desenvolvimento, perdido há décadas? Como e quais seriam as alternativas para a cidade gerar meios no sentido de prover um desenvolvimento sustentável, sem comprometer os compromissos sociais deste governo? Como equilibrar os desafios do desenvolvimento com a promoção da justiça social, da sustentabilidade ambiental, entre outras questões? Como elaborar uma agenda de desenvolvimento que não fosse um mero plano tecnoburocrático mas que estimulasse a participação social de forma criativa e emotiva?" ⁴⁸.

Nessa perspectiva, foi formulado o Congresso da Cidade como procedimento para debater e formular um projeto estratégico para a cidade orientado por referências próprias, resgatando as especificidades sócio-culturais que situam Belém como um fato singular no cenário urbano-metropolitano brasileiro.

A expectativa desse processo é contribuir para devolver à Cidade de Belém o lugar de centralidade política, cultural e econômica que sempre ocupou no contexto regional, afirmando-a enquanto espaço síntese de aspectos culturais específicos na Amazônia.

O Congresso da Cidade se propões a incorporar todos os segmentos sociais comprometidos com a afirmação de uma imagem positiva para Belém, mas o governo municipal assume uma postura propositiva, apresentando sua proposta para a cidade através do conjunto de projetos e realizações que consubstanciam as Marcas de Governo.

A proposta em relação ao Congresso da Cidade foi a de que, inserindo-se na esfera do planejamento participativo já em curso no governo, pudesse reorientar as ações do governo, ao incorporar projetos que não constam dos objetivos setoriais básicos, agregando ao plano de governo propostas que não encontram tradução administrativa em outros fóruns existentes ⁴⁹.

O processo participativo teve em vista que "o povo, percebendo seu papel como sujeito, rompa com a cultura política da manipulação, do clientelismo, do assistencialismo."

Como se vê, é um projeto estratégico sim, mas um projeto que privilegia a inclusão social, marcando assim sua proposição diversa da prática que vem embasando o Planejamento Estratégico de Cidades em que a base da ação é admitir a cidade como um perfeito "núcleo de cooperação" onde os conflitos pela apropriação são minimizados ou desconsiderados. A maior parte das experiências metropolitanas de Planejamento Estratégico de Cidades organiza seus modelos "a partir" das demandas do capital, particularmente das grandes empresas internacionais.

Belém privilegia a qualificação das condições de vida do setor popular, estabelecendo como eixos temáticos: Desenvolvimento Econômico, Identidade

Cultural, Inclusão Social, Dinâmica Urbana, Meio Ambiente e Sustentabilidade. São os parâmetros usados como referencial para a avaliação das políticas públicas, conforme explicitado no "Administração e Controle". É em relação a esses objetivos que a eficiência deve ser avaliada.

Limitações e desafios

Se de um lado o sistema de monitoramento das Políticas Públicas foi largamente praticado e contou inclusive com o acompanhamento pela sociedade por meio das Cofis e dos Comitês Ambientais, garantindo a atualização do registro das ações e dos custos, o êxito no sistema de avaliação depende também da identificação do impacto dessas Políticas Públicas. É aí que começam as dificuldades. Se o desempenho e a correspondência à expectativa vem sendo acompanhados passo a passo, conforme se vê nas planilhas de Matriz Sala do Plano, avaliar os impactos de sua evolução é um desafio quase impossível. Produzir estatísticas e dados precisos, consistentes e garantindo a série histórica é, no mundo inteiro, caro e difícil. No Brasil, em que prevalece a cultura do encobrimento e da não visibilidade para assegurar a "liberdade de decisão" dos governantes e de seus grupos aliados, é tarefa quase subversiva. É conveniente lembrar que o IBGE foi duramente atingido no período Collor, o que fez que depois de cinquenta anos o censo ocorresse com um ano de atraso em 1991, realizando-se em condições tão inseguras que exigiram nova contagem em 1996. É bom lembrar também que em 1996, o Estado do Pará foi o último a fechar seus números, depois de incontáveis idas e vindas, incluindo a repetição da contagem em algumas áreas.

Assim, se o tema é delicado no conjunto do País, no Pará – portanto também em Belém – é particularmente problemático. Em uma cidade pequena, com administração simplificada e conhecimento quase pessoal do conjunto dos municípios, os dados podem até ser colhidos diretamente, mas, em uma sociedade complexa e do porte da capital paraense, é impossível.

A dificuldade local de lidar com a estatística parece mais profunda do que a mera dificuldade técnica. É necessário criar ou inovar padrões e metodologias para que se possa ter uma visão quantitativa de Belém que lhe seja fiel.

A necessidade de dados e estatísticas para garantir a transparência das ações públicas ou privadas é um requisito de governabilidade e justiça. O direito à informação e o acesso a ela são condições básicas de qualquer democracia. Assim, a produção de dados e indicadores se torna um tema instigante em Belém, onde os últimos censos exprimem mais dúvidas que certezas.

Nesses termos, a elaboração do Cadastro Multifinalitário, com procedimentos de última geração, é ação essencial num dos gargalos mais intrincados da

administração municipal. Utilizá-lo como base de referência somado aos dados do novo Censo coloca a cidade em outro patamar de qualidade quanto à possibilidade de conhecer-se e fazer opções, mas também de monitorar o desempenho das ações que empreende.

Cumpra ressaltar que o acerto de limites de distritos e zonas censitárias para o Censo 2000 está sendo articulado entre Prefeitura e IBGE para que não hajam discrepâncias de limites ou a ocorrência de perímetros de totalização (distritos) diversos dos utilizados pelo Município.

No entanto, Cadastro ainda não concluído, Censo em curso, Rede Local de Atenção à Criança apenas iniciando suas atividades, a situação de fato é que os dados disponíveis hoje deixam a desejar. A produção municipal de dados, que se materializa nos Anuários Estatísticos, é limitada e parece carecer tanto de fontes fidedignas e eficientes (que o Estado não produz e suas empresas pouco disponibilizam) quanto de definições mais precisas, que estabeleçam sua natureza e forma de apresentação: recortes, agregação, séries históricas. Visando um pouco de tudo, os dados disponíveis acabam sendo bastante precisos para prestar contas do que a prefeitura executou e dos serviços prestados, mas insuficientes para outros objetivos como: Avaliar eficiência/ produção do Governo Municipal; subsidiar Conselhos Setoriais e Congresso da Cidade, medir evolução da Inclusão Social e de indicadores de qualidade de vida.

Mas o essencial nessa limitação, o restritivo de fato, é o conjunto de conflitos e dificuldades para a construção de indicadores em Belém, já apontados no item "A Cidade de Belém", aos quais poderíamos acrescentar algumas hipóteses: dificuldades com o tipo de ocupação do solo (difícil identificar unidades tipo "quadra"); ausência de cobrança e de contribuição quanto a esse tipo de informação por parte de profissionais das áreas (fragilidade de Conselhos Constitucionais Setoriais); acúmulo histórico de pouca oferta de infra-estrutura e serviços públicos; (as necessidades da grande massa da população são ainda muito básicas, precisa de tudo, portanto o que for feito para a "população-alvo", certamente é necessário).

Qualquer intenção de avaliar em que programas cada real aplicado tem maior efeito para melhoria de condições/inclusão social fica hoje bastante prejudicada e se apresenta como o grande desafio para os próximos anos. Certamente, com a base implantada (Cadastro, Rede Local de Atenção e Censo totalizado por unidades adequadas) será tarefa a desencadear-se, que evidenciará em muito melhores condições os impactos da políticas públicas bem como irá propiciar um melhor acompanhamento pela sociedade.

Também como importante desafio se coloca a consolidação de modo mais permanente dos instrumentos e espaços participativos, particularmente do Congresso da Cidade. Algumas experiências, entre elas a paulistana com o

Fórum da Cidade e com as Operações Interligadas, demonstram com clareza a fragilidade desse tipo de fórum: efetivamente só há negociação em favor da coletividade, do espaço público e das prioridades sociais quando o Governo Municipal atua no sentido de empenhar-se por ela. Caso contrário, o espaço desaparece e iniciativas de parceria tendem a transformar-se em canais de apropriação privada dos investimentos públicos.

Por fim, do estudo e avaliação da experiência de proposição e prática do governo de Belém entre 1997 e 2000, bastante qualificada por segmentos diversos da população, cabe destacar as palavras do Prefeito na 1ª Conferência da Amazônia, em Belém, em julho de 2000: "se eu tenho um rumo e sei onde eu quero chegar, de barco a motor eu cruzo o rio e chego rapidamente, mas isso não é o mais importante; posso ir de canoa e demoro mais, mas até nadando eu chego lá."

Sim, o projeto empreendido em Belém se desenha como um projeto de democratização do acesso aos benefícios do desenvolvimento, mas que tem a exata dimensão do que é possível na esfera municipal. Atualizando o debate sobre Luta de Classes, Estado *versus* Mercado, Público *versus* Privado, vai muito além do maniqueísmo e dos pré-julgamentos. Propõe uma discussão ética, projeto de disputa sobre o modelo civilizatório para o próximo milênio: a busca de um desenvolvimento mais harmônico, sem concentração nem desperdício, viável num contexto em que a poluição e o esgotamento dos recursos não-renováveis ameaçam nossa sobrevivência no planeta.

7. Notas:

1. Apud MARANHÃO, H. *Pará, capital: Belém. Memória e pessoas e coisas da cidade*. Belém: Supercores, 2000. p.103.
2. Apud MARANHÃO, H. *Pará, capital: Belém. Memória e pessoas e coisas da cidade*. Belém: Supercores, 2000. p.108.
3. Apud MARANHÃO, H. *Pará, capital: Belém. Memória e pessoas e coisas da cidade*. Belém: Supercores, 2000. p.319.
4. Apud FIGUEIREDO e VAN DIJK, 1998.
5. www.datasus.gov.br/cgi/ldb98/a08.htm, em 05/07/2000.
6. Entrevista de Edmilson Rodrigues a Pep Valenzuela, 22 jul. 1999.
7. Entrevista de Edmilson Rodrigues a Pep Valenzuela, 22 jul. 1999.
8. Entrevista com o Prefeito Municipal, Edmilson Rodrigues.
9. Entrevista de Edmilson Rodrigues a Pep Valenzuela, 22 jul. 1999.
10. PMB, Sistema de Gerenciamento Estratégico Situacional. Março 1998. Mimeo. 22p; p.4.
11. Frente Belém Popular. Programa de Governo, 1996: p.3.
12. Frente Belém Popular. Programa de Governo, 1996: p.4.
13. Frente Belém Popular. Programa de Governo, 1996: p.59.
14. PMB – SEGEP, Congresso da Cidade – proposta de construção, (Elaborado em 1998). mimeo. 20p.
15. PMB – SEGEP, Congresso da Cidade – proposta de construção, (Elaborado em 1998). mimeo. 20p.
16. Entrevista com Coordenadora da Marca Dar um futuro às crianças e aos adolescentes.
17. PMB – FUNPAPA. Candidatura ao Prêmio Prefeito Criança 2000. p. 48.
18. PMB, Mensagem da prefeitura à Câmara de Vereadores e Relatório de Atividades 1999. Belém 2000. p. 18.
19. PMB – FUNPAPA. Candidatura ao Prêmio Prefeito Criança 2000. p. 24.
20. JORNAL O LIBERAL, 12/01/2000, Especial 7.
21. Entrevista com coordenador da Marca Saúde para Todos e PMB – FUNPAPA. Candidatura ao Prêmio Prefeito Criança 2000, p.4.
22. PMB, Mensagem da Prefeitura à Câmara de Vereadores e Relatório de Atividades 1999. Belém, 2000. p.109.
23. PMB, Mensagem da Prefeitura à Câmara de Vereadores e Relatório de Atividades 1999. Belém, 2000. p.125.
24. Apud MARANHÃO, H. *Pará, capital: Belém. Memória e pessoas e coisas da cidade*. Belém: Supercores, 2000. p.161.
25. PMB, Mensagem da Prefeitura à Câmara de Vereadores e Relatório de Atividades 1999. Belém, 2000. p.124.
26. JORNAL DO BANCO DO POVO, ano 1 nº 2, março 2000.
27. JORNAL O LIBERAL, 13/01 Atualidades 5.
28. DIÁRIO DO PARÁ, 09/01 negócios 8.
29. Revista Eletrônica: www.belemdopara.com.br – 25/junho/2000.
30. Entrevista com a coordenadora da Marca Transporte Humano e Presidente da Companhia de Transportes de Belém (CTBEL).
31. Entrevista com a coordenadora da Marca Transporte Humano e Presidente da Companhia de Transportes de Belém (CTBEL).
32. PMB, Mensagem da Prefeitura à Câmara de Vereadores e Relatório de Atividades 1999. Belém, 2000. p.17.
33. PMB, Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC). As contas de Belém são da sua conta – Orçamento Participativo 2000. Belém, PMB, 2000. Folheto, 20p.
34. PMB, SEFIN. Relatório ICMS, 1999.
35. www.lbge.gov.br/estatistica/economia/contasregionais/tab3b.shtm, em 25 jun. 2000.
36. GAZETA MERCANTIL, Atlas do Mercado Brasileiro, 1999.
37. SINGER, P. In SOARES, J.A. e CACCIA-BAVA, S. (orgs.) Os desafios da gestão municipal democrática. São Paulo, Cortez, 1998, p. 125.
38. Entrevista com Coordenador da Marca Participação Popular.
39. PMB, Sistema de Gerenciamento do Planejamento Estratégico Situacional. Belém: SEGEP, mar. 1998. 22p.
40. PMB, Sistema de Gerenciamento do Planejamento Estratégico Situacional. Belém: SEGEP, mar. 1998. p.10.
41. PMB, Mensagem da Prefeitura à Câmara de Vereadores e Relatório de Atividades 1999. Belém, 2000. p.157.
42. Entrevista com Secretário Municipal da Saúde.
43. Ensaio de 1999 do presidente da FUMBEL, Marcio Meira. Apud PMB. Congresso da Cidade de Belém: Concepção de Gestão e Planejamento Estratégico de Cidade com participação social. Belém: SEGEP, s.d., p.5.
44. VILLAÇA, F. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo, Studio Nobel, 1998.
45. PMB, Mensagem da Prefeitura à Câmara de Vereadores e Relatório de Atividades 1999. Belém, 2000. p.131.
46. URBAN QUALITY INDICATORS. Ann Arbor, Issue II, fall 1998 p1-2.
47. PMB, Mensagem da Prefeitura à Câmara de Vereadores e Relatório de Atividades 1999. Belém, 2000. p.3.
48. Congresso da Cidade de Belém: concepção de Gestão e Planejamento Estratégico da Cidade com participação social. Belém, 1999, p.4.
49. PMB, Congresso da Cidade: proposta de construção. Belém: SEGEP, s.d., p.4.

8. Bibliografia

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS. *Transporte Humano - Cidades com Qualidade de Vida*. São Paulo, 1997.

ENTREVISTA de Edmilson Brito Rodrigues a Pep Valenzuela em 22/julho/1999. 28p. (mimeo).

FRENTE BELÉM POPULAR - PT, PCdoB, PPS, PSTU, PCB. *Programa de Governo*. Belém, 1996, 85p.

GAZETA MERCANTIL. *Atlas do Mercado Brasileiro*. São Paulo, Gazeta Mercantil, dez 1999. Ano II, no 2.

JICA - Agência de Cooperação Internacional do Japão. *Plano Diretor de Transportes Urbanos - PDTU*. Belém, JICA, 1991.

MARANHÃO, H. *Pará, capital: Belém. Memória e pessoas e coisas da cidade*. Belém, Supercores, 2000. 377p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, *Estrutura Organizacional da PMB*. Belém, sd, sp.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, *Mensagem da Prefeitura à Câmara de Vereadores e Relatório de Atividades 1999*. Belém, 2000. 182p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, COGEP. *Plano Diretor Urbano do Município de Belém*. Belém, 1991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, Congresso da Cidade. *Formas de apropriação e uso do território*. Belém, 2000. Coleção Mapas de Belém, vol I, 295p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC). *As contas de Belém são da sua conta - Orçamento Participativo 2000*. Belém, 2000. Folheto, 20p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC). *Orçamento Participativo 1997-2000*. Belém, 2000. s/p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, CRC. *COFIS é controle popular*. Belém, 2000 Folheto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, CRC. *Crerios Técnicos OP 2000*. Belém, 2000, 14p. (folheto).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, CRC. *Regimento Interno do Orçamento Participativo de Belém*. Belém, 2000, 14p. (folheto).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - FUNPAPA. *Belém Rede Local BNDES*. Belém, 2000. 130p. (mimeo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - FUNPAPA. *Candidatura ao Prêmio Prefeito Criança 2000*. Belém, 2000. 94p. (mimeo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, SAAEB. *Experiência de Gestão Democrática e Popular do serviço Autônomo de Água e Esgoto de Belém*. 1999, 12p. (mimeo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, SAAEB. *Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Belém - Pará*. Belém, SAAEB, 1999, 71p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, SEFIN. *Relatório ICMS*. 1999 (mimeo).

Prefeitura Municipal de Belém - SEGEP. *Congresso da Cidade de Belém: concepção de Gestão e Planejamento Estratégico de Cidade com participação social*. Belém, s.d. 17p. (mimeo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - SEGEP. *Congresso da Cidade - proposta de construção*. Belém, s.d. 20p. (mimeo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - SEGEP. *O Congresso da Cidade - identidade, diagnóstico e vocação de Belém*. Pesquisa qualitativa - relatório. Gestão Venturi Consultoria. Belém, agosto de 1999. 43p. (mimeo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - SEGEP. *Dados Sócio-Econômicos - Município de Belém*. Belém, 1997. s.p. (mimeo).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - SEGEP. *Sistema de Gerenciamento do Planejamento Estratégico Situacional*. Março 1998. 22p. (mimeo).

REVISTA FNRU. Entrevista: Edmilson Brito Rodrigues, Prefeito de Belém. Rio de Janeiro, Outubro de 1999, p 20-21.

REVISTA ÍCARO BRASIL, Março 1988. p32-42

Revista dos Transportes Públicos. São Paulo, nº 76, 3º trim 97.

SOARES, J.A. e CACCIA-BAVA, S. (orgs.). *Os desafios da gestão municipal democrática*. São Paulo, Cortez, 1998. 192p

SUDAM/OEA/FADE. *Metodologia e estimativas preliminares dos Produtos Internos Brutos dos Municípios da Região Norte*. Belém, SUDAM, 1998.

URBAN QUALITY INDICATORS, Ann Arbor, MI, USA. n 11, fall 1998.

VAN DIJK, A e FIGUEIREDO, L. A ação do capital imobiliário na produção de habitação popular: estudo na área de expansão de Belém. In AMIN, M. e XIMENES, T.(orgs). *Habitat nos países amazônicos*. Belém, UNAMAZ, 1998. série Cooperação Amazônica, p.109-63.

VILLAÇA, F. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

Entrevistas

Prefeito do Município de Belém – Edmilson Brito Rodrigues, 13/04/2000

Chefe de Gabinete da Prefeitura do Município de Belém – Aldenor Monteiro de Araújo Jr., 14/04/2000

Secretária Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – Jurandir Santos de Novaes, 13/04/2000

Diretora Geral da Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão – Selma Leni Brito Rodrigues, 23/05/2000

Coordenadora da Marca Dar um Futuro às Crianças e aos Adolescentes / Presidente da Fundação Papa João XXIII – Sandra Helena Ribeiro Cruz, 15/04/2000

Coordenador da Marca Saúde para Todos / Secretário Municipal de Saúde – Pedro Anaisse, 14/04/2000

Coordenador da Marca Sanear Belém / Secretário Municipal de Saneamento – Francisco Eduardo Pasetto Lopes, 14/04/2000

Coordenador da Marca Revitalizar Belém / Secretário Municipal de Urbanismo – José Raiol, 23/05/2000

Coordenadora da Marca Transporte Humano / Presidente da Companhia de Transporte do Município de Belém – Cristina Maria Baddini Lucas, 14/04/2000

Coordenador da Marca Participação Popular / Secretário de Educação – Raimundo Luiz Silva Araújo, 23/05/2000

Coordenador da Marca Valorização do Servidor / Secretário de Administração – Esmerino Neri Batista Filho, 13/04/2000

Páginas consultadas na Internet

União www.mec.gov.br
www.inep.gov.br - censo educacional + PMEB(pesq municipal educ basica)
www.datasus.gov.br - saúde e dados sócio-econômicos
www.ibge.gov.br - PNAD 98, 99

Estado www.governodopara.pa.gov.br
sectam.pa.gov.br - arrecadação
seduc.pa.gov.br - total Para
sefa.pa.gov.br - contribuição fundef

Município	www.belem.pa.gov.br
Geral	www.belemdopara.com.br www.para-brasil.com.br www.amazonia.org - fotos www.terra.com.br/cidades/bel - fotos

Mapas, quadros e imagens

mapas:

mapa 1. Divisão distrital e densidades	12
mapa 2. Bacias de Drenagem em Belém	37
mapa 3. Saneamento em Belém	43

quadros:

quadro 1. Região Metropolitana de Belém - Formação – População dos Municípios	13
quadro 2. População	15
quadro 3. Desempenho escolar no ensino fundamental	25
quadro 4. Rede municipal de Ensino fundamental	29
quadro 5. Total de matrículas – município de Belém	30
quadro 6. Doenças evitáveis – total de ocorrências	32
quadro 7. Mortalidade Infantil	33
quadro 8. Situação operacional do Sistema SAAEB	40
quadro 9. Saneamento em Belém	40
quadro 10. Evolução do Valor Adicionado – Município de Belém	65
quadro 11. Distribuição de Renda	66
quadro 12. Qualidade de vida	67
quadro 13. Rendimento Médio Mensal dos Economicamente Ativos	68
quadro 14. População Economicamente Ativa por Gênero de Atividade	68
quadro 15. População Feminina Economicamente Ativa	68
quadro 16. Matriz – Sala do Plano	74
quadro 17. Receitas Próprias e Transferências	74
quadro 18. Composição da Receita – Principais componentes	78
quadro 19. Evolução da execução orçamentária por funções	79

fotos:

foto 01. O Mercado Ver-o-Peso e a baía de Guajará vistos do Forte – Maria Lucia R. M.	10
foto 02. Padrão de ocupação de baixadas – Tucunduba – Neldson Neves	11
foto 03. Padrão de ocupação de baixadas – Mata-Fome – Braz da Rocha	11
foto 04. Crianças do Aurá – Projeto Sementes do amanhã – Neldson Neves	26
foto 05. Prog. Família Saudável – Casa Família – PMB, Ass. de Com. Social – COMUS	32

foto 06. Equipe do Programa Família Saudável em Atendimento – Neldson Neves	33
foto 07. Canal da Rua 14 de Março – João Gomes	38
foto 08. Canal – solução tradicional – Maria Lucia Refinetti Martins	38
foto 09. Palacete Bolonha – trabalhos de restauração – Maria Lucia R. Martins	46
foto 10. Mercado São Brás restaurado – Maria Lucia Refinetti Martins	47
foto 11. Praça do Pescador – Mensagem à Câmara Municipal. PMB, 1999	48
foto 12. Ver-o-Rio – PMB, Assessoria de Comunicação Social – COMUS	49
foto 13. Trapiche do Terminal Fluvial Turístico da Pça Princesa Isabel – Maria Lucia R. M.	49
foto 14. Praça Waldemar Henrique e a Cuia Acústica para apresentações musicais – Maria Lucia Refinetti Martins	50
foto 15. Aldeia Cabana – Neldson Neves	51
foto 16. Estação de passageiros da Praça do Operário, revitalizada – Neldson Neves	57
foto 17. Sinalização dos cruzamentos – Maria Lucia Refinetti Martins	57
foto 18. Motovos regionais na pintura padronizada da frota – Maria Lucia R. Martins	57
foto 19. Orçamento Participativo – Assembléia do DABEN – Lucivaldo Sena	61
foto 20. Abastecimento de Água em Cotijuba – João Gomes	91
foto 21. Estação das Docas – Maria Lucia Refinetti Martins	92

imagens de abertura de capítulos:

abertura. Ortofoto – PMB, Cadastro Técnico Multifinalitário – PMB/CODEM	01
capítulo 1. Imagem da capa	08-09
capítulo 2. Sementes do Amanhã – Braz da Rocha	16
capítulo 3. Mensagem à Câmara Municipal. PMB, 1998	22
subcapítulo 3.4. Vista do casario – Geraldo Ramos	44-45
capítulo 4. Ortofoto – Cadastro Técnico Multifinalitário. PMB/CODEM	70
capítulo 6. Mensagem à Câmara Municipal. PMB, 1998	89

agradecimentos a todos aqueles que gentilmente contribuíram com fotos, dados e informações em geral:

Alberto Vieira Jr. – Depto. de Programa e Orçamento, Charles – SEFIN, Paulo Cerqueira – Diretor do Depto. de Pesquisa e Informação SEGEP, Vania Carvalho – Assessora do Departamento de Pesquisa e Informação SEGEP, Eurico Fernando de Queiroz Alves – Diretor de Patrimônio CODEM, Manoel Imbiriba Jr – SAAEB, Marly Jorge Brito – Biblioteca, Reinaldo Alcântara Peixoto – PGU, Rômulo – DEPI, Maria Lucia de Figueiredo Gonçalves – Chefe de Gabinete SEGEP, Karina Leitão – mestrandia Prolam USP (apoio à produção das fotografias)

O **INSTITUTO PÓLIS** é uma entidade civil, sem fins lucrativos, apartidária e pluralista. Seu objetivo é a reflexão sobre o urbano e a intervenção na esfera pública das cidades, contribuindo assim para a radicalização democrática da sociedade, a melhoria da qualidade de vida e a ampliação dos direitos de cidadania.

Sua linha de publicações visa contribuir para o debate sobre estudos e pesquisas sobre a questão urbana. Volta-se para o subsídio das ações e reflexões de múltiplos atores sociais que hoje produzem e pensam as cidades sob a ótica dos valores democráticos de igualdade, liberdade, justiça social e equilíbrio ecológico. Tem como público os movimentos e entidades populares, ONGs, entidades de defesa dos direitos humanos, meios acadêmicos, centros de estudos e pesquisas urbanas, sindicatos, prefeituras e órgãos formuladores de políticas sociais, parlamentares comprometidos com interesses populares.

A temática das publicações refere-se aos campos de conhecimento que o **INSTITUTO PÓLIS** definiu como prioritários em sua atuação:

Desenvolvimento Local e Gestão Municipal – democratização da gestão, descentralização política, reforma urbana, experiências de poder local, políticas públicas, estudos comparados de gestão, indicadores sociais.

Democratização do Poder Local e Construção da Cidadania – lutas sociais urbanas, conselhos populares, mecanismos jurídico-institucionais de participação, direitos de cidadania.

Sustentabilidade, Cultura e Qualidade de Vida – desenvolvimento cultural, políticas culturais, programas de combate à fome, políticas de segurança alimentar, saneamento ambiental, políticas ambientais.

Estes campos de conhecimento são trabalhados na dimensão local e apresentam três linhas de trabalho como referencial analítico: a discussão sobre a qualidade de vida, a busca de experiências inovadoras e a formulação de novos paradigmas para a abordagem da questão urbana e local.

Para isso, o **INSTITUTO PÓLIS**, além das publicações, realiza seminários, cursos, workshops, debates, vídeos, pesquisas acadêmicas e aplicadas. Possui uma equipe de profissionais habilitados para responder às exigências técnicas e às demandas próprias para a formulação de um projeto democrático e sustentável de gestão pública.



PÓLIS

INSTITUTO DE ESTUDOS,
FORMAÇÃO E ASSESSORIA
EM POLÍTICAS SOCIAIS

Conselho de Administração: Ana Amélia da Silva, Anna Luiza Salles Souto, Antonio Luiz Mourão Santana, Aziz Ab'Saber, Francisco de Oliveira, Hamilton José Barreto de Faria, Heloísa Helena Canto Nogueira, Jorge Kayano, José Carlos Vaz, Ladislau Dowbor, Marco Antonio de Almeida, Maria Elisabeth Grimberg, Marta Esteves de Almeida Gil, Nelson Saule Jr., Osmar de Paula Leite, Paulo Augusto Oliveira Itacarambi, Raquel Rolnik, Sílvio Caccia Bava, Tereza Martins Rodrigues Belda, Vera da Silva Telles, Victor Augusto Petrucci.

Diretoria: Jorge Kayano (presidente), José Carlos Vaz (secretário-executivo), Maria Elisabeth Grimberg, Nelson Saule Júnior.

Equipe Técnica: Ana Claudia Chaves Teixeira, Anderson Kazuo Nakano, Anna Luiza Salles Souto, Christiane Costa, Francisco de Oliveira, Janaína Valéria de Mattos, Hamilton José Barreto de Faria, Jane Casella, Jorge Kayano, José Carlos Vaz, Luciana de Castro S. Pinto, Maria do Carmo A. A. Carvalho, Maria Elisabeth Grimberg, Nelson Saule Jr., Osmar de Paula Leite, Raquel Rolnik, Renato Cymbalista, Ruth Simão Paulino, Sílvio Caccia Bava, Sonia Oliveira, Veronika Paulics.

Equipe Administrativa: Benedita Aparecida Alegre de Oliveira, Gisele Balestra, João Carlos Ignácio, Patrícia Gaturamo, Rosângela Maria da Silva Gomes.

publicações pólis

- 01 Reforma Urbana e o Direito à Cidade (Esgotada)
- 02 Cortiços em São Paulo: o Problema e suas Alternativas (Esgotada)
- 03 Ambiente Urbano e Qualidade de Vida
- 04 Mutirão e Auto-Gestão em São Paulo: uma Experiência de Construção de Casas Populares
- 05 Lages: um Jeito de Governar
- 06 Prefeitura de Fortaleza: Administração Popular 1986/88
- 07 Moradores de Rua
- 08 Estudos de Gestão: Ronda Alta e São João do Triunfo
- 09 Experiências Inovadoras de Gestão Municipal
- 10 A Cidade faz a sua Constituição
- 11 Estudos de Gestão: Icapuí e Janduís
- 12 Experiências de Gestão Cultural Democrática
- 13 As Reivindicações Populares e a Constituição
- 14 A Participação Popular nos Governos Locais (Esgotada)
- 15 Urbanização de Favelas: Duas Experiências em Construção
- 16 O Futuro das Cidades (Esgotada)
- 17 Projeto Cultural para um Governo Sustentável (Esgotada)
- 18 Santos: O Desafio de Ser Governo
- 19 Revitalização de Centros Urbanos
- 20 Moradia e Cidadania: Um Debate em Movimento
- 21 Como Reconhecer um Bom Governo?
- 22 Cultura, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano (Esgotada)
- 23 São Paulo: Conflitos e Negociações na Disputa pela Cidade
- 24 50 Dicas – Idéias para a Ação Municipal (Esgotada)
- 25 Desenvolvimento Local – Geração de Emprego e Renda
- 26 São Paulo: a Cidade e seu Governo – O olhar do Cidadão
- 27 Políticas Públicas para o Manejo do Solo Urbano: Experiências e Possibilidades
- 28 Cidadania Cultural em São Paulo 1989/92: Leituras de uma Política Pública
- 29 Instrumentos Urbanísticos contra a Exclusão Social
- 30 Programas de Renda Mínima no Brasil: Impactos e Potencialidades
- 31 Coleta Seletiva: Reciclando Materiais, Reciclando Valores
- 32 Regulação Urbanística e Exclusão Territorial
- 33 Desenvolver-se com Arte
- 34 Orçamento Participativo no ABC
- 35 Jovens: Políticas Públicas, Mercado de Trabalho
- 36 Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo

para adquirir publicações pólis

A assinatura da Revista Pólis é feita por 5 números (37 a 41) e tem o valor de R\$ 50,00. O preço unitário das publicações será informado pelo Centro de Documentação e Informação do Instituto Pólis no telefone (0xx11) 3085.6877 ou pelo correio eletrônico: cdi@polis.org.br

números especiais

Ordenamento Jurídico: Inimigo Declarado ou Aliado Incompreendido?

Alternativas Contra a Fome

Poder Local, Participação Popular, Construção da Cidadania (Esgotada)

Para que Participação Popular nos Governos Locais ?

Democratização do Orçamento Público e os Desafios do Legislativo

Os Desafios da Gestão Municipal Democrática – Santos

Os Desafios da Gestão Municipal Democrática – Porto Alegre

Os Desafios da Gestão Municipal Democrática – Recife (Esgotada)

Os Desafios da Gestão Municipal Democrática – Fortaleza (Esgotada)

pólis papers

- 01 A participação dos cidadãos no controle da administração pública (Esgotado)
- 02 Participação social no Brasil hoje (Esgotado)
- 03 Participação popular no ABC: experiências e concepções
- 04 Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e à segurança alimentar
- 05 Ações públicas locais de abastecimento alimentar
- 06 Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar

livros

"Os desafios da gestão municipal democrática"

"Direito à cidade e meio ambiente"

"Direito à Cidade: trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis"

"Falas em torno do lixo"

"125 Dicas – Idéias para a Ação Municipal"

cd's

"Impacto da Aplicação de Novos Instrumentos Urbanísticos em Cidades do Estado de São Paulo"

"São Paulo: Leste / Sudeste"

PÓLIS

INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS

Rua Cônego Eugênio Leite, 433 - Pinheiros - CEP 05414-010 - São Paulo - SP

telefone: 0xx11 3085.6877 / 6089 / 6345 / 6963 - fax: 0xx11 3063.1098

endereço eletrônico: polis@polis.org.br - sítio na internet: www.polis.org.br

Esta revista foi editada no Instituto Pólis com textos compostos em fonte Rotis Semi Sans, miolo em papel Pólen 80 gr. da Cia. Suzano e capa em cartão Supremo 250 gr. impressos em dezembro de 2000 nas oficinas da Gráfica Prol, com tiragem de 2.000 exemplares a cargo do Instituto Pólis.

Melhoria da Qualidade de Vida enquanto ampliação não só de condições materiais, mas de horizontes e de possibilidades de escolha de rumos de cada indivíduo e da coletividade;

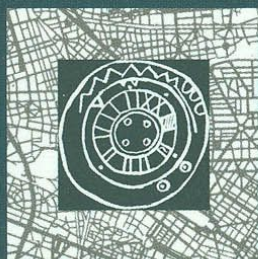
Democratização da sociedade através da democratização de oportunidades;

Procedimentos administrativos e requisitos técnicos para que as políticas públicas sejam permeáveis à participação social;

Incorporação à Administração Pública de novas técnicas de gerenciamento, de controle de qualidade e de aferição de metas;

Papel do Município na promoção da melhoria das condições sociais e sua relação com o desenvolvimento geral do País;

Planos Estratégicos, Competividade e Solidariedade municipais.



PÓLIS
INSTITUTO DE ESTUDOS,
FORMAÇÃO E ASSESSORIA
EM POLÍTICAS SOCIAIS

